



República de Angola

— * —

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA

ISCED – HUÍLA

**HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL DO NAMIBE: DA PRÉ-HISTÓRIA À
INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA EM 1975.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA

Autor: JOSÉ MATEUS CATOTALA

Lubango, 2023



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA

ISCED – HUÍLA

**História Política e Social do Namibe desde a revolta anti-colonial de 1961
à independência em 1975.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA

Autor: JOSÉ MATEUS CATOTALA

Orientador: Prof. Doutor Ricardo Real P. de Sousa

Lubango, 2023

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, Luís Katotala e Elisa Candjala (ambos em memória);
Aos meus irmãos, António Mussili Katotala e Manuel Kalitangue Katotala;
E, finalmente, a todos aqueles que tombaram nas batalhas e nas guerras
ocorridas no território do Namibe!

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não seria materializada se não fosse pelo conjunto dos esforços daqueles que decidiram apoiar-me nesta espinhosa e nobre missão. Não posso deixar de prestar a minha máxima gratidão:

Ao Professor Doutor Ricardo Real Sousa, pelo acompanhamento nesta empreitada;

Ao Professor Mestre Isildo Gouveia Martins, pela paciência, humildade e pelas muitas boas e oportunas sugestões;

Aos Professores que estiveram comigo ao longo deste ciclo de formação, especialmente Domingos Pascoal “in memória”, Soraia Santos, Helder Bahu, Edgar Essuvi, Narciso Félix e Valter Chissingui;

Aos amigos, António Ndelesse Epifânio, Victor Mendonça Torres, Franck Estrela e Carlos Miguel, pelas ajudas, preocupação, partilhas constantes de bibliografias e informações úteis para a realização do presente estudo;

Aos meus irmãos, Maria Verónica Katotala, Marta Catchequele Katotala, Guilherme Katotala e outros, pelo grande apoio prestado;

Aos trabalhadores do Arquivo Histórico do Namibe;

E, finalmente, a todos que me ajudaram nesta jornada.

Em um momento desafiador para encontrar registos escritos sobre os períodos mais remotos da história do Namibe, expresso a minha gratidão aos sábios que me deram muitas sugestões orais, nomeadamente:

- Adelina Tulihimbisa (Tômbwa).
- Ildiberto Madeira (Moçâmedes).
- José Kanguya (Tômbwa).
- Maria Júlia Chilombo (Tômbwa).
- Sidónio Gabriel (Moçâmedes).

RESUMO

O nosso estudo intitulado História Política e Social do Namibe: Da Pré-História à Independência de Angola, questiona qual é a história política e social do Namibe: da pré-história à independência de Angola. A sua nota introdutória tem como objectivos, a análise e descrição dos vestígios pré-históricos no território do Namibe, a presença dos primeiros povos não-bantu, à chegada dos forasteiros bantu, e mais tarde a dos europeus, procedendo com as explicações profundas para a compreensão das relações sociais, políticas e económicas estabelecidas ao longo dos tempos, com maior incidência sobre o período de 1961 a 1975. Dessa forma, tratámos dos eventos sociais, isto é, as relações de produção e consumo, o papel dos grupos no núcleo social criado no Namibe, durante os períodos que antecederam e sucederam o início da luta anti-colonial até a independência do país e todas as consequências que estes dois períodos apresentam. O objecto de estudo do nosso trabalho foi o de analisar os vestígios pré-históricos e toda a acção humana produzida no actual território do Namibe desde a pré-história até ao período que se deu a independência do país. Para tal, o uso de métodos da história de África, destacando as fontes orais que nos permitiram fazer uma construção histórica mais precisa sobretudo relativo ao período da luta anti-colonial ao da independência do país.

PALAVRAS CHAVES: Pré-História; História; Política; Social; Economia; Anti-Colonial; Independência; Namibe; 1961; 1975.

ABSTRACT

Our study entitled Political and Social History of Namibe: From Prehistory to the Independence of Angola, asks what the political and social history of Namibe is: from prehistory to the independence of Angola. Its introductory note aims to analyze and describe prehistoric remains in the territory of Namibe, the presence of the first non-Bantu people, the arrival of Bantu outsiders, and later that of Europeans, proceeding with in-depth explanations for the understanding of social, political and economic relations established over time, with greater incidence on the period from 1961 to 1975. In this way, we dealt with social events, that is, relations of production and consumption, the role of groups in the nucleus social created in Namibe, during the periods that preceded and followed the beginning of the anti-colonial struggle until the country's independence and all the consequences that these two periods present. The object of study of our work was to analyze the prehistoric remains and all human action produced in the current territory of Namibe from prehistory until the period when the country gained independence. To this end, the use of methods from the history of Africa, highlighting oral sources that allowed us to make a more precise historical construction, especially relating to the period from the anti-colonial struggle to the country's independence.

KEYWORDS: Prehistory; History; Policy; Social; Economy; Anti-Colonial; Independence; Namibe; 1961; 1975

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I - Da Pré-História à Fundação da Colónia de Moçâmedes	8
1.1. Pré-história do Namibe	8
1.2. O Namibe antes dos europeus	14
1.3. Os povos do Namibe a partir do século XV	17
1.4. Prováveis origens dos povos do Namibe	18
1.5. Organização social, política e económica dos primeiros povos do Namibe ²⁰	
1.5.1. Sociedade, economia e política dos povos não-bantu	21
1.5.2. Sociedade, economia e política dos povos bantu	23
1.6. A noção de nação segundo os povos do Namibe	28
1.7. Os primeiros contactos entre namibenses e europeus	29
1.7.1. As primeiras expedições ao território do Namibe depois de 1485	31
1.7.1.1. A viagem de Pinheiro Furtado	32
1.7.1.2. A viagem de Gregório Mendes	33
1.8. As descrições de João Baptista Douville	35
1.8.1. As novas expedições ao território do Namibe depois de 1785	36
1.8.1.1. A viagem de Pedro Alexandrino	36
1.8.1.2. A viagem de Francisco Garcia	37
1.9. Primeira tentativa de colonização do Namibe	39
1.10. A efectivação da colonização do Namibe	41
1.11. A chegada dos primeiros trabalhadores de origem africana	42
1.12. As guerras de resistências	43
1.13. Conclusão do primeiro capítulo	48
CAPÍTULO II – História Política e Social Do Namibe Desde a Revolta Anti-Colonial de 1961, à Independência em 1975	50
2.1. Namibe: enquadramento geográfico e demográfico actual	50
2.2. Distribuição da população: raça e etnia entre 1961 a 1975	51
2.2.1. Um olhar sobre os kimbares	53

2.3.	As relações inter-raciais: espaços públicos e escola.....	58
2.4.	A economia e o trabalho.....	66
2.5.	A opinião política dos cidadãos de origem europeia e os filhos das sociedades locais.....	69
2.6.	O aparelho colonial de repressão e a acção das forças militares	71
2.7.	A revolta anti-colonial vivida no Namibe	73
2.7.1.	O campo de concentração de São Nicolau e os bairros periféricos	77
2.7.2.	O massacre de 1961	81
2.8.	A independência vista do Namibe	87
2.9.	Conclusão do capítulo.....	93
2.10.	Conclusões e Recomendações	95
2.11.	Referências Bibliográficas	98

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A História de Angola merece especial atenção de todos, para uma melhor compreensão das comunidades. Ao longo do nosso percurso académico, deparamo-nos com um conjunto de bibliografias sobre a história do país, mas há uma centralização incompreensível das narrativas constantes nas mesmas obras, escreve-se muito sobre a capital do país e as suas zonas limítrofes, dando a impressão que os actos ocorridos em Luanda, no corredor Norte e Nordeste do país, foram inteiramente responsáveis por todos os factos produzidos ao longo dos tempos de História de Angola.

No decurso da segunda edição do curso de mestrado em Ensino da História de África, durante as aulas de História de Angola, decorridas no fim do ano de 2021, muito foi discutido sobre esta problemática que parece intencional e muito mais profunda do que somos capazes de imaginar.

Ora, foi precisamente em decorrência destas indagações ao longo das aulas, que o excelentíssimo professor Domingos Pascoal, de feliz memória, sugeriu-nos que fôssemos fazer a diferença e preencher este vácuo sobre a História de Angola fora de Luanda, o Norte de forma geral. Enquanto a História sobre as demais localidades, comumente aparecem em pequenos trechos das grandes publicações científicas ou literárias.

Desse modo, surgiu-nos o desejo de reescrever a História de Angola a partir do Sudoeste, especialmente a História generalista de Angola, a história social e política do Namibe, com o objectivo de contribuir, de forma humilde, com o pouco que já foi escrito sobre o Namibe, para o crescimento da ciência histórica no país.

É assim que, com base nas informações acima expostas neste estudo, pretendemos trazer à ribalta as narrativas históricas sobre o que foi o Namibe no período pré-histórico até ao culminar da independência (1975).

Realçamos também as fontes orais que viveram este período, analisamos cada uma das intervenções, olhando para as especificidades de cada um dos entrevistados, de modo a que fôssemos capazes de extrair deles a mais peculiar narrativa, para o alcance da real visão sobre o período em estudo, e para o robustecimento do mesmo.

Para abordar a **problemática** da **“História Política e Social do Namibe: Da Pré-História à independência de Angola”**, foi-nos útil proceder à análise de alguns dos escritos mais antigos e recentes sobre a história do país, sobre o Namibe, muito particularmente. As fontes orais ainda vivas foram imprescindíveis, bem como a visita aos arquivos públicos da província do Namibe, da Huíla, e até individuais, destacando a do senhor Idilberto Madeira, que nos permitiram abstrair muitas ideias e prosseguir com o nosso estudo. A reconstituição da História Política e Social do Namibe, no período correspondente do estudo, mais do que uma vontade, é uma necessidade imprescindível para o desenvolvimento da ciência histórica local e para o despertar da mentalidade das populações mais jovens, não só do Namibe, como de todo o país.

Justificação da investigação

Esperamos que não estejamos a ser demasiado repetitivos, quanto à justificação da investigação, em parte foi tudo dito nos parágrafos acima desenvolvidos, convém reforçar que o facto de não ser recorrente o estudo da história local dentro da história nacional em Angola, urge necessária mudança deste paradigma, visto que há ainda muito a ser escrito sobre o país, essa história tida às vezes como periférica, ou de interesse menor por muitos dos nossos mais nobres historiadores, cientistas sociais, e não só.

Existem poucos estudos sobre a história local, não apenas sobre o Namibe, podemos referenciar outras regiões do país, cujas memórias sobre o seu passado mais presente permanece um mistério, muitos dos que podiam servir de fonte vão desaparecendo, sem que lhes tivéssemos conseguido retirar alguma das muitas informações que teriam partilhado com os investigadores e historiadores mais jovens para que as populações tivessem conhecimento do seu passado em comum.

É assim, que com uma colossal vontade de mudar o curso desta realidade, com a firmeza e humildade de contribuir de maneira relevante para a história do país, surgiu-nos este desejo científico de escrevermos sobre a História Política e Social do Namibe: da pré-história à independência de Angola, como contributo para a História de Angola e para história local.

O nosso estudo se reveste de duas vertentes: 1ª) Teórica, que terá por fim, contribuir para a compreensão dos fenómenos sociais e políticos actuais, através dos acontecimentos do passado; 2ª) Prática, servir de base para os estudos posteriores sobre os povos do Namibe e as suas relações sociais, políticas e económicas, assim como fornecer um documento de enorme relevância para o estudo e conhecimento do passado dos povos actuais deste território.

Poucos autores escreveram sobre o período anterior a chegada europeia ao Namibe, ou dos períodos subsequentes, sobretudo aqueles períodos que marcam a chegada efectiva dos primeiros colonos vindos de Pernambuco, ou o início da revolta anti-colonial no Namibe, tão pouco sobre a chegada da independência, aqui e lá, é possível encontrar alguma memória escrita, que conseguimos levantar e que nos serviram de suporte, a exemplo de Redinha, no seu livro *Etnias e Culturas de Angola (1973)*, um livro clássico sobre a divisão dos grupos etno-linguísticos de Angola; ou o livro *Distrito de Moçâmedes nas fases de origem e da primeira organização 1485-1859 (1974a)* de Torres, um dos grandes contributos sobre a História dos portugueses vindo do Brasil e Portugal, nas fases de implementação da colónia no território do Namibe; Estermann no seu livro *Etnografia do Sudoeste de Angola. O Grupo Étnico dos Herero (1961)*, também nos oferece um rico contributo na compreensão da cultura, hábitos e costumes dos grupos do Namibe, referência particular aos Helelo. Carvalho, no seu livro *câmara, a escrita e a coisa dita (2008)*, um clássico recente sobre o grupo dos Kuvales, e a história recente do Namibe, apresenta-nos uma visão menos colonialista da personagem dos autóctones do Namibe. Essas e as outras obras foram de inestimável valor na construção do nosso trabalho, sem as quais, talvez não teríamos tido a imaginação necessária para prosseguirmos com o nosso árduo estudo. Mas, foi também pela aliança das fontes orais do saber, que procedemos, assim, com a reconstrução do nosso trabalho. As narrativas das pessoas muito antigas nos ajudaram bastante na

busca de informações e acontecimentos marcantes que não conseguimos registos escritos, por omissão daqueles que tinham o dever de fazer. É assim que, o nosso trabalho que tem como objecto de estudo a ***História Política e Social do Namibe: Da Pré-História à Independência de Angola***. Foi capaz de questionar: ***Qual é a História Política e Social do Namibe: desde a Pré-História à Independência em 1975?***

Geralmente conhecemos como sendo a história política e social do Namibe, aquelas narradas nos períodos anteriores à formação do país, com a chegada dos europeus, aquelas histórias que demonstram a façanha da autoridade colonial no país, ou dos velhos gentios descritos nos grandes manuais antigos, ou nos diversos jornais de autoria anónima. Uma história sempre etnocêntrica, muitas vezes cheia de preconceitos e menosprezos. Dando a impressão de que não existisse uma história de um povo, descrita com a dignidade e bravura que lhe caracteriza.

A nossa intenção foi de desconstruir o mito e favorecer as novas abordagens, através do questionamento do tema, fomos capazes de: analisar os antecedentes das relações sociais entre autóctones e euro-descendentes¹ na fase da colonização do território até ao início da revolta anti-colonial e independência; descrever o contexto social e político das sociedades africanas antes e depois da presença portuguesa; analisar a opinião pública da época sobre a sociedade namibense durante a revolta anti-colonial à independência de Angola; explicar os acontecimentos do início da revolta anti-colonial e o advento da independência de Angola a partir do Namibe, já que o nosso estudo se circunscreve ao território do Namibe, o questionamento feito serviu de base para a execução do presente estudo, e para a correspondência dos objectivos propostos.

Para melhor abordagem do nosso estudo, utilizamos uma pesquisa qualitativa, que nos deu a capacidade de utilizarmos as fontes com maior clareza e conhecimento de causa, a interação com os sobreviventes dos tempos mais

¹ Ao longo do nosso estudo, utilizaremos a expressão euro-descendente muitas vezes. A expressão euro-descendente vai servir para designar as populações “brancas” e seus descendentes, populações vindas de Pernambuco (Brasil) e Olhão (Portugal), populações que começaram o povoamento branco da actual província do Namibe.

antigos, sobretudo aquele tempo em que o africano ainda era um à parte nas relações estabelecidas em todos os territórios ultramarinos de Portugal, incluindo o território do Namibe.

Utilizando a técnica de inquérito por entrevista, foi possível ouvir na primeira pessoa, aquele que sentiu na pele o tempo e as suas dificuldades e superações, a história que não foi escrita, a amargura do contexto, e a repulsa de um tempo que não traz felicidades para alguns, mas traz saudades para outros. Sair um pouco do que já foi escrito, às vezes, de forma muito tendenciosa, para podermos fazer uma confrontação das bibliografias existentes e os relatos de quem viveu, graças a estas entrevistas.

As fontes sobre a história do Namibe, como já dito, sobretudo no período que antecede a presença europeia, são escassas, geralmente difíceis de obter, no entanto, existem algumas fontes resultantes das correspondências ou cartas enviadas entre navegadores, emissários e outros viajantes europeus em território angolano, bem como notas fiscais e registos criminais da sociedade depois de 1940, estes foram úteis, assim como o foram as fontes arqueológicas, testemunhos mais realistas e precisos sobre a pré-história, bem como as produções desta época, há muito mais por ser achado para a reconstituição do passado, as pinturas rupestres são fontes de história da qual procuramos explorar para a compreensão do período mais antigo da região que estudamos; sobre a fonte oral ou tradição oral, é aquela que serve de museu vivo para a preservação da identidade e costume dos povos, daí que o nosso estudo não teria qualquer significância se não dispuséssemos dela para a reconstituição de certa narrativa dos acontecimentos ocorridos no seio das populações do Namibe nos diversos períodos da sua evolução, muitas vezes não escritos, ocultos por aqueles que ao longo dos séculos tiveram o monopólio da escrita e dos meios para a difusão de informações que lhes garantisse o controlo dos africanos.

É importante dizer, que foi por estes métodos, que conseguimos adquirir muitos bons contributos sobre a história local, análises de circunstâncias para a construção de uma base teórica relevante.

No seu sentido mais geral, método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas

ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade Cervo, Bervian, e da Silva (1972, p. 17).

No que tocante ao nosso estudo, fizemos o uso de três métodos essenciais, utilizadas no estudo da história do continente, são elas as fontes escritas, arqueológicas e orais, acrescentando a antropologia e a etnologia. Segundo Ki-Zerbo (2010):

Sobre as fontes escritas, fizemos recurso aos livros escritos no período anterior a independência de Angola, que retratam aspectos da antropologia e etnologia dos habitantes do Namibe durante o período colonial; pesquisamos igualmente os livros escritos no período pós-independência, informações sobre a memória dos sobreviventes da luta anti-colonial e da independência. Inicialmente procedemos à leitura das mesmas, analisamos e colectamos as informações que foram de encontro com o nosso estudo e culminou com o tratamento do conteúdo para a posterior redacção. Há escassez de fontes escritas, ainda assim o nosso estudo foi possível.

Por outro lado, as fontes orais são indispensáveis no estudo da história local. Para o contexto das sociedades africanas, angolana em particular, servem de base para a reposição da lacuna presente na memória dos povos. Já que ela serve de museu vivo para a preservação da identidade e costume dos povos, daí que o nosso estudo não teria qualquer significância se não dispuséssemos dela para a reconstituição da narrativa dos acontecimentos ocorridos no seio das populações do Namibe nos diversos períodos da sua evolução. Através de uma conversa paralela, conseguimos entrevistar individualmente os nossos interlocutores, prestaram-nos informações que preencheram as lacunas cronoespaciais das fontes escritas e outras.

Sobre as fontes arqueológicas, servimo-nos dela para o enquadramento da pré-história do Namibe, já que os achados arqueológicos na Leba e nas estações arqueológicas existentes no Namibe, dão provas do passado humano na região há milhões e milhares de anos, através das pinturas rupestre e das cavernas localizadas em toda a extensão territorial da província, foi possível utilizar dessa

fonte para o enriquecimento do nosso estudo e reafirmação da riqueza arqueológica da província.

Através da Antropologia e Etnologia, para o caso do nosso estudo, serviu de base para não cairmos nos preconceitos que os europeus usaram durante muito tempo para explorar as diferenças e aplicar a dominação, ou para produzir narrativas de ódio, se apegando em aspectos irrelevantes, ou subalternos, que nenhum contributo deu ao estudo da história dos africanos. Permitiu-nos evitar a reprodução de preconceitos que ao longo dos séculos de colonização sustentou a Antropologia e Etnologia dos povos africanos.

Este trabalho foi constituído em dois capítulos, sendo o primeiro, da pré-história à fundação da colónia de Moçâmedes – visou descrever e analisar a pré-história e os períodos que se deram as migrações bantu, culminando com a efectiva ocupação do território do Namibe pelos invasores portugueses; ao passo que o segundo capítulo: faz referência a história política e social do Namibe, desde a revolta anti-colonial, à independência em 1975, uma análise e descrição cronológica dos eventos que marcaram a vida política, económica e as relações sociais baseadas na cor da pele. Que ditou as lutas para a emancipação dos angolanos para a autogovernança.

**PRIMEIRA CAPÍTULO –
Da Pré-História à
Fundação da Colónia de
Moçâmedes**

Capítulo I - Da Pré-História à Fundação da Colónia de Moçâmedes

1.1. Pré-história do Namibe

Antes demais, convém-nos elucidar que segundo Bezerra (2011, p.1), a pré-história corresponde a todos os acontecimentos decorridos desde o surgimento do primeiro animal com a postura erecta até ao surgimento da escrita. Esta designação, durante algum tempo, serviu para anular a história dos povos que tiveram contacto tardio com a escrita. Pensar desta forma já não corresponde aos anseios da nova ciência, como têm provado os especialistas em antropologia, paleontologia, arqueologia e áreas afins, apesar das falhas que os objectos materiais podem proporcionar na busca de informações sobre a pré-história, afinal, a escrita também revela alguns equívocos. Daí ser falho afirmar que a pré-história se esgota com o surgimento da escrita, o que far-nos-ia concluir que os povos que ainda se encontram privados da escrita, estivessem a viver a idade da pedra.

O certo é que a evolução de cada povo se dá mediante necessidades particulares do meio envolvente, todos os instrumentos dispostos à descoberta do passado remoto do homem são essenciais.

O aparecimento da arqueologia africana, bem como a paleontologia, enquadradas no estudo da pré-história africana, são de inquestionável relevância, já que o seu uso tem permitido a localização de jazidas antigas de incomensurável valor para a validação da pré-história em muitas regiões de África, por meio de técnicas metodológicas definidas pelos especialistas (Paulme, 1953, p.10).

Importa dizer que, até hoje, foram localizadas imensas jazidas de instrumentos líticos e sítios arqueológicos em vários lugares do continente, o que nos leva à afirmação da presença do Homem. A região do Namibe, incluindo o Kalahari e a floresta equatorial, são as regiões mais promissoras na busca de vestígios pré-históricos, pelo facto de que ainda não foram efectuadas escavações no enorme deserto do Namibe.

Segundo a opinião de especialistas²: antropólogos, arqueólogos, paleontólogos, historiadores e outros, há cerca de 3,5 milhões de anos, na África Oriental, deu-se o surgimento do homem, um animal não evoluído, possuindo a posição erecta ou bípede, e era construtor de objectos para a realização das tarefas domésticas e sociais para a sua sobrevivência. A sua destreza no fabrico de utensílios, a capacidade no manuseamento dos mesmos, o desenvolvimento das suas capacidades biológicas e recreativas foram preponderantes na diferenciação entre o homem e outros animais. Este mesmo homem terá se expandido para outras regiões do continente. O ferro foi o primeiro metal a ser usado, há aproximadamente 2 mil anos, descoberta efectuada na África Oriental (Sutton, 2010, p. 511).

Mas, Estermann (1961, p. 17) afirma que a tradição oral dos povos mais antigos da província do Namibe, que mantiveram os primeiros contactos com os europeus no século XVI, nada dizem sobre a existência desta arte de produzir o metal, o ferro essencialmente, sendo este o primeiro metal que os homens pré-históricos do continente começaram a produzir, como já referenciado acima. Não existe qualquer referência do uso do metal entre os povos da região do Namibe no século XV, por exemplo. A referência à tradição oral sobre o surgimento do ferro no seio das populações autóctones, revelam isto mesmo, já que nela, o homem europeu é destacado, o que demonstra uma presença muito actual do ferro nestas comunidades, impulsionado pelos bantu que se instalaram na região.

Na verdade, este dado não impede de afirmarmos que terá ocorrido a transição no manuseamento de instrumentos de pedra, madeira ou outros, para o ferro, já que foram períodos longos de transição desde a pré-história que se iniciou de 5 a 3,5 milhões de anos até ao presente, ocorreram inúmeras mudanças na terra, assim como nos hábitos e costumes destes (Sutton, 2010, p. 515).

Os primeiros habitantes de Angola, provavelmente, eram do tipo bosquímanos, antepassados dos poucos que ainda vivem no Sul de Angola, muito pouco se

² Há uma forte unanimidade entre os investigadores, de que a África seja sim o berço do surgimento do homem, os factos são provados através dos achados encontrados na África do Sul, na Tanzânia e outros lugares do continente.

fundamenta sobre a pré-história de Angola de forma geral, apesar dos artefactos estudados no Nordeste de Angola, a ausência de fósseis nas escavações do Leste de Angola, limita a determinação precisa do antepassado primitivo do homem angolano. O que coloca reticências sobre os bosquímanos como descendentes dos primeiros habitantes de Angola, segundo Desmond Clark, nas cavernas localizadas na província do Namibe, com as suas pinturas, qualquer historiador tem a honra de desvendar uma parte desconhecida do passado da região (Wheeler & Pélissier, 2011, pp. 48-50).

Para Ki-Zerbo (2010, pp. 743-750), com o surgimento do homem na face da terra, surgem também os utensílios, a produção artística e criativa. Surge no homem o saber fazer, o homem arquitecto das suas próprias obras. A pré-história africana segue o mesmo compasso evolutivo. Abrindo parênteses, o mesmo historiador lamenta que as relíquias pré-históricas do continente africano vêm sofrendo há centenas de anos com as profundas destruições provocadas mais pelos homens do que pela natureza. Depredações e pilhagens têm sido frequentes, sob o olhar impávido das autoridades governativas, os turistas, os civis, os militares, as indústrias e os nativos contribuem para a degradação desses espaços que preservam a história do continente. Apesar disso, ainda há muito para nos regozijarmos.

Muitos historiadores de África afirmam que a maneira de dividir a pré-história do continente, diferencia-se da forma como se divide a pré-história da Ásia, América, Europa e a África do Norte, classificada em paleolítico, mesolítico e neolítico.

Deste modo, a pré-história da África a Sul do Sahara divide-se em: *Early, Middle e Late*. a) *Early Stone Age* ou *Old Stone Age*: que começa desde a época dos primeiros objectos de pedra, isto é, há 3,5 milhões de anos, até cerca de 100 mil anos; b) *Middle Stone Age*: desde perto de 100 mil anos até 15 mil anos. c) *Late Stone Age*: desde 15 mil anos até ao início da Idade do Ferro que ocorreu há dois mil anos em quase todo o continente. Esses dados são aproximados, podendo surgir datas mais recentes, ou mais antigas, o que pode ser sempre deduzido por meio da estratigrafia arqueológica, geológica ou tipológica. Por outro lado, as formas de enquadrar a história de África em *Early, Middle e Late*,

não é o equivalente ao paleolítico, mesolítico e neolítico, já que o *Early* não será o equivalente ao uso da pedra, nem *Middle* o uso de algum instrumento de caça, ou o *Late* como sendo o equivalente ao período da descoberta do fogo, ou a fundação de algum metal, porque as evidências recentes encontradas na África Oriental, Central e Ocidental, permitem-nos tais questionamentos sobre os modelos de produção, assim como a cronologia europeia sobre a pré-história é diferenciada da africana que parece muito mais longa (Sutton, 2010, pp. 511-527).

Quanto ao estudo da arqueologia angolana, Oesterbeek (2013, p. 37) menciona a existência de três grandes unidades arqueológicas dentro do território angolano: o Norte, que vai desde a bacia do Congo ao Norte do Kwanza; as bacias do Zambeze, do Kuango e a do Kubango; e a região do Sudoeste que se estende à Namíbia.

A última é aquela que menos escavações recebeu, embora sejam quase nulas as chances de serem encontradas jazidas de espólios antigos nesta bacia, devido à forte acidez dos solos, ainda assim é possível localizar-se nela um conjunto de instrumentos líticos, como têm sido encontrados, bem como diversas estações arqueológicas.

De acordo a Ki-Zerbo (2010, pp. 743-750), os mais importantes sítios arqueológicos do continente estão localizados no Saara e na África Austral, o Namibe particularmente é um destes lugares, cujos estudos e achados têm-se revelado promissores.

Os estudos sobre as gravuras rupestres do Namibe foram iniciados nos anos 50 do século XX, antes, os estudos sobre a pré-história do Namibe restringiam-se ao vale do Curoca e ao deserto do Tômbwa, observando algumas construções de pedra, efectuando alguma escavação nada profunda em busca de algum espólio, mas sem sucesso, levantamentos feitos por Capelo e Ivens, no ano de 1884 (Campos, 2013, p. 35).

Ainda segundo Campos (2013), o primeiro estudo sobre as pinturas rupestres abrangeu Tchitundu-Hulu, o artigo foi escrito por Camarate em 1953, seguido por Baumann em 1954, Breuil e Almeida em 1962 escreveram sobre as pinturas

de Txipopilo, Camucuio e Brútuei. Mais tarde, Santos Júnior em 1974 estudou as gravuras do Tchitundu Hulu Mulume, e Ervedosa em 1980 estudou o Tchitundu Hulu Mucai.

Ervedosa constituiu a revisão bibliográfica deste local, descreveu-o dentro da arte rupestre angolana e africana, com os dados conhecidos na época. No que diz respeito à data da ocupação do lugar, Camarate sugeriu a datação do paleolítico médio, opinião reafirmada por Santos Júnior, que igualmente refere os achados microlíticos de Ervedosa no Tchitundu Hulu Mulume. Em 2009, Gutierrez acrescentou a bibliografia de novas estações rupestres situadas no Caraculo e Tchitundu Hulu Opeleva, o que de certo modo confirma a datação de Ervedosa. Ele por ser contemporâneo, uma vez evoluída as metodologias de estudo das artes rupestres em todo o mundo, o seu contributo na renovação de arqueologia angolana a Sul de Benguela é crucial Campos (2013).

Fernandes (2014, pp. 37-52), anota as estações arqueológicas da província do Namibe, localizadas desde o Kapangombe, Ponta do Giraul, Ponta Negra, São João do Sul, Bentiaba, Maconge, Tchicolongila, Munhino, Tchitundu-Hulu, Tchipopilo e Makahama, sendo em cada uma destas, destacadas um conjunto de materiais líticos referentes ao período pré-histórico africano (*Early Stone Agy, Middle Stone Age e Later Stone Age*).

Não tão distante, há alguns anos, andávamos a visitar as pinturas rupestres na zona do Caraculo e Virei, e constatar as gravuras que nos remetem há um período distante da humanidade. A constatação resultou que não é uma técnica de pintura recente, ou bantu, contrária a referência feita por Martins (2014), citando Estermann (1960), na sua observação das diversas gravuras rupestres em território angolano.

Uma observação ao que chamamos equívocos recorrentes, já que as populações Kuvales e Ova-Kwando (Ova-Kwissi) do lugar de Macahama se negam a receber os créditos pelas pinturas; já para o sítio do Tyitundo-Hulu, as populações autóctones, Kuvales que habitam o lugar, fazem referência ao facto de serem pinturas esculpidas pelos antepassados, às vezes afirmam ser obra de Deus e que os seus antepassados já terão encontrado. É um mistério difícil de desvendar, mas não improvável, podemos afirmar pelos estudos mais recentes

que não é trabalho bantu. Essas pinturas representam-se como fontes arqueológicas mais seguras para o estudo da pré-história não só do Namibe, como de todo o Sudoeste angolano. É, de facto, o ponto inicial para a descoberta da humanidade longínqua que habitou a região do Namibe, seus modos de vida, hábitos e costumes. Daí que, tal colocação não faz muito sentido, pelas imensas referências dos estudiosos mais recentes sobre as gravuras na Bacia do Sudoeste angolano de forma geral.

Existem muitas jazidas de artefactos líticos localizados pela comunidade científica, desde o Namibe, Huíla e Cunene. Matérias reconhecidas desde os períodos mais antigos (olduvense) até às indústrias mais recentes (Idade da Pedra Tardia, também chamado de mesolítico). O arqueólogo Ramos efectuou algumas campanhas de prospecção entre Kapangombe, deserto do Namibe e Tômbwa, efectuando o tracejado da presença humana no Sudoeste angolano, preenchendo lacunas cronológicas e espaciais, com referência a uma série de estações que documentam praticamente os principais estágios tecnológicos e culturais do paleolítico africano (Campos, 2013, p. 36).

É peremptório estarmos cónscios que a História do Namibe está intimamente interligada à história do continente africano, sobretudo da África Oriental. Este não é um facto isolado.

Ao rebater muitos dos estudos europeus sobre as migrações africanas amplamente propagadas ao longo do século XIX e depois no século XX, o antropólogo C. Arambourg apontou que o continente africano é o único continente que se encontra de forma ininterrupta todos os estágios de evolução do homem: desde australopitecos, pitecantropos, neandertalenses ao Homo sapiens, assim como os seus utensílios mais antigos. Essa perspectiva rebate toda e qualquer teoria sobre a negação do desenvolvimento cultural endógeno no continente, não obstante a isso, apresenta factos arqueológicos antigos, testemunhos indiscutíveis para frear qualquer argumento contrário (Sutton, 2010, p. 299).

À semelhança do que se argumenta em todo o continente, o Namibe talvez seja um dos lugares onde se pode achar tão ricas e antigas provas materiais sobre a pré-história dos povos do Sudoeste angolano.

Sutton (2010, p. 527) continua argumentando que quando não são localizadas as ossadas humanas, não se pode negar que o primeiro sinal da presença humana são os seixos lascados, ou fracturados. São estes, comparados aos artefactos Olduvaienses localizados em Olduvai, na Tanzânia, assemelham-se aos objectos localizados em quase toda a África Central, foram igualmente localizados nos sítios catalogados na região do Namibe.

1.2. O Namibe antes dos europeus

Para Vansina (2010, p. 622), reconstruir a história dos povos de Angola e os seus muitos territórios étnicos, sobre o período compreendido entre 1100 a 1500 anos, torna-se numa tarefa difícil para qualquer historiador, pois, o manuscrito mais antigo, data somente a partir de 1492, tratando as relações do reino do Congo e o reino de Portugal.

Para o caso particular do Namibe, muitos menos manuscritos são achados sobre a história pré-colonial dos povos e dos territórios desta parte de Angola.

As fontes orais são uma das metodologias que devem ser utilizadas para o preenchimento da história de Angola. Para a nossa infelicidade, a maior parte dos escritos feito pelos navegadores, viajantes, clérigos, comerciantes ou agentes da administração colonial, basearam-se apenas nas suas evidências, por isso, sobre o Sudoeste de Angola, muitos dos escritos narram apenas a história dos europeus nesses territórios. Só mais tarde, a partir da segunda metade do século XX, é que começaram a surgir novos estudos em busca do passado destes territórios antes da presença europeia, com o surgimento da fonte oral como fonte para o auxílio na reconstrução da história (Vansina, 2010, p. 623).

Os europeus que se entrecruzam com os africanos nos fins da idade média, relatam aspectos de uma África totalmente diferente dos relatos surgidos tempos depois. Falavam da existência de reinos muito bem constituídos (Paulme, 1953, p. 9).

Não nos esqueçamos que maior parte dos estados africanos se constituíram nos anos áureos da idade média africana (1000-1400), que não pode ser comparada a idade média europeia, é sabido pela comunidade académica, enquanto a idade

medieval europeia foi marcada por sucessivos retrocessos civilizacionais, um freio no seu desenvolvimento, a idade média africana foi marcada por um amplo processo de desenvolvimento, não obstante as ondas migratórias constantes.

Os sucessores dos navegadores europeus, nos últimos anos da colonização do continente africano, encontraram uma África deturpada, feita ruína e de grande terror.

Paulme (1953, p. 9) explica tal decadência ao facto de África ter atraído aquela população europeia interessada unicamente na exploração das riquezas naturais do continente. Mais ao norte, primeiro foram os árabes e depois os europeus. Tanto um quanto outro nunca se importaram com a África e com os africanos, apenas se preocupavam com o luxo que poderiam obter, explorando e massacrando os africanos, atirando-os para o penoso e desumano tráfico negreiro. Reparemos que a Ásia, depois a América carecia de mão-de-obra, e a África, “terra da Barbárie”, Costa dos Escravos, “*Zendj bar*”, ou “País dos Escravos”, era capaz de fornecê-los. Procedeu-se a captura dos habitantes, incitando as cortes africanas ao aprisionamento aos milhares e criando no seio dos africanos, incursões com exclusiva finalidade de fazer o maior número de prisioneiros para a escravidão. Os comerciantes árabes, depois os escravistas europeus destruíram rapidamente os reinos cujas brilhantes organizações foram mencionadas pelos primeiros europeus que atracaram a costa africana. As comunidades europeias vindas mais tarde, entraram em contacto com uma civilização africana profundamente derrotada, enfraquecida e alienada, que começava a refugiar-se mais para o interior.

Espoliados os despojos antigos ligados as obras de arte, objectos de veneração destruídos, ao negro bárbaro e adorador de grosseiros feitiços, restava-lhe apenas as tradições orais muito mal compreendidas e atijadas pelas narrativas escritas e verbais destes novos navegadores, que buscando protagonismos ao serviço dos impérios coloniais, procuraram estigmatizar a África e por todos os meios, construir a narrativa que dominou grande parte da literatura sobre a África dos séculos XVII ao século XIX Paulme (1953, p.9).

É certo que muitas das memórias escritas recentes e passadas sobre o Namibe foram escritas pelos navegadores europeus dos séculos tardios das suas

relações com os povos da costa a Sul de Benguela, muitas dessas narrativas repletas de preconceitos, algumas de entusiásticos ligeirismos na compreensão do outro. Também é verdade que muitos dos hábitos e costumes narrados por estes, ainda constituíam a base do que eram essas comunidades antes de Diogo Cão colocar o padrão no Cabo Negro, zona que compreende hoje o município do Tômbwa.

É difícil negar que o Sudoeste de Angola, seja das zonas habitadas mais antigas do actual território de Angola, e aquelas cujas fronteiras movimentavam-se com maior fluidez, dada as características sociais de todos os agrupamentos humanos presentes, desde Namibe, Huíla, Cunene influenciados pelos povos do centro de Angola, e pelos da Namíbia, do Botsuana e da África do Sul. Os primeiros relatos sobre os territórios a Sul de Benguela foram escritos por entusiastas da navegação, na ignorância, e certeza de que somente a escrita era passível de crédito para o conhecimento da história de qualquer grupo humano. Não houve qualquer interesse em compreender o modo de vida dos povos encontrados, que eram exímios pastores, alguns recolectores, caçadores, outros pescadores, de acordo ao contexto geográfico que cada um desses fragmentos humanos estivesse inserido, eram homens laborais e artífices.

Cardonega (1940b, p. 45) referenciou em seus apontamentos, os povos ao Sul de Benguela, como gente vivendo apascentando as suas manadas, em estado primitivo, ou coisa parecida. A verdade é que estes povos estavam enquadrados dentro do contexto de produção económica da sua época, não era um primitivismo irracional, nem viviam em algum estado cíclico de regressão, antes pelo contrário, eram grupos organizados, não praticavam a escravatura de qualquer natureza: doméstica ou patriarcal, conforme certas descrições dos primeiros navegadores, não eram pobres, pois o que era riqueza para o europeu naquele contexto, não era para a maioria destes grupos, dedicando a vida exclusivamente às suas grandes manadas.

Outrossim, os povos do Namibe de forma geral eram criadores nómadas e recolectores, pescadores sedentários por circunstâncias, vítimas das alterações frequentes da natureza, o seu estado antigo de vida, justifica-se neste âmbito, como veremos adiante.

1.3. Os povos do Namibe a partir do século XV

As populações que residiam no actual território de Angola antes do período colonial são agrupadas em bantu e não-bantu, sendo os dois grupos representados no território do Namibe. Embora Redinha (1973, p. 18) considere na sua classificação três grupos: bantu, pré-bantu e não-bantu, a maioria dos autores admitem a primeira afirmação sobre a familiaridade dos povos de Angola, o caso de Estermann (1960, p. 15). Para o nosso estudo, preferimos fazer referência à existência neste território, o ramo bantu e não-bantu, assim como Estermann e demais autores. Dentro destes, vamos encontrar diversos grupos, alguns dos quais extintos.

Os povos não-bantu eram constituídos, primeiro, pelos Ova-Kede (Sa Mu! Kwe), que possuíam uma língua e modo de vida semelhante aos San, cogitando ser esse o último grupo representante dos San em Angola, ficavam reduzidos nos confins do território do Namibe (Olderogge, 2010, p. 309), os Kwanyamas os tratavam por Ova-Kwankala (Estermann, 1960, p. 39).

Eles terão originado os Ova-Kwepe, que com Ova-Kwandu (Ova-Kwissi) formam o grupo Vatwa que ocuparam o Namibe antes dos bantu. Todos esses povos não-bantu que ao longo de milhares de anos, presume-se, habitarem o Namibe, possuem uma característica comum – as semelhanças linguísticas. Possuem um conjunto de diferenças nos hábitos, usos e costumes, mas o modo de vida revela-nos uma descendência comum (Estermann, 1960, p. 39).

O grupo Vatwa constitui um dos grupos mais antigo da região, deles fazem parte os Ova-Kwandu e os Ova-Kwepe, como mencionado anteriormente. Segundo os relatos mais antigos sobre o género de língua que falavam, os Ova-Kwandu eram falantes da língua khoi, e os Ova-Kwepe eram falantes da língua San, os povos mais antigos da região. Importa referir que, antes da influência da língua e costume dos Kuvaes, tanto os Khoi, quanto aos San, ao longo dos anos, estavam classificados dentro do mesmo sistema linguístico – a língua Khoi-khoi ou San, cujas características mais notáveis são os estalos na fala. Mas Olderogge (2010) se nega a tal mistura, afirmando serem povos completamente diferentes não só do ponto de vista linguístico, como antropológico, e que a

semelhança de cores não é uma fundamentação razoável, já que existe inclusive entre os zulus alguns traços de cores negras e amarelas.

Segundo Estermann (1961, p. 13) os povos bantu eram constituídos pelos emigrantes Ova-Helelo³, semelhantes nos aspectos somáticos, linguísticos e culturais, e encontravam-se em várias regiões do Sudoeste de Angola, mas os do Namibe, são constituídos pelos Himbas e Kuvales, fazendo parte da massa linguística bantu. Todos os elementos desse segundo grupo apresentam parentescos com os Helelo da Damaralândia⁴, na actual Namíbia.

Os povos bantu diferem-se através da cor da pele, altura e dimensões culturais. Por isso, os bantu das florestas apresentam diferenças somáticas com os bantu das savanas. Também apresentam diferenças nas actividades económicas que desempenham e na organização social. Alguns são matrilineares, outros patrilineares, alguns mantêm sociedades secretas, usam máscaras e outros não. O elo entre os vários grupos é a língua baseada numa expressão fonética no mesmo sistema verbal (Olderogge, 2010, p. 16).

Assim sendo, antes da invasão portuguesa ao Namibe, dois grandes géneros linguísticos predominavam: o Khoisan e o Bantu.

1.4. Prováveis origens dos povos do Namibe

Para Vansina (2010, p. 645), os San, cujos presumíveis descendentes foram os Ova-Kede (Sa Mu! Kwe), caçadores, falantes da língua San, também se localizavam no Sul de Angola e Norte da Namíbia. Igualmente os Twa caçadores negros - entre os quais se incluíam os Bergdama ou negros da montanha, ferreiros da Namíbia, falantes das línguas khoisan.

De acordo a Redinha (1973, p. 20), os Ova-Kwandu (Ova-Kwissi), ocupavam as serras pedregosas do litoral, habitavam as furnas, ou em habitações rústicas, alimentavam-se de raízes, frutos que a mata oferecia, da caça miúda que abundava a zona e do peixe que pescavam. Quanto a origem desses povos, são

³ Ova-Helelo faz mais sentido a afirmação de Francisco Le Roux, va-helelo que significa os de baixo, ohelelo que quer dizer baixo; oku-helela significando descer. (Estermann, 1961, p. 15)

⁴ Os habitantes desta região receberam o nome de Damas ou Dâmaras pelos seus vizinhos Hotentotes, que significa negros (Esterman, 1961, p. 13).

profundamente desconhecidas, mas podemos cogitar que da língua falada, antes mesmo de sofrerem a influência dos Kuvales, podem ter sido originários verdadeiramente do cruzamento entre Ova-Kede (Sa Mu! Kwe) e etnias do Coroca, até que se prove o contrário.

Quanto aos Ova-Kwepe, ao longo de centenas de anos, foram os ocupantes do vale superior do Curoca e o seu terço inferior, outros habitavam o Saiona e o Bero, presume-se serem originários da Chela e dos Gambos, possuíam o sangue Bochiman e Damara. Diferem-se dos seus companheiros do mesmo ramo, pelas actividades que desempenham. Eles, ao contrário dos seus semelhantes, praticavam a pastorícia e a caça. Eram falantes da língua San. Usavam flechas e azagaias mais sofisticadas (Almeida, 1936, p. 69).

Esses povos tiveram as suas línguas, os seus hábitos e os seus costumes, moldados ao longo dos tempos pela influência dos Ova-Helelo (Kuvales).

Quanto à origem dos Ova-Helelo, diz-se que eram sujeitos circulantes, semelhantes aos Khoi da Namíbia, apascentando o seu rebanho, praticando a caça e colecta. Não usavam o ferro até ao século XIV. Eram falantes da língua tchihelelo. Segundo a tradição oral datada de 1850, os Ova-Helelo afirmavam ter surgido do Leste. A hipótese é admissível, na medida em que, terem vindo da região do Zambeze, a mesma região de proveniência dos povos Ovimbundu, Ambó e Humbe, com a manada de bovino que adquiriram ao longo da sua jornada, seguindo o rio Kubango até ao Oeste. Quanto a sua manada de ovinos, a mesma tradição, afirma que Ova-Helelo tenham adquirido aos Khoi, este é um processo mais recente, porém, se tivermos que datar a emigração Ova-Helelo para finais do primeiro milénio, seria algo exagerado. As gravuras rupestres de toda a região, que fazem referência aos carneiros, as representações dos homens nestas gravuras demonstram mais para as feições dos khoi. Ova-Helelo foram também influenciados por outros grupos, o caso dos Twa, já que Kaokovela, que os Ova-Helelo meridional ocupam há mais de dois séculos é chamada de Otwa, ou seja, território dos Twa (Vansina, 2010, p. 645).

Cogita-se que em algum momento, os caçadores San, que ocupavam a costa até 13° da latitude Sul, passaram contornando pelo Sul o Planalto Central para o Leste se juntar a outros grupos San. Ao Sul, ocuparam toda a costa

Setentrional da Namíbia, ao passo que no interior, tiveram vizinhos San e Khoi. Alguns adquiriram a técnica de fundir o ferro. Pode-se dar o caso que foi neste momento que algum dos grupos falantes das línguas bantu do Sudoeste ocuparam o Planalto Central de Angola, alguns pontos no Sul e no próprio Oeste, enquanto a Leste foram viver nos vales de Angola oriental, deixando para os San os espaços entre os rios (*Ibidem*).

É importante não deixarmos de frisar que ao longo de décadas de estudos, estes povos foram designados de forma errada. Muitos deles receberam denominações que eles *mesmos* não consentiram, foi comum ao longo do processo de integração entre africanos e europeus na região, atribuir designações aos povos. Foi assim que os portugueses designaram *Mucorocas*, *Quipolas*, *Giraués*, *Cubaes*, *Mondomes*, *Mocuissos*, *Muximbas*, entre outras (Almeida, 1936, p. 69).

Os elementos destes agrupamentos humanos eram dados muito mais em função do nome das regiões a que estavam localizados ou provindo, do que por fundamentos linguísticos, antropológicos ou outros. Já que, povos vivendo em regiões diferenciadas, falavam as mesmas línguas, tendo os mesmos hábitos, costumes, graus e parentescos, eram considerados diferentes, e os diferentes considerados iguais.

1.5. Organização social, política e económica dos primeiros povos do Namibe

Não pode passar-nos ao lado a compreensão segundo a qual, os povos que habitavam e, ainda hoje, habitam o Namibe, não eram povos estáticos, as fronteiras para esses povos estavam em constante trânsito, conforme as suas deslocações. Daí que os primeiros navegadores europeus na costa Sul da África, atribuíram familiaridade entre esses povos, dos do Norte da Namíbia aos do Sudoeste de Angola, os Ova-Helelo. Foram todos agrupados numa mesma família. E a fronteira não existia conforme a compreensão dos europeus, que por meio de estudos antropológicos e linguísticos exploraram as diferenças para fazer vingar os seus interesses supremacistas de imposição dos africanos através da criação de fronteiras para a posterior colonização.

Conforme Felner (1940b, p. 39), afirma certa semelhança dos governos do Sudoeste, assim como a religião, com a diferença que os europeus não ensinavam nada de bom aos africanos, porque os africanos tinham uma organização social, política e económica, com as suas falhas, mas pelos menos não eram tão más quanto aos valores pregados pelos europeus, que na opinião deste autor, corromperam muitos destes costumes⁵ ao longo dos séculos da presença europeia em África.

1.5.1. Sociedade, economia e política dos povos não-bantu

Segundo (Redinha, 1973, pp. 24-28) os Ova-Kede (Sa Mu! Kwe), que se encontravam nos limites do território do Namibe, fronteira com o Cunene, nas regiões menos escassas de alimentos, e caça, falando uma língua de estalos, linguisticamente sofreram com o tempo, uma influência da língua Oshiwambo⁶, a sua existência foi profundamente abalada pelas actividades económicas exercidas pelos Ova-Helelo, obrigando-os a atravessar constantemente a fronteira com o Cunene e adoptando outros costumes, dos Kwanyamas, sobretudo, à par da língua e outros hábitos. Socialmente viviam em pequenos grupos, eram monogâmicos, havia entre eles a divisão das tarefas segundo o género – cabendo aos homens o papel de provedores de caça, e defesa do acampamento; economicamente viviam uma economia de caça e recollecção, não havendo qualquer informação sobre as relações comerciais de troca, ou outra. Pouco conhecimento tem-se sobre as suas crenças e rituais de iniciação e puberdade.

Os Vatwa (Ova-Kwandu e Ova-Kwepe), que circundam as zonas costeiras do Namibe, que vai desde a foz do Curoca aos contornos da Chela, como já aferido, viviam nesta zona ao longo de centenas, ou milhares de anos, considerados como os mais antigos habitantes da região. A sua presença é muito anterior à chegada dos bantu. Eram praticantes da caça de antílopes, recolectores de frutos silvestres e criadores de algum gado, prática aprendida com os Kuvales. Possuíam uma origem desconhecida pelos historiadores, apesar das

⁵ As formas de organização política e económica, os modelos de produção, e a organização das famílias foram alguns destes costumes corrompidos, pela imposição dos costumes e hábitos dos europeus, o alcoolismo, e outros valores como o cristianismo, embaçaram o olhar que essas sociedades possuíam.

⁶ Língua falada pelos Kwanyamas.

semelhanças entre os Ova-Kwandu e Ova-Kwepes, possuíam algumas pequenas diferenças no âmbito das abordagens sociais, políticas e económicas (*Ibidem*).

Os Vatwa (Ova-Kwepe e Ova-Kwandu) – socialmente entre os dois grupos, Ova-Kwepe pareciam melhor estabilizados, praticavam a poligamia, com menor frequência em relação aos Ova-Kwandu, cujo costume lhes parecia mais profundamente enraizado; quanto as observações sobre a economia deste subgrupo dos Vatwa, em 1485, referindo-se aos Ova-Kwepe, Diogo Cão deparou-se na região que compreende hoje o Tômbwa, anteriormente cognominada pela sua expedição, de Angra das Aldeias, em referência as duas grandes aldeias que terá encontrado na região, descreveu os habitantes como pescadores, o que nos faz descrever a pesca como um dos sistemas económicos destes povos, assim como a criação de gado e a caça, já que era uma zona de abundante caça, à semelhança do que ocorria em quase todo o território do Namibe (Delgado, 1955a, p. 68).

Já para os Ova-Kwandu ou Ova-Kwissi, o seu modo de vida era bastante semelhante aos dos Ova-Kede (Sa Mu! Kwe) de quem parecer ser originários, ou descendentes do mesmo ramo, tanto os traços nas falas, quanto a forma de sociedade, conservando as mais antigas identidades até ao século XV. Alimentavam-se de raízes, frutos que a mata oferecia, da caça miúda que abundava a região e do peixe que pescavam. Não dispoño de armas sofisticadas, mas usavam alguma, o que pressupõe dizer que não eram exímios guerreiros, isto pode ser pelo facto de que os anos de algum conformismo, antes das invasões bantu, legou-lhes alguma cultura de paz, ao que as armas não serem fundamentais para uma existência milenar livre de confrontos, ou de invasões, que ocorreram tempos depois, com a vaga migratória dos bantu à região (Redinha, 1973, p. 20).

Segundo Redinha (1973, p. 28) os dois grupos praticavam a circuncisão, prática de iniciação masculina, assim como praticavam algum ritual de puberdade feminino, acredita-se influenciados pelos costumes Kuvales. Quanto a este pormenor, não encontramos outras referências, contudo, não fica claro se foi uma prática muito mais antiga, visto que as relações entre esses grupos e os

Ova-Helelo eram relações de domínio, muitas vezes eram obrigados a não imitar muitos dos costumes Kuvales, como os adornos ou os penteados das mulheres Kuvales e Himbas, segundo (Esterman, 1960, p. 73).

Estes povos eram crentes em algum ente supremo, prestavam cultos aos antepassados que acreditam interceder pelos que vivem, a quem chamavam de Ovi-sika, são menos simbólicos nos actos de culto, o seu ente supremo recebia o nome de Suku, ou Suka, à semelhança do ente supremo dos Ovimbundu, Ova-Tchilenge e outros (Estermann, 1961, p. 107).

1.5.2. Sociedade, economia e política dos povos bantu

Por outro lado, os Ova-Helelo (Kuvales e Himbas) eram valentes criadores de gado, ainda hoje, constituem-se nos maiores criadores de gado do actual território de Angola. Redinha (1973, p. 49) acrescenta, também, que praticavam alguma recollecção, sobretudo para espécies de raízes utilizadas na sua vasta experiência para a realização de rituais sagrados que os caracterizava, os Himbas praticavam alguma agricultura de pouca expressão, não praticavam os Kuvales que desprezavam a agricultura segundo Carvalho (1997, pp. 13-16), e isso é muito simples de explicar, porque podiam trocar qualquer género de cultivo com os derivados das suas grandes manadas de ovinos e bovinos. As suas frequentes deslocações impossibilitavam a prática da agricultura, além disso, era do leite das suas vacas que retiravam o sustento.

Do ponto de vista cultural, os Helelo manifestavam as mais altas formas de representação cultural, a sua forma de vestir, incluindo os adornos chiquérrimos, as belas mulheres, sempre muito bem apresentadas, sobretudo entre as mulheres Himbas. Diferentes dos povos anteriores, há uma tendência de redução das práticas da poliginia entre os Ova-Helelo, que tendem a ser menos dados ao costume. Não obstante a construção das casas ser da responsabilidade das mulheres, predomina a autoridade paterna (Redinha, 1973, p. 49).

Também prestavam culto aos antepassados, sempre utilizando os animais, sobretudo a vaca, como o intercessor com os espíritos do defunto ou ente supremo. Os Kuvales foram aqueles a quem o culto do boi sagrado atingia a maior elevação. Isto não queira dizer que os Himba não praticassem com a

mesma elevação, a verdade é que eram muito parecidos nisso, e, igualmente, excelentes criadores de gado, o culto ao boi sagrado foi um costume que se estendia com grande prestígio para os dois grupos (*Ibidem*).

Sobre o boi sagrado dos Helelo, constituem-se como a ponte entre os vivos e os mortos, ou seja, através das consagrações manifestas, estes animais, passam a fazer parte do meio familiar, servindo para as comunicações entre os homens e os espíritos dos defuntos, servindo como meio de manifestação religiosa (Estermann, 1961, p. 125).

Ainda hoje, entre os Kuvales, é possível assistir-se à existência de um conjunto de cultos à vaca sagrada. Os Kuvales eram sujeitos possantes física e mentalmente bem constituídos, independentes e vivendo em pequenas chefaturas, não viviam em grandes grupos por questões de segurança contra as doenças, ou dos ataques dos inimigos de cima, as guerras do Nano, e outras mais centenárias e recentes, que assolavam o seu gado. Davam enorme valor ao gado, não apenas para a economia, sobretudo para os seus próprios sistemas de valores, eram contrários ao modo de vida sedentário, devido a sua prática económica, como é óbvio.

Nunca tiveram um grande chefe, um rei dos reis, sempre viveram em pequenos grupos, espalhados por todo o território do Namibe, às vezes atravessando o território da Namíbia, com quem possuíam laços culturais (Wheeler & Péliesser, 2011, p. 35). Isto é confirmado por Estermann (1961, p. 125), dedicam-se apaixonadamente ao gado, para eles significa tudo, a sua imaginação é ocupada de dia ou de noite pelas grandes manadas que possuem, assim como os que trabalham com as bolsas de valores se preocupam com as suas oscilações.

Durante muito tempo, alguns exploradores europeus, incluindo missionários católicos, negaram o sistema de crença dos africanos como prática religiosa humana, tratando tais crenças como superstições, desprezando e maldizendo-as, classificando-as como animistas, conforme escreveu Gabriel (1975, p. 34) a respeito dos cinco séculos do cristianismo em África. Os conceitos religiosos dos africanos são imperfeitos como são os humanos, assim como é o cristianismo, o islamismo, ou outro. O africano tem uma devoção profunda pelas suas crenças,

como veremos com os povos do Namibe, tanto os não-bantu, como os bantu que estamos agora a descrever.

Os Ova-Helelo são parte integrante do grupo bantu de Angola, que na totalidade, são povos crentes num ente supremo a que chamam de Huku, com nome próprio, não obstante a crença em seres espirituais. Praticam o culto aos espíritos dos mortos ou aos antepassados, como fundamento da sua religiosidade, sempre seguida de alguns rituais e sacrifícios com o gado sagrado, ou o fogo sagrado, que criam, acompanhada de preces. Não existiam igrejas, geralmente cada família possuía o seu próprio lugar de culto, designado por Otyoto ou o altar do fogo entre os Kuvales, o altar era circundado pelos crânios dos bois abatidos durante os sacrifícios para o assento dos melhores conselheiros, aí iniciava o fogo sagrado que marcava todos os actos religiosos e culturais, o objectivo era preservar o gado contra os ataques das feras (Estermann, 1961, p. 107).

Os Kuvales possuíam um conjunto de crenças em relação ao seu gado; a vaca do fogo sagrada era dedicada ao espírito dos seus antepassados, em que o animal era consagrado com tratamentos mágicos, serviriam os animais consagrados para a adivinha, para prever e sentir os que assaltavam os currais, possuía a vaca da oração que lhes servia de despertar sobre a sua dependência aos antepassados, o que de certa forma, os gados sagrados revelavam em suma, a ligação permanente entre os perezidos aos vivos, bem como, uma permanente dependência entre os criadores e os seus animais (Esterman, 1961, p. 363-384).

Os Himbas possuíam os mesmos traços que os dos Kuvales, cultuando-se o boi oráculo, castrado, vidente, consagrado era o seu nome, ombindise na língua dos Himbas, ombindise prevê os infortúnios, protege os homens e os animais. Existia entre eles a vaca da herança cujo objectivo era o de proteger os herdeiros dos espíritos do velho dono, não adoecia, morria envelhecida. Para se beber do leite da vaca sagrada, os seus próprios utensílios, exigia-se prescrições e regras. Como os Kuvales, os Himbas possuíam um altar, eles o designavam de Elao, o animal em sacrifício morre por estrangulamento, a cabeça em direção ao Norte,

a carne é lançada aos espíritos da carne do oriente e ocidente, chamando pelo nome dos espíritos a cultuar (*Ibidem*).

No que referido as formas de adoração dos Himbas, à semelhança dos Kuvales e outros povos, já Cardonega (1940a, p. 39), referia-se com o preconceito da época, as muitas semelhanças dos povos de Angola, como possuidores de costumes e rituais gentílicos no acto de adoração aos seus deuses, fazendo-lhes oferendas e sacrifícios, pedindo deles saúde para os seus males, pelos oráculos. Descrevendo que os deuses os orientavam sobre as ervas e os paus a serem utilizados no processo de cura das suas enfermidades, assim como lhes dizem os feiticeiros, que na percepção do mesmo autor, mas se pareciam ao ritual ao pai das maldades, reconhecendo a grandiosidade do poder dos africanos, tentando diminuir as crenças, como era o preceito racista da época. O que de resto, os africanos, incluindo os povos do Namibe, são profundamente devotos aos seus costumes e crenças.

Ova-Helelo possuem uma linhagem matrilinear, à semelhança do que acontece com quase todos os povos bantu, os filhos pertencem ao clã da mãe e não ao do pai, o irmão mais velho da mãe tem a autoridade sobre o sobrinho, pois, é ele o herdeiro (Gabriel, 1975, p. 6).

Não obstante a abundância de gado, deriva do leite o seu principal sustento; a carne era consumida em razões extremas, como nos muitos rituais de iniciação masculina, ritual de puberdade, ou outro, que celebra algo grandioso e de significância cultural e espiritual. Cardonega à semelhança dos seus compatriotas nas fases iniciais e intermédias nas relações entre europeus e africanos, nunca puderam compreender os fundamentos das sociedades africanas, estas foram as razões de tamanho perjúrio ao longo de séculos de narrativas históricas coloniais em Angola. O gado sempre foi para além da riqueza material, é espiritual, e podia ascender a categoria da filiação, porque dele dependia o sustento da família e a continuidade de gerações inteiras, daí a profunda dedicação que estes povos criadores davam ao gado, não seriam grandes pastores, na visão de Cardonega António (1940b, p. 45), se não fossem capazes de prezar pelo seu gado com tamanha estima.

Esses povos eram exímios criadores e caçadores por circunstância. Possuíam uma identidade comum, a língua, embora existindo as diferenças clânicas e étnicas, elas não eram tão acentuadas. Não obstante as separações existentes do ponto de vista geográfico, os seus territórios se cruzavam nas constantes deslocações para a pastagem do gado, que constituía a dinâmica comercial Centro-Sul, quer em trocas comerciais, quer em guerras de razia, ou resgate do gado, impulsionadas no século XIX, com a entrada de novos actores (europeus).

Existiam relações económicas entre eles, muito antes da presença portuguesa; é falsa afirmação segundo a qual foram os portugueses que impulsionaram o comércio entre estes povos. A verdade é que o único comércio instituído e impulsionado pelos europeus, foi inicialmente o tráfico de escravos, uma prática ignóbil instaurada em todos os territórios da região. Às vezes difunde-se a narrativa segundo a qual a escravidão sempre existiu em África, com a tentativa de minimização, cognominando a de escravidão doméstica ou patriarcal, o certo é que, dos muitos escritos do século XVIII ou XIX, essa prática nunca vigorou entre os povos do Namibe, tanto é que, de tão conservadores que foram, teríamos relatos desta prática, não havendo, não passam de especulações com o objectivo de legitimar a escravidão e culpabilizar as vítimas do processo horroroso.

Para isto, Torres (1974a, p. 28) referindo-se a Pinheiro Furtado, que em 1785 fez a primeira incursão para o território do Namibe, onde localizou vestígios de habitações antigas, e fala dos pastores com muito gado. Isto pode ser sinal claro que os habitantes anteriores terem sumido, seja razão suficiente para afirmarmos que, ou foram vítimas do tráfico europeu, ou se afastaram para longe da costa para fugir dos radares dos negreiros. O que também nos mete a pensar que nunca houve escravatura no seio destes. Portanto, nunca houve escravatura de nenhuma índole, mesmo que se esforce tal relação, às vezes interpretações apressadas para criar argumentos, com algumas dificuldades, alguns autores europeus, como Redinha (1973), confirmam a tese da não escravidão entre os autóctones do Namibe.

Os povos do Namibe nunca formaram grandes conjuntos políticos. Isto não é sinal de pouca grandeza, não obstante a certa literatura fazer referência sobre o

poderio do Matama ter-se alargado até ao litoral, não parece convincentemente aceitável, pela natureza libertária dos povos Ova-Helelo, sobretudo os Kuvaless, que não eram submissos a nenhuma autoridade. Além disso, o seu modo de vida de pastores criadores (Redinha, 1973, p. 384). Obrigava-lhes a seguir uma conduta de mudança frequente das suas fronteiras e os seus gados. Em relação aos Himbas, as deslocações frequentes para o outro lado na fronteira actual com a Namíbia, para apascentar o seu gado, são evidências claras de desconstrução desta narrativa. Excepto que referenciamos aqui os povos que começaram a emigrar tardiamente.

Os Helelos, sempre viveram em pequenos grupos, as construções das suas residências eram temporárias, eram acampamentos mais ou menos curtos, onde eles estavam sempre de regresso de acordo ao clima da região, para a sobrevivência do gado, o poder caminhava com eles, aliás, a constituição da vida em pequenas Ongandas, tinha por fim, proteger o gado das doenças, e dos roubos em massa, assim, qualquer perigo que acometia determinada Onganda, muito dificilmente poderia acometer outra. Por isso, é escusado tomar a referência a outros povos bantu, para classificar a organização social e política dos Ova-Helelo.

Foram os portugueses que reinterpretem as formas de autoridade entre esses povos. Antes os chefes de família eram os chefes das Ongandas, a autoridade residia sobre os mais velhos, detentores de grandes fortunas em gado, e dos poderes dos espíritos. Possuíam a última palavra diante dos agrupamentos, isto é genérico a todas as sociedades bantu, algumas desenvolveram mais eficazmente este poderio secular, as outras mantiveram esse conservadorismo, o caso dos Helelos, que no âmbito dos primeiros contactos com os portugueses, ainda preservavam estes costumes antigos. Os mais velhos, os feiticeiros, foram sempre muito respeitados dentro destas comunidades (Gabriel, 1975, p. 33).

1.6. A noção de nação segundo os povos do Namibe

Para entendermos a noção de nação segundo os povos do Namibe, é importante referir os contornos históricos da ocupação militar da África ocorrida em 1890, impulsionada pelas potências militares da época. Por esta altura, já quase a totalidade dos territórios de Angola pareciam pacificados, na perspectiva das

autoridades coloniais portuguesas, sobretudo em 1917, depois da derrota do Kwanyama. Até a essa época, os povos autóctones, sobretudo os Kuvaes e Himba, optaram pelo distanciamento da civilização, explorando os velhos espaços para o exercício da sua autonomia política, e a natureza económica independente – a criação de gado (Campo, 2017, pp. 4-6).

O problema subjaz quando se procede à aprovação da política do indigenato em 1928, já que os Kuvaes não se submetiam ao trabalho, nem se prestavam ao pagamento dos impostos exigidos pelas autoridades coloniais, o que vai culminar com a tal Questão Mukubal, que procede a este marco, referenciada pelas autoridades coloniais portuguesas (*Ibidem*).

Estas questões, implicitamente, motivaram ao mais alto grau de análise das circunstâncias para a compreensão de nação, baseada essencialmente na autonomia governativa. Segundo Carvalho (2008, p. 81) o gado marca todo o processo de interação entre os povos do Namibe, sobretudo os Himbas e os Kuvaes. O leite e a carne que produzem, inicialmente serviam para o uso exclusivo da comunidade, mais tarde passou a servir para a troca de cereais de que não dispunham.

Estamos perante o alargamento das relações Inter-étnicas, das quais nem sempre foram parte da natureza destes povos. Portanto, face ao descrito acima, a conclusão que se pode tirar, para os povos do Namibe, o conceito de nação está ligado ao seu modelo de produção económico – criação de gado; bem como ao livre trânsito nas suas zonas de pastos. Qualquer percepção, longe disso, não oferece qualquer compreensão que lhes permita a inserção dentro dos sucessivos sistemas económicos e políticos criados, tanto o colonial, quanto o pós-colonial (Carvalho, 2008, pp. 81-83).

1.7. Os primeiros contactos entre namibenses e europeus

Os primeiros contactos entre namibenses e europeus deu-se através dos portugueses, remonta ao período conhecido como – período de descoberta, para os europeus, período de invasão, para os africanos, tendo iniciado no ano de 1482 por Diogo Cão, na sua primeira viagem. Saindo de Portugal, em 1484, o mesmo explorador, prosseguiu viagem pela segunda vez à costa africana, tendo chegado neste período, até à foz do Coroca, aonde estabeleceu contacto com

as comunidades existentes na região, onde terá colocado o padrão no Cabo Negro em princípios de janeiro do ano de 1485, como sinalizador da presença e posse de Portugal sobre o território namibense (Cardonega, 1940a, p. 24).

Não há dúvidas que ocorreram os contactos entre namibenses e portugueses; é precisamente nesta ordem de ideias que a história do Namibe colonial começa. Admitamos, que depois deste contacto, parece-nos ter havido uma quebra nas relações entre os povos até ao ano de 1764. A presença dos europeus passou a ser frequente, como veremos mais adiante, depois dessa data. Com o advento da escravatura, e do tráfico negreiro, a costa do Namibe foi palco de um período ausente de luz, de informações, sobre o que se passava com o lugar depois do ano de 1485, porém as inscrições descritas por Pinheiro Furtado, fala de alguma circulação até ao ano de 1764 (Felner, 1940a, p. 5).

Depois desta data, parece que Pilartes Silva, a mando do Capitão-Mor de Quilengues, visitou a região, chegando ao Cabo Negro em 1770 (Padrão, 1998, p. 24), facto comprovado por Cecílio Moreira (1965, p. 8), que afirma terem descido do alto da Chela para socorrer portugueses naufragado na costa.

Os ingleses denominavam a Baía de Moçâmedes por Pequena Baía de Peixe, que aparecia denominada de Angra do Negro pelos portugueses, nas cartas e roteiros do século XVII (Torres, 1974a, p. 24). Como dissemos anteriormente, a região recebia muitas visitas de embarcações portuguesas e de outras nacionalidades, com o fito principal de fazer pausa, mas, sobretudo, à semelhança do que acontecia a toda a costa de Angola, proceder com a exportação de homens negros do interior para o lucrativo e desumano tráfico negreiro, o que faz algum sentido, o nome Angra do Negro que davam ao local.

A posse do Brasil pelos portugueses impulsionou de algum modo o tráfico humano em Angola, dada as características do nativo brasileiro, que não se submetia aos trabalhos nas minas, ou aos portugueses incapazes de liderar os trabalhos nos campos agricultáveis do Brasil, formaram-se condições essenciais para que se recorresse à mão-de-obra angolana para as minas e agricultura no Brasil (Felner, 1940a, p. 5).

Foi neste imbróglio que os capitães de navios procederam ao impulso das guerras entre povos, e aprisionamento em massa de guerrilheiros derrotados, outros acusados de roubo, ou práticas de feitiçaria, entregando-os como escravos aos capitães dos navios, em troca de bugigangas, quinquilharias ou bebidas (Paulme, 1953, p. 12).

Aconteceu em muitos lugares de Angola, pode ter acontecido o mesmo no Namibe, mas não como fundamento das relações sociais dos povos, mas como um sistema imposto que nos parece não ter resistido por ausência de populações, a olhar pela descrição de Pinheiro Furtado em 1785.

Pinheiro Furtado, encarregado a efectuar a exploração da costa do Namibe em 1785, inventariou um total de 28 inscrições na Torre do Tombo, inscrições referentes a presença de navegadores, ou negreiros, as mesmas correspondem ao período de 1647 a 1770 (Torres, 1974a, p. 31).

Podemos concluir com alguma objectividade que, de acordo aos dados existentes, os primeiros contactos entre namibenses e portugueses, procederam-se em três fases: a primeira decorreu em 1485; a segunda em 1785 e a terceira em 1839. E apesar do contacto nos primórdios das viagens de explorações europeias, é importante referir que apenas três séculos depois começaram-se a efectivar algum esforço para a ocupação militar das terras do Namibe por parte dos portugueses (Torres, 1974a, p. 34).

1.7.1. As primeiras expedições ao território do Namibe depois de 1485

O tráfico de escravos foi o mote que retardou o processo de dominação portuguesa sobre o território do Namibe. Apenas no ano de 1785, começou-se com a exploração do litoral a Sul de Benguela, Namibe. Recordar que foram precisos três séculos depois para que a coroa portuguesa desenvolvesse algum interesse pela região (Padrão, 1998, p. 51).

A expedição foi ordenada pelo capitão geral de Angola, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, o Barão de Moçâmedes. Procedendo-se assim, em Benguela, a organização de duas expedições que deviam seguir para o Namibe, a primeira, partindo de Benguela pelo mar, comandada pelo tenente-

coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, a segunda, comandada pelo sargento-mor Gregório José Mendes, seguia por terra, via Benguela (*Ibidem*).

1.7.1.1. A viagem de Pinheiro Furtado

O grupo partiu de Luanda a 25 de Maio, chegando ao Novo Redondo a sete de Junho, no dia 13 partiram à Benguela onde chegaram no dia 22 de Junho. O barco de avanço chegou a Angra do Negro no dia 03 de Agosto de 1785. A embarcação a que seguia Pinheiro Furtado chegou ao Namibe no dia 31 de Agosto. Ao chegar a Angra, importa salientar o facto que o grupo que atracou primeiro a região, anotou o assassinato de quatro elementos no dia 29 de Julho, pelos autóctones, pressupõe-se em defesa da sua territorialidade, já que Gregório Mendes faz referência que, com toda a displicência, sem necessidade alguma e contra a sua ordem, os tripulantes chegavam à terra, em desacordo com os nativos, ameaçavam vezes sem conta, incendiar as suas habitações, estes revidaram com flechas e se apropriaram dos despojos (Felner, 1940a, p. 7).

Um dado curioso, em carta enviada de Benguela ao Barão de Moçâmedes, em 22 de Setembro do mesmo ano, explica as derrotas circunstanciadas ali; vivencia os Ventos Lestes, as fortes correntes, navegando sempre de vista à costa, foi nestas circunstâncias que Pinheiro Furtado, pede ao Barão de Moçâmedes, promotor da expedição, que permita que ao novo porto seja dado o seu nome, em substituição ao anterior. Nesta altura, classificam a baía como segura, de bons portos, com uma ribeirinha de óptima água doce, bem como excelente pesca, muito e bom tronco para lenha. Foi por ele que se ficou a saber da frequência de europeus na zona, depois de Diogo Cão, como referimos no título anterior (Torres, 1974a, p. 39).

Quanto aos habitantes, fez referência aos pastores com muito gado, destacando exuberantes carneiros, estes mudavam frequentemente de lugar em busca de pasto para o seu gado. Vestiam-se simples, com peles que lhes cobria os sexos. Utilizavam flechas e azagaias como instrumentos de defesa e de ataque, não eram consumidores de bebidas alcoólicas, o que nos remete a pensar que a introdução do álcool entre estes povos foi claramente pelas mãos dos portugueses. Aqui também, parece-nos claramente estar a falar dos Kuvales, e

não qualquer outra etnia, pela forma de vestir, as armas, o gado, são características nitidamente dos povos Kuvales. Assim, Pinheiro Furtado sugere a construção de uma fortaleza na Angra do Negro, para a proteção de qualquer estabelecimento que viesse a ser criado (Torres, 1974a, pp. 41-42).

1.7.1.2. A viagem de Gregório Mendes

Gregório Mendes seguiu o seu percurso levando consigo mil escoltas autóctones⁷ e 20 soldados portugueses. Partiram de Benguela no dia 30 de Setembro de 1785, seguindo o Sul-Sueste, no dia Um, o grupo chegou ao Ndombe, onde permaneceram explorando o rio Copororo, Gregório Mendes faz referência no seu relatório, sobre a existência de seis potentados ricos em bois, cabras e carneiros, todos estes reconhecendo a autoridade de Portugal (Torres, 1974a, pp. 42-43).

Ao longo da jornada, aprisionam uma mulher e um homem, tendo à posterior, servindo-se do homem como o guia do seu exército, antes os presenteou com panos, visto na época, como sinal de vassalagem e compras de favores. Deste guia, obtiveram informações de como viviam “sem governo”, pelos montes, habitações erguidas nas furnas, sustentando-se do leite do seu gado e da caça. Considera-lhes de “muito supersticiosos”, diz que permitem-se passar a fome sem nunca matar o seu gado, excepto se atacado por alguma doença (Torres, 1940a, p. 45).

Aqui podemos elucidar que esta perspectiva é equivocada, porque parte da interpretação do explorador, estes povos sempre tiveram uma economia do leite, baseada precisamente na racionalização e preservação do seu gado, a razão do leite que há milhares de anos alimenta e mantém essa economia funcional, como referimos no título sobre a economia dos Kuvales (Carvalho, 1997, p. 6).

O viver sem governo não é uma categoria inferior de desenvolvimento humano, o que não quer dizer que essas comunidades viviam realmente sem governo. Se

⁷ A quantidade de africanos compondo a caravana de Gregório Mendes não causa espanto, visto que, neste período, Benguela já estava completamente dominada pelos portugueses que ocupavam quase todo o litoral da região a partir de 1617, incluindo o potentado guerreiro de Caconda. Com o poder da pólvora, os portugueses começaram a se impor, a violência foi a regra, as chefaturas foram todas subjugadas, apesar das resistências mais para o interior. Daí que, o número de soldados africanos ao serviço da obra colonial, não seja algo admirável nem incomum em todas as incursões narradas (Delgado, 1955b, p. 43).

tal afirmação fosse real, não existiriam referências sobre a punição aos crimes praticados, segundo os escritos de Almeida (1936, pp. 60-70). A verdade é que, pela natureza económica dos povos, uma autoridade forte representaria o fim destes povos, o seu género de produção determinou ao longo dos séculos o seu modelo político, social e de governo, baseado na constituição de pequenos agrupamentos, sobretudo para a racionalização dos recursos disponíveis para as suas enormes manadas, para os criadores bantu, assim como para os recolectores e caçadores não bantu da região. Essa foi a razão que tornou o domínio colonial incapaz de contê-los até 1941.

Reiteramos que não há qualquer referência minimamente realista sobre esse dado, o consumo da carne atacada pela doença, parece totalmente infundada essa descrição a medida que o gado sempre foi um motivo pela vida dos povos da região em estudo, o seu consumo era determinado pelas circunstâncias culturais, assim como hoje, a riqueza de qualquer homem, ou grupos, está na capacidade de acumulação de capitais, em bens ou em dinheiro, o mesmo acontece com os povos Helelo, exímios criadores, que não desperdiçaram obviamente a sua riqueza, acumulada há milhares de anos, cujo prestígio de qualquer homem na sua sociedade está directamente ligado em quanto possui em gado, como refere Estermann (1961, pp. 122-126).

Seguiam viagem, mais uma vez, Gregório Mendes faz referência aos povos encontrados, cujas características e descrições sobre usos e costumes assemelham-se ao já proferido sobre os grupos anteriores, com um pormenor a reter, vivem do leite do seu gado, da caça, colecção, e de alguma pesca, o que pressupõe serem Ova-Kwepe, afinal de contas, os Kuvales não se alimentam do peixe. Seguindo o percurso, no dia Um de Novembro, deparam-se com uma velha que lhes orienta o caminho que os leva a Moçâmedes, no dia Três, chegam ao Porto de Moçâmedes (Torres, 1974a, p. 48).

Descreve os habitantes da região, a que ele designa por selvagens incultos, comedores de carneiro e peixe. Na tentativa de perseguição do grupo presumivelmente responsável pelos acontecimentos do dia 29 de Julho, Gregório Mendes orientou que se dirigissem em dois grupos, em direcções diferentes, um segue em direcção ao rio Bero, em busca dos fugitivos, tendo

encontrado apenas um velho trêmulo, aparentando ter mais de 100 anos, das circunstâncias, ele descreveu o facto de existir entre os habitantes desta região, uns chefes, mas eram compostas por comunidades muito reduzidas, possuindo excesso de carneiros e vacas. Prosseguindo a sua exploração, Gregório Mendes alcançou a região onde estava refugiado, Monchuro, o homem responsável pela defesa do seu acampamento, tendo vitimado os invasores portugueses, mas escapou heroicamente, onde terá abandonado o seu rebanho, a que Gregório Mendes enumera exageradamente em 600 carneiros (Torres, 1974a, p. 51).

Gregório Mendes chega ao Bumbo, descreve-o entusiasticamente, como um lugar de abundância natural, uma região com um físico e clima não semelhante a qualquer outra região da África. É uma terra com enorme serra, coberta de muitos potentados, uma grande população com férteis habitantes. Da serra, nasce um rio que alimenta os terrenos férteis para a cultura de cereais, tabaco, entre outras (Torres, 1974a, p. 57).

Segundo Azevedo (2014, p. 22), foi pelas viagens de Gregório Mendes e Pinheiro Furtado que se procedeu a construção de uma fortaleza que fosse a garantia da autoridade portuguesa e a protecção de todos os empreendimentos que ali se erguesse, o que só veio a efectivar-se anos mais tarde, já que o Barão de Moçâmedes saiu pouco tempo depois.

1.8. As descrições de João Baptista Douville

No âmbito da viagem efectuada em Angola, no ano 1827, escreveu ao ministro das colónias do seu país, uma memória em que realça as condições geográficas e climáticas da região que parecia abandonada, não obstante a colocação do padrão no Cabo Negro, e das explorações de Pinheiro Furtado e Gregório Mendes. Douville insta o ministro da colónia do seu país, que procedesse à construção de um presídio para o degredo no Porto de Moçâmedes, descrevendo a existência de água doce, a passividade dos povos, bem como óptima temperatura (Torres, 1974a, p. 68).

Foram também pelas descrições de Douville, que suscitaram algum despertar dos portugueses, obviamente viram-se obrigados a retomar as explorações para a conseqüente ocupação que veio a se efectivar quase meio século depois.

1.8.1. As novas expedições ao território do Namibe depois de 1785

Com o fim da guerra civil em Portugal de 1834, com a Convenção de Évora-Monte firmado em 1836, com o Decreto de 10 de Dezembro que proibia a exportação de homens como escravos, assim como a sua importação pelo mar, fizeram emergir o interesse dos portugueses em assegurar as terras africanas que se rogavam suas pertenças. Movidos pelas palavras de Sá da Bandeira, que instava o Governador-Geral a proceder à salvaguarda das terras sob sua posse, por conta da ameaça das potências da época, que buscavam ocupar os territórios africanos sob pretextos (Torres, 1974a, p. 74).

Convém colocar nos territórios a Sul de Benguela, no Porto de Moçâmedes, um pequeno presídio que fosse, para que se visse a bandeira portuguesa. Por estas palavras, o governador-geral António de Noronha incumbiu, para esta missão, o capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha, e, como coadjuvante, o tenente João Francisco Garcia. Cabendo a Pedro Alexandrino a viagem por mar e, Francisco Garcia por terra (Torres, 1974a, p. 75).

1.8.1.1. A viagem de Pedro Alexandrino

Pedro Alexandrino saiu de Luanda no dia Nove de Agosto de 1839, chegando a Benguela no dia 24 do mesmo mês, recebendo as instruções, partiu de Benguela no dia Um de Setembro, levando consigo dois soldados portugueses e dois autóctones que lhe serviriam de tradutor, ao fim de 22 dias, atraca em Cabo Negro, sem demora, avança em direcção ao porto do Pinda, que classifica como excelente ancoradouro (Padrão, 1998, pp. 50-60).

Do seu relatório, descreve o litoral como um deserto de areia solta, sem vegetação alguma, a água aparece apenas em algumas lagoas há cinco km a Noroeste, onde corre um rio no tempo chuvoso, há nas proximidades uma povoação a que os autóctones atribuem o nome de Coroca. Descreveu os habitantes como *Mondombes*, semelhantes aos que trazia consigo como intérpretes. Amigáveis, mas pobres de gado e outros. Usam azagaias e flechas. Cultivam o milho, a abóbora, o feijão, junto das lagoas. Prezam os panos de lã ou outro, pois se vestem unicamente de peles de carneiros e outros animais, amaciados com alguma habilidade para o uso corrente. Concluindo a sua estadia

no porto do Pinda, sugere a construção de uma feitoria no porto, marca o limite do areal como ponto estratégico para o efeito (Torres, 1974a, p. 75).

No dia Um de Novembro, segue à Baía dos Tigres, não conseguindo vislumbrar qualquer presença humana no local, descreve a existência de um excelente porto natural, formado por uma península de areia, baixa e estreita. No dia Três, fez-se de volta, tendo avistado o Padrão do Cabo Negro. Tendo seguido viagem em direção a Moçâmedes no dia Quatro (Torres, 1974^a, pp. 77)

No relatório de Pedro Alexandrino, faz referência a povoação denominada de Mussungu Bitoto, como o nome nativo da região, localizada na Baía de Moçâmedes, anota igualmente a existência do rio Bero, que possui excelente caudal em época de chuva, secando em épocas de estiagem, possui boa água doce, e uma nascente a 100 metros do mar. Os campos são excelentes para a cultura, possui no local, mas os autóctones preferem as águas das cacimbas por serem melhores. Existem igualmente lagoas de água salgada que propiciam a produção do sal de boa qualidade. Na Baía de Moçâmedes, há infinitas árvores cobertas de urzela, bom clima, variedade de pescado, e uma excelente posição, o que permite o abrigo de qualquer embarcação. Os territórios adjacentes são saudáveis, a notar pelo estado da guarnição (Torres, 1974a, pp. 78-82).

1.8.1.2. A viagem de Francisco Garcia

A viagem de Francisco Garcia revela-se uma das mais inusitadas, reparemos que parte de Moçâmedes a caminho de Caconda, na sua viagem às margens do Bero, cruza-se pelo caminho com um autóctone que presume ser Kuvale, ao que o trata por soba, que lhe pediu protecção contra os da sua espécie. Este cedeu-lhe abrigo, convidando-o a se abrigar na baía de Moçâmedes, o ancião cedeu ao convite, em seguida, Francisco Garcia, orientando que fosse bem tratado pela guarnição na Baía, e que fosse instruído dentro dos valores cristãos (Torres, 1974a, pp. 82-86).

Ainda durante a viagem, depara-se com outro homem, acompanhado de outros seis homens e levando consigo todo o seu gado, fugindo as guerras do Jau, dirigia-se a Baía de Moçâmedes a procura de abrigo, ao que o tenente Francisco Garcia lhe garantiu protecção a si e ao seu gado, na Baía de Moçâmedes, como

gratificação, recebeu do soba uma cabeça de boi, oferta que o responsável da expedição retribuiu, oferecendo-lhe missanga e aguardente (*Ibidem*).

Prosseguiu a sua marcha em direcção ao Bumbo, descreve um ramo dos Kuvales desintegrados dos restantes ramos, estes eram livres e exerciam a sua autoridade com alguma perspicácia, vivendo em liberdade pelo mato. Avista e reporta as plantações de milho e outras espécies de cultura, descreve a caça de elefantes como uma prática reiterada pelos autóctones. Chegou a Caconda, feliz pela proeza em dar a conhecer aos sobas e sobados sobre o domínio português em suas terras. No dia 17 de novembro, Pedro Alexandrino e Francisco Garcia reencontram-se com os sobas Mussungu e o soba Loquengo, este último foi baptizado com o nome de Giraúl, e pediu insistentemente que fosse avassalado em nome do rei de Portugal (*Ibidem*).

Do pacto de amizade entre os sobas e os dois exploradores, ficou acordado que estariam a exercer poder sobre os povos que habitavam o litoral da baía de Moçâmedes; assinaram igualmente um tratado de comércio mútuo, e a construção de um forte que lhes protegesse de algumas correrias proporcionadas pelos ataques frequentes dos habitantes do interior. Assim, o pacto de amizade foi assinado pelos dois exploradores e pelos dois sobas, no dia 13 de agosto de 1840, lavrado na barraca do comandante.

Estas foram as últimas explorações efectuadas ao território do Namibe, que contribuíram largamente para a ocupação militar portuguesa sobre o território a Sul de Benguela, Trezentos anos depois.

Pondo em prática as orientações de Sá da Bandeira, expressas nas instruções dirigidas ao governador António de Noronha no ano de 1838, como mencionado anteriormente, sobre a necessidade da construção de um presídio para degredados, o que aconteceu depois que os sobas foram avassalados. Assim, o governador-geral da província, Manuel Eleutério Malheiros, orientou a construção de um forte na Baía de Moçâmedes, em Fevereiro de 1840, que firmou a posse portuguesa sobre o território (*Ibidem*).

O forte foi baptizado com o nome de S. Fernando, pelo Governador-Geral da província, pelo ofício nº249 de 12 de junho de 1841, que foi aprovada por portaria ministerial de 31 de agosto de 1841 (Felner, 1940a, p. 11).

1.9. Primeira tentativa de colonização do Namibe

Embora alguns estudiosos, como Azevedo (2014, p. 22), afirmam que os primeiros actos efectivos para a colonização do Namibe remontam ao período de 1785, ano em que se deu a constituição da primeira junta incumbida de proceder com a exploração do território à sul de Benguela. Na nossa percepção, entendemos que a colonização do Namibe inicialmente deu-se com o pacto de amizade entre os exploradores Francisco Garcia, Pedro Alexandrino e com os sobas por eles impostos, Mussungo e Loquengo, o que terá legitimado a construção do forte. Portanto, a colonização começa precisamente neste período, 1840, com o destacamento militar presente desde 1839, aquando da exploração de Francisco Garcia e Pedro Alexandrino, tendo sido o Tenente Francisco Garcia o primeiro comandante do presídio.

Fundamentamos a nossa afirmação na medida que foi como resultado do pacto de amizade e comércio que culminou com a construção do presídio, assim como o surgimento das primeiras oito feitorias na Baía de Moçâmedes entre os anos de 1840 a 1849. Assim, procedeu-se com a ocupação política e económica da região do Namibe, pois o presídio, guarnecido militarmente, garantia o funcionamento das feitorias que funcionavam como comércio, agricultura e indústria, os proprietários cultivavam nas margens do rio Bero, que lhes servia de sustento a si e aos seus serviçais, praticavam a pesca para o consumo local e para venda em Luanda e noutras cidades, vivendo em harmonia com os autóctones da baía e os seus vizinhos, realizando o comércio de trocas com os povos locais (Torres, 1974a, p. 89).

No Brasil, ocorriam situações lamentáveis para os portugueses de origem, fruto das divergências entre os dois principais rivais políticos, sobretudo na província de Pernambuco (Felner, 1940a, p. 17).

Para além deste caso particular, ocorria no seio da classe política e comercial de Portugal, um interesse em expandir, por um lado, o seu território e competir com as demais potências europeias; por outro lado, pretendia bater a concorrência

africana no comércio com o interior, estes factos fizeram Portugal se lançar nas primeiras tentativas de colonização do Sul de Angola, que veio a se efectivar primeiro na costa do Namibe a partir de 1850, havendo algum refluxo em 1862-1872, o que foi retornado sobretudo no interior com a derrocada dos reinos do Planalto do Huambo e dos reinos do Kwanyama (Vellute, 2010, pp. 353-354).

De um lado os conservadores, do outro lado os liberais. Os dois partidos extremam-se nas suas posições. Mas a situação agravou-se quando os liberais alcançaram o poder em 31 de Janeiro de 1844, o que culminou com a assembleia dos liberais na província de Pernambuco, tendo deliberado a expulsão de todos os portugueses solteiros e a nacionalização de todo o comércio da província. Não ficando por aí, os operários e artífices incitaram o governo a proibir a importação de determinados produtos europeus e a expulsão dos artífices e operários de origem portuguesa (Torres, 1974a, pp. 90-114).

O grande acontecimento que moveu a emigração de Pernambucanos para o Namibe sucedeu em 26 de Junho de 1848, quando um estudante brasileiro do liceu de Humanidades, entrou em rixa com um caixeiro português, tendo o estudante desferido um golpe bengala ao caixeiro que revidou, atirando um peso de quatro libras tendo-o ferido. O evento ocorreu às 9 horas da manhã, horas depois, os jornais reportaram os actos, as multidões eufóricas, lançaram-se enfurecidas pelas ruas, proferindo palavras ultrajantes contra os portugueses que eram apelidados localmente de marinheiros, entravam nos estabelecimentos comerciais, arrombavam as portas com machados, furtavam-lhes os haveres, praticavam violência perante o olhar impávido das autoridades. Passados os acontecimentos do dia 26, no dia 27 de Junho, os liberais exigem a retirada imediata dos portugueses, dando um ultimato de 15 dias (Padrão, 1998).

Face aos acontecimentos, os portugueses de Pernambuco, receando a repetição dos actos ocorridos nas últimas 48 horas, surgiu-lhes a ideia de abandonar aquela terra e desejosos de regressar à terra portuguesa onde pudessem trabalhar e melhorar com o seu próprio trabalho. Criaram, assim, um grupo de representação, comandado por Bernardo Freire de Figueiredo Abreu e Castro, que mais tarde veio a se tornar, o chefe da primeira colónia. Escreveu

ao governo português a 13 de Julho de 1848, fazendo referência sobre os actos ocorridos e pedindo diligências para que recebessem o apoio do governo para que se dirigissem em direcção ao território do Namibe, ajuda esta que veio a se confirmar segundo instruções ministeriais de 26 de Abril de 1849 (Felner, 1940a, p. 18).

1.10. A efectivação da colonização do Namibe

Para a efectivação da colónia de Moçâmedes, os acontecimentos do Brasil influenciaram preponderantemente, facto este que impulsionou a nomeação do primeiro governador do Namibe, o capitão-tenente António Sérgio de Sousa, pelo decreto de 19 de Abril de 1849, descrito nas instruções ministeriais de 26 de Abril do mesmo ano. Entre outras questões assentes na aludida instrução ministerial, a palavra confiança é repetitiva, e pelo conhecimento que o mesmo possuía do território, teria ele a responsabilidade de velar pela prosperidade da colónia e pelos colonos do território supracitado; a escolha de um local que fosse do interesse dos novos colonos, abundante em solos ricos, construções de fortificações, madeira, pedra, dentre outras, e que estivesse perto do porto de Moçâmedes; o governo tinha a responsabilidade de erguer as primeiras construções para o alojamento destes colonos; através do governador-geral ou o de Benguela, deveriam garantir farinha e legumes para a sobrevivência dos colonos num prazo de Seis meses (Torres, 1974a, pp. 119-122).

Depois da nomeação do primeiro governador de Moçâmedes, o governo de Portugal respondeu favoravelmente o pedido da representação de 13 de Julho, liberando-lhes meios para que pudessem sair em segurança do Brasil, fornecendo-lhes transporte, ajudando na aquisição de meios de trabalho. Estes elementos ajudaram Portugal a colonizar efectivamente o território do Namibe.

O primeiro local escolhido para a fundação da colónia foi o Bumbo, actualmente Kapangombe. A primeira colónia de 166 indivíduos, comandada por Bernardo Freire de Figueiredo Abreu e Castro, partiu do Brasil no dia 23 de Maio de 1849, tendo chegado ao Porto de Moçâmedes no dia Quatro de Agosto de 1849. O outro grupo de colonos na barca em que seguiam os rapazes, e as famílias, desembarcaram nos dias Cinco, Seis e Sete do mesmo mês. A segunda colónia, constituída por 125 portugueses, sob a direcção de José Joaquim da Costa,

parte de Pernambuco no dia 13 de Outubro de 1850, terá chegado ao porto de Moçâmedes no dia 26 de Novembro do mesmo ano (Torres, 1974^a, pp. 125-175).

Este marca o processo de chegada da Primeira e Segunda colónia, marca também a fundação da cidade de Moçâmedes, e a colonização humana do território, que começou a partir de 1840, que até a data de 1849, era composto por 145 elementos, entre crianças e adultos, a maioria era degredados vindos de Lisboa a cumprir pena no regimento militar do batalhão de infantaria de linha (Felner, 1940a, p. 26).

Ressaltar que, anos mais tarde, em 1860, perto de uma dezena de portugueses de Olhão chegou a Moçâmedes, depois partiu para o Baba, tempos depois retomou a Moçâmedes, constituindo o primeiro grupo de colonos saídos de Portugal; um segundo grupo constituído por cerca de uma dezena de cidadão olhanenses chegou igualmente a Moçâmedes, em Março de 1861; o terceiro grupo de cidadãos algarvios-olhanenses chegou a Moçâmedes no ano de 1861; o quarto grupo chegou a Moçâmedes no dia Oito de Agosto do mesmo ano, constituindo assim a segunda vaga de colonos portugueses para a colónia de Moçâmedes. Mas a onda migratória não ficou por aí, mais colonos vieram para o Namibe, e expandiram-se pela Baía dos Tigres, Tômbwa e outras baías. Serão estes colonos algarvios os responsáveis pelos aglomerados piscatórios da região dos Tigres e Porto Alexandre (Felner, 1940a, pp. 43-44).

Em resumo, os colonos da primeira e a segunda colónia, proveniente de Pernambuco, foram os responsáveis pela fundação do distrito de Moçâmedes e o desenvolvimento da sua cidade, ao passo que os colonos Algarvios de Olhão, foram os responsáveis da fundação e desenvolvimento de Porto Alexandre e Baía dos Tigres. Foram estes últimos os responsáveis pela dinamização da indústria pesqueira no distrito (Torres, 1974b, p. 60).

1.11. A chegada dos primeiros trabalhadores de origem africana

Os primeiros trabalhadores de origem africana começaram a surgir a partir da instauração do presídio de Moçâmedes, depois com a chegada dos Colonos do Brasil, chegaram alguns trabalhadores africanos escravos libertos no Brasil. A

estes, juntaram-se os Ndombe⁸. Vinham para trabalhar nas diversas indústrias e agricultura que emergiram no território. Muitos trabalhadores foram trazidos de Luanda como escravos para trabalhar nas plantações (Felner, 1940a, p. 143).

Outro dado importante a reter, tem a ver com a data da fundação do presídio de Moçâmedes, onde terá sido guarnecido, não apenas pela população branca, mas, e em maior número, pelos soldados Mondombes. Por outro lado, as populações nativas da Quipola e Giraúl, também cunhadas erroneamente por Mondombes ao longo da história (Carvalho, 1997, p. 16), prestavam serviço aos colonos e se inseriram de alguma forma como mão-de-obra nos serviços destes (Torres, 1974b, p. 194). Entretanto, é importante que se diga, de 1849 a 1859, a grande maioria do trabalho doméstico, na pesca, na agricultura, na oficina, na indústria, ou como carregadores eram prestados pelos negros, na condição de escravos, ou na condição de libertos (Torres, 1974b, p. 338), sobretudo depois da publicação da lei do indigenato em 1926, aprovado com o fim da república em Portugal, o que impulsionou a que mais trabalhadores africanos começassem a chegar.

Era difícil obter a mão-de-obra no distrito, em função das particularidades do povo que habitava a região, quase sempre insubmisso, crente da sua própria cultura (Campos, 2017, p. 20).

1.12. As guerras de resistências

Segundo Carvalho (2008, p. 84), as guerras que ocorreram no Namibe são anteriores às do período de 1961, que marca o início da luta de libertação para a maioria dos territórios de Angola, nem corresponde ao período de consolidação da autoridade colonial na maior parte dos territórios sob o domínio português. Em 1961, quando começava a guerra para a libertação de Angola, não haviam se passado 20 anos; os Kuvales sobreviveram por pouco, uma guerra que a autoridade colonial implementou para pacificação total dos territórios onde esses povos estavam confinados.

⁸ Povos localizados ao longo dos rios Catumbela, Bero, Giraúl e Bentiaba, embora a sua origem presume-se ser no Ndombe Grande, na actual geografia da província de Benguela (Gomes, 2014, p. 8).

Já nos finais do século XIX, as autoridades portuguesas apresentavam as guerras entre os pastores africanos e os colonos portugueses como razões suficientes para o não exercício da autoridade administrativa e económica no Sul de Angola. O discurso da autoridade colonial na época tachou os pastores Kuvales de ladrões de gado, violentos usurpadores e especialistas no roubo do gado dos europeus. Neste período, algum sector na luta anti-colonial, já se referia ao agravamento da instabilidade social e política no Sul, fundamentada na acusação de que até alguns colonos, em conluio com as autoridades locais, promoviam o roubo do gado dos autóctones, além de cometimento de sevícias contra estes (Campos, 2017, p. 19).

Estes comportamentos são apontados pelos historiadores como motivações suficientes para afirmar que a pacificação não havia logrado no Sul, comprovada através das campanhas políticas, citadas, organizadas pelas autoridades coloniais portuguesas no período correspondente entre 1918 a 1941, que não tendo os seus efeitos pela indisposição de meio, a partir de 1929, reforçam-se os meios para fazer-se cumprir as orientações do Governo do Distrito da Huíla, para a realização de uma campanha de reconhecimento dos territórios dos Kuvales, de modo a proceder com o controlo político e económico destes povos, o que obviamente quase resultou na extinção desse grupo, que já na altura, contavam-se menos de 5 mil membros, mas que colocava em questão a autoridade colonial (Campos, 2017, p. 20).

Segundo Pélissier (1997, p. 43), os Kuvales representavam o último reduto dos povos de Angola que ainda resistiam ao domínio colonial, a par dos povos do Noroeste (Seles, Amboim, Libolo e Kissama), que durante o período de 1917 a 1918, tentavam a luta pela sua soberania, desde 1893. Assim eram os Kuvales, não pagando impostos, temidos pelas autoridades, admirados pelos seus vizinhos Mwila e Quilengues que nesta altura estavam totalmente pacificados, pagando o imposto do gado, prestando serviços aos colonos. Este facto impulsionou a que, alguns destes povos, fugissem das suas zonas em busca de refúgio junto das terras Kuvales, cuja autoridade colonial não exercia qualquer domínio, uma terra dominada por eles, com esconderijos naturais, em zonas montanhosas, o que dificultava a intervenção dos soldados coloniais. Além

disso, havia entre eles, um sistema de vigilância que os capacitava para a defesa dos seus enormes espaços.

Por outro lado, os Kuvales mantinham-se insubmissos ao não entrar no comércio regular instituído pelas autoridades, que utilizavam outros meios para fazer manter o comércio regular da carne seca. A verdade é que a insubmissão dos Kuvales causava graves danos à economia colonial (Felner, 1940a, p. 49).

Os Kuvales, taxados como ladrões de gado, na verdade, trata-se de um processo histórico da região, foram fruto do processo implementado inicialmente por outros grupos, que não sendo grandes possuidores e criadores, vinham constantemente roubar o gado aos Kuvales. Os Kuvales viram-se arrastados nestes processos de economia de razia, impulsionado sobretudo pelos seus vizinhos, mais tarde, com as duas vagas migratórias de povos criadores expulsos do distrito de Benguela e pelos portugueses vindos do Brasil, assim como elementos bôeres instalados no distrito da Huíla, que passaram a disputar não só os espaços de pastagem, mas, sobretudo, a economia de razia, e, geralmente, os Kuvales eram aqueles que buscavam recuperar alguma da sua autoridade e honra, realizando grandes emboscadas ao seu gado roubado, e muitas vezes levando consigo todo outro gado encontrado pelo caminho, ou levando igualmente o gado dos funantes⁹ que abusavam da sua honra (Carvalho, 2002).

Portanto, durante o princípio do século XX, marca-se uma das fases de maior turbulência nas relações entre colonos e autóctones no Sul de Angola. As ameaças eram latentes na percepção dos colonos. O período que vai desde 1918 a 1940, constituiu-se no período de maior relutância por parte dos povos Kuvales, que pela primeira vez, viram-se abraçados pelo perigo da extinção. Em 1940, começaram as diligências para os ataques aos Kuvales (Campos, 2017, p. 57).

Entre 1940 a 1941, as autoridades coloniais portuguesas começaram no distrito de Moçâmedes, uma violenta estratégia para o combate aos últimos redutos dos Ova-Helelo livres, acusados de serem fora da lei, incitadores de indisciplina e

⁹ Comerciantes europeus dedicaram-se ao comércio no interior com os povos africanos.

revolta junto das outras populações africanas, mal influenciados pelos funantes. Os Kuvales persistem uma resistência que os outros povos do Sul (Ngambo, Humbe e Ovambo) já haviam renunciado (Pélissier, 1997, p. 267-268).

Os Kuvales estendiam-se neste período desde o Vale do Copororo ao Coroca, apascentando suas manadas, nunca algum Kuvales trabalhou para o branco, nunca permitiu que o seu gado fosse apanhado sem revidar. Os Kuvales eram, por isso, considerados o último reduto de povos livres em alguma colônia europeia, isto era por si só motivo de raiva para a administração colonial que não conseguia detê-los, nem os obrigar a pagar impostos, eram eles os responsáveis pela dinamização de uma economia circular de gado, algumas vezes freadas pelas autoridades coloniais. Eles continuavam as velhas dinâmicas da razia, contra os povos dos Gambos e Sope, tanto autóctones como a população branca aí residente. O seu gado também era cobiçado pelos funcionários administrativos coloniais desonestos, existiam mais desonestos que honestos, que pretendiam enriquecer a todo custo (*Ibidem*).

Para Campos (2017), os comerciantes portugueses, muitas vezes, tentavam enganar os Kuvales, obrigando-os a desfazer-se do seu gado, comprando-os a preço muito inferior ao do mercado, estes, por sua vez, recuperavam a seguir, o gado perdido. E quando as autoridades coloniais revidaram, fazendo caça ao homem, refugiavam-se com o seu gado aos montes da Serra das Neves, os do distrito de Benguela, a oeste da Bibala, ou nas zonas montanhosas do Pocolo. A ausência de uma liderança constituiu-se num dos percalços da autoridade administrativa colonial para a sua contenção.

Ainda de acordo com Campos (2014, p. 13), o auge das revoltas dos Kuvales sustentou-se no período de 1929, criou-se uma rebelião e recusa ao pagamento de impostos, assim como ao saque ao gado dos europeus. Outros incidentes ocorreram, até que em 1940, a autoridade colonial iniciou a caça ao homem, a primeira fase que começou de setembro a dezembro de 1940, intitulada a grande limpeza, fixando controle à Sul do Coroca, o Copororo e a Norte de Quilengues e o Oceano Atlânticos.

Campos (2017, p. 150) afirma que os portugueses utilizaram mais de mil soldados, tropas regulares e auxiliares “pretos¹⁰”, assim como aviação para bombardeamento aéreo. Pretendiam os portugueses restabelecer a sua autoridade e acabar com a raia, a resistência dos Kuvaes, a verdade é, tal nunca sucedeu de facto.

Já Pélissier (1997, pp. 270-271), fala em 400 soldados, milhares de auxiliares Kwanyamas armados, um avião para dispersar os Kuvaes, e cerca de 100 “mestiços”, empregando violência sem precedente, perseguindo até mulheres, crianças indefesas, acampamentos inteiros foram destruídos, homens desarmados foram concentrados e assassinados, o seu gado apropriado. Nesta primeira fase, houve centenas de mortos, mais de um milhar de prisioneiros, mas a grande maioria dos Kuvaes conseguiu escapar para os seus refúgios naturais de centenas de anos.

Em Dezembro de 1940, os Kuvaes do Sul e do Norte, donos da região, solidários uniram-se, matando Quinze a Vinte Três Chilengues, ferindo outros Dezoito, as populações Nyaneka refugiaram-se junto dos postos dos portugueses. Ainda em Dezembro, os portugueses reforçaram a segurança, aumentando para 488 o número de soldados, e um avião para a protecção do caminho-de-ferro de Benguela contra os ataques dos Kuvaes. Assim, a segunda fase decorreu de janeiro a fevereiro de 1941, foi através do grupo destacado ao sul dos Gambos, que algum grupo de Kuvaes que atravessava a região foi metralhado pelos dois aviões da companhia, vitimando velhos, crianças e adultos (*Ibidem*).

A 15 de Fevereiro de 1941, terminava o infausto acontecimento da revolta dos Kuvaes, conhecida na língua Tchihelero como Kokombola, ou seja, Guerra Total. Dos resultados, Tchindukuto, líder Kuvale, foi detido, Nené foi morto, outro líder Kuvale, Mussurucuto, foi ferido e detido, apesar de se afirmar ter fugido do hospital, pode-se presumir igualmente que terá tido destino incerto dado pela mesma autoridade que o prendera. O certo é que os Kuvaes foram massacrados, cerca de 3500 Kuvaes foram colocados sob custódia das

¹⁰ Algumas expressões, tais como: pretos (negros), brancos ou mestiços, aparecerão muitas vezes entre aspas, precisamente para que se compreenda que não temos qualquer intenção de construir um debate baseado na raça, as referências aludidas, enquadram-se no contexto em que as narrativas se inserem, cujos termos podiam ganhar significado totalmente diferente.

autoridades e o seu gado confiscado pelas autoridades administrativas coloniais e dividido entre eles (Pélessier, 1997, p. 273).

Os Kuvaes foram vítimas do genocídio nas prisões, decapitados da maneira mais severa, por isso questionamos se Mussurucuto terá fugido mesmo do hospital, ou assassinado, já que parece não ter havido qualquer clemência contra os Kuvaes depois do aprisionamento em massa. Centenas de Kuvaes foram enviados às roças de São Tomé, outras centenas foram para as minas, alguns foram para a penitenciária da Damba em Malanje, alguns foram cedidos para os proprietários agrícolas de Moçâmedes e Bibala, outros foram para as câmeras de Moçâmedes (*Ibidem*)

Este foi o marco mais triste da história do Namibe antes do início da luta armada, e, anterior aos acontecimentos que ditaram a independência do país. Apesar dos infaustos acontecimentos, este aguerrido povo do deserto do Namibe renasceu das cinzas e reergueu-se, reconstituindo os seus espaços de pastagem, as suas ongandas e os seus Elaos, voltando ao que eram antes da guerra de Kakombola.

1.13. Conclusão do primeiro capítulo

Descrevemos em poucas palavras, aquilo que foi, e ainda é o percurso dos povos de África, de Angola e do Namibe de forma particular. Um percurso derivado das lutas para a sobrevivência em ambiente inóspito; esses povos conseguiram dar vida, animar o contexto para que hoje, com entusiasmo, ainda desejamos estudar e aprender sobre eles, afinal de contas, são parte do grande agregado que é a humanidade.

Desde a pré-história, proto-história até a história, a região do Namibe foi palco de um dos mais extraordinários acontecimentos da vida, com modelos de organização social, político e económico próprios. É preciso que se tenha cautela e bom senso para entender toda a dinâmica, estudá-la e interpretá-la para compreender o percurso histórico-político que sucedeu às fases do início da luta armada e da independência.

A História do Namibe é marcada por sucessivos acontecimentos, sucessos e retrocessos, próprios da humanidade, é difícil reescrever aquilo que não se viveu, muito menos se inscreveu ou preservou-se na memória dos que foram e

dos que ficaram, as dificuldades de aquisição de fontes mais antigas são visíveis, mas nos esforçamos para contribuir com a nossa perspectiva sobre os processos pré-históricos e históricos anterior ao período moderno da província do Namibe. Ficamos por aqui, por agora, e continuaremos na próxima secção, esperançosos de continuarmos a estudar e a investigar para que no futuro possamos ser capazes de constituir um estudo mais alargado e detalhado, já que este não nos permite tanta divagação, pelas especificidades da natureza do estudo.

**CAPÍTULO II – História Política e
Social Do Namibe Desde a
Revolta Anti-Colonial De 1961 à
Independência Em 197**

CAPÍTULO II – História Política e Social Do Namibe Desde a Revolta Anti-Colonial de 1961, à Independência em 1975

2.1. Namibe: enquadramento geográfico e demográfico actual

A palavra Namibe provém do étimo Namib, transplantada da República da Namíbia, significa *lugar vasto ou terra deserta*. Em razão do deserto. O nome foi adoptado em 1975, quando deu-se a independência de Angola, para designar o território que até então era chamado de Moçâmedes, em homenagem ao Barão de Moçâmedes, conforme descrito no primeiro capítulo do nosso estudo (Silveira, 2022, p. 228).

O nosso estudo delimita-se ao actual território do Namibe, com vista a estudar todos os povos que por ele passara, bem como os seus feitos até ao ano de 1975.

A província do Namibe localiza-se no Sudoeste de Angola, tendo como capital a cidade de Moçâmedes. É limitada a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Sul pela República da Namíbia, à Norte pela província de Benguela, à Leste pela província da Huíla e à Sueste pela província do Cunene. Conta uma superfície total de 57 091 km², tendo 5 municípios, nomeadamente: Bibala, Camucuiu, Moçâmedes, Tômbwa e Virei¹¹. A sua população é aproximadamente em 500 mil habitantes, de acordo com o censo populacional de 2014¹², o número poderá crescer até 700 mil habitantes em 2023, de acordo com as perspectivas de

¹¹ Segundo os dados do INE (1972, p. 17), até a data da independência de Angola, a província do Namibe era o distrito de Moçâmedes, com a capital em 1º) Moçâmedes, agrupando os conselhos de Moçâmedes, o posto administrativo com o mesmo nome, a Lucira que era uma freguesia, a região de São Nicolau e Santa Rita; 2º) Porto Alexandre compreendia os postos administrativos de Porto Alexandre e a freguesia da Baía dos Tigres; 3º) o Virei era constituído pelos postos administrativos sede e Cainde; 4º) a Vila Arriaga que é o actual município da Bibala, agrupava os postos administrativo do Caitou, Lola e o Kapangombe que tinha a sede no Munhino; por último, o 5º) o conselho do Camucuiu, tendo a capital com o próprio nome, os postos administrativos do Mamué, com a sede do posto em Chinguite, e o posto administrativo do Chingo.

¹² No período anterior ao ano de 1960, de acordo aos dados do censo de 1950, a população total do Namibe era de 43.004, e, em 1972, altura em que se efectuou o último censo populacional por tipos somáticos, durante a vigência do regime colonial em Angola, a população do Namibe era de 53.058. As populações dos principais centros urbanos eram de 6,177 “pretos” em Moçâmedes, 5.237 “pretos” em Porto Alexandre, 4.989 “brancos” em Moçâmedes, 2.552 “brancos” em Porto Alexandre, 910 “mestiços” em Moçâmedes, 446 “mestiços” em Porto Alexandre, totalizando 12.076 indivíduos em Moçâmedes, e, 8.235 indivíduos em Porto Alexandre (INE, 1950, p. 27).

crescimento do mesmo censo. No contexto actual, o Namibe tem o português como a língua mais falada, com cerca de 67,9% de falantes, seguindo o Umbundu¹³ com cerca de 20,2% de falantes, o Olunyaneka¹⁴ com 11,9%, o Muhumbi¹⁵ com cerca de 10,2%, o Tchihelelo¹⁶ com 2,4%, outras com cerca de 11,5%¹⁷. Recordar que o censo populacional de 2014, não se fundamenta em critérios raciais, à semelhança dos censos realizados em 1960 e 1970, durante a vigência da administração colonial (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2016).

2.2. Distribuição da população: raça e etnia entre 1961 a 1975

O último censo populacional nas colónias portuguesas que identificava as questões de pertença racial, com o objectivo de excluir os “pretos” da vida pública, foi o censo de 1950, em termos gerais, a população mestiça era significativa unicamente em Cabo Verde, que constituía cerca de 70% da população. Ao passo que noutros territórios, o quadro era bastante insignificante, sendo 7% em São Tomé e Príncipe, 1% em Macau, 0,9% na Guiné, 0,7% em Angola, 0,5% em Timor-Leste, 0,4 em Moçambique e 0,3% na Índia (Bethencourt, 2009, pp. 54-66).

Nos territórios coloniais europeus, baseados na supremacia euro-descendente, os preconceitos raciais constituíam-se no critério de classificação social, os resultados do censo de 1950, reflectiram e assumiram desta forma o ponto de vista da maioria da população euro-descendente e a sua tradição histórica fundamentada na pretensa superioridade racial em relação aos povos

¹³ Os Ovimbundu constituem o maior grupo étnico-linguístico de Angola, são povos que anteriormente se expandiram pelos territórios do Bié, Huambo, Benguela, Cuanza-Sul e Huíla, actualmente estão expandidos em muitos mais territórios de Angola, fruto da política colonial do contratado e das guerras que sucederam a independência do país, fustigando as zonas de origem destes povos, obrigando-os a migração.

¹⁴ Língua do grupo étnico angolano Nyaneka, que se estendia ao longo do território da Huíla e que hoje abrange significativamente a província do Namibe.

¹⁵ Língua do grupo étnico angolano Humbe, que se estendia ao longo do território da Huíla, hoje fazem parte dos grupos maioritários na província do Namibe.

¹⁶ Língua pertencente ao grupo Helelo que temos vindo a estudar, grupo representante da província do Namibe.

¹⁷ Essas línguas representam na prática a evolução demográfica e étnica da província, se quiséssemos qualificar apenas os falantes das línguas africanas, perceberemos que a grande maioria das populações actuais têm origem entre os falantes mais representativos nestes resultados do censo populacional de 2014. Por outro lado, hoje o número da população estrangeira é muito maior na actual geografia da província, várias cores, várias culturas vão alterando a panorama social, racial, étnica, cultural e até política da província.

colonizados, criando assim as diferenças entre populações civilizadas e não civilizadas, fundamentada pelo critério meramente rácico e não de escolaridade, uma vez que as populações de Cabo Verde, Macau e Índia foram consideradas civilizadas, e as populações dos territórios de São Tomé e Príncipe, Angola, Timor e Moçambique foram consideradas não civilizadas (*ibidem*).

Não obstante, a quase igualdade na percentagem de escolaridade entre os povos de todas as possessões portuguesas naquela altura, ainda assim instituiu-se um critério que pretendeu afirmar quem era ou não civilizado, obviamente as regiões aonde a percentagem de miscigenação foram inferiores, como vimos mais acima, foram tachadas como populações não civilizadas, ou seja, gentias, foi-lhes colocado determinados critérios para a evolução na pirâmide social, ou seja, em Angola, Moçambique e Guiné, só ascenderam socialmente, só teria “direitos iguais”¹⁸ aos dos euro-descendentes, os africanos que assimilassem os costumes e a educação europeia. Por isso, afirmamos que o censo de 1950, pretendeu firmar critérios raciais para excluir. No Namibe, para validar os dados do censo de 1970, pelas entrevistas que efectuamos, os nossos interlocutores foram unânimes em dizer que a maioria populacional era africana, seguida de euro-descendentes e colonos, e por último, mestiços.

Segundo J. Kanguya¹⁹ (comunicação pessoal, 30 de maio, 2023) “existiam poucos “mestiços”, porque os casamentos entre africanos e euro-descendentes eram pouquíssimos e os nossos pais não apreciavam essa mistura”.

Por sua vez, o processo de assimilação foi enorme na província do Namibe, em função do número da gente “kimbarizada”, que buscava assumir a identidade portuguesa durante o processo de aculturação através da assimilação para a aquisição da identidade portuguesa e o seu enquadramento social, outro facto

¹⁸ Na prática, o africano nunca alcançaria os mesmos direitos que o dos euro-descendentes, conforme cada um poderá observar ao ler, ou conversar com as pessoas que viveram este tempo. A segregação era a regra, a inclusão à excepção, até os ditos assimilados passavam as mesmíssimas dificuldades que a maioria das populações pretas.

¹⁹ José Kanguya, nasceu em 1947, na cidade de Tômbwa, província do Namibe, ex-operário desde o tempo colonial, reformado, possui habilitações médias. Bisneto dos antigos escravizados, os seus bisavôs paternos foram Ovimbundu de Caconda e Kwanyama do Ondjiva. A sua avó materna foi descendente de Damaras radicados no Coroca, dada a alta miscigenação, considera-se por isso, Mballi. Viveu os momentos que desencadearam as lutas de libertação de Angola, e acompanhou a proclamação da independência a partir do município do Tômbwa.

foi que neste período, o Namibe e a Huíla constituíram-se nos principais centros de concentração de pessoas brancas, devido o tipo de colonização assumida.

2.2.1. Um olhar sobre os kimbares

Conhecendo a natureza comercial dos povos Ovimbundu, saberemos que constituíram assim um dos povos mais expansionista de Angola, no século XIX, período em que sucediam as frequentes correrias no comércio da borracha, fazendo dos seus estados os mais prósperos, foi exactamente no mesmo período em que as caravanas expansionistas europeias começavam a se instalar na região do planalto, assim como os novos vícios e os novos problemas que, mais tarde contribuiriam para a sua decadência, já que à busca obliterada por riqueza ocasionou inevitavelmente a desestruturação das sociedades que constituíam esta nação.

De acordo a Pélissier (1997, pp. 60-61) os Ovimbundu eram os grupos mais receptíveis aos costumes que os europeus traziam, assim como os mais atentos aos benefícios que poderiam colher de tais processos de interação. Envolveram-se com toda a esperança, num espírito de profunda aventura pela África Central em busca não só a borracha, bem como de homens, deixava as suas terras desguarnecidas perante ao perigo que estava cada vez mais presente, figurando-se num potencial destruidor das suas organizações políticas, sociais e culturais.

Foi neste estado de quase “abandono” das sociedades Ovimbundu, deixado pelas novas lideranças, atoladas no alcoolismo, muitas vítimas mortais entre os precursores das caravanas, assim como a indolência de alguns reis substitutos ocasionou, deste modo, o surgimento de grupos mais activos, dissidentes do grande núcleo Ovimbundu, estes tornaram-se comerciantes, efectuavam trocas com outros grupos angolanos europeus com quem muito directamente interagiam, salteavam os mais fracos, passaram a designar-se Kimbares, ou Mbalis (*Ibidem*).

Sobre a origem dos Kimbares do Namibe, Carvalho (2002) argumenta que embora sejam escassas as referências bibliográficas sobre o surgimento deste grupo, os escritos de Carlos Estermann e de Lopes Cardoso são essenciais. Porém, avança que o surgimento desta nova identidade social foi fruto da

importação da mão-de-obra para o trabalho na cultura da cana-de-açúcar, no período da economia agrícola, devido a escassa mão-de-obra local, já que antes do período de 1940-1941, sobretudo na fase da implantação da colónia de povoamento, os Kuvales eram intransigente no trabalho agrícola, sobretudo prestar a sua força de trabalho aos europeus chegados.

Será por intermédio da chegada dos novos trabalhadores de origem africana, falantes do Quimbundu e Umbundu, em mistura com o costume dos locais, mais os dos portugueses, originou esta identidade colectiva, com a sua própria expressão social e cultural, e uma língua fundida dentro do contexto linguístico dos grupos acima citados. Este grupo quando alcançou a sua própria consciência, tornaram-se os empregados, artesãos, e funcionários de outros ofícios. Quando se deu o alcance da independência de Angola, na província do Namibe, tornaram-se os responsáveis políticos e empresários, formando a elite da província (*Ibidem*).

Torres (2021) faz referência ao facto de ter crescido com Francisco Sabalo Kaluko, uma espécie de tutor, pertencente às famílias de libertos saídas do Brasil com a segunda colónia de Pernambuco que, em 1950, instalou-se em Moçâmedes. Para este autor, estes eram os verdadeiros Kimbares, fazendo jus ao português, língua única em que se comunicavam, possuindo hábitos alimentares que constituíam o entrosamento entre as culturas do Brasil, Angola e Portugal, excelentes dançantes do tango, swing e outras danças de salão, eram por isso, distinguidos dos outros africanos considerados não evoluídos.

Redinha (1973, p. 50) afirma que os Kimbares são de origem pluriétnica, não são por isso mesmo uma etnia, representam um “status” social e cultural. Inicialmente este grupo era constituído pelos antigos empregados e escravos dos estabelecimentos dos antigos colonos, quando alcançaram a sua alforria não se readaptaram aos seus velhos costumes, mantiveram os costumes europeus, dedicando-se no artifício da agricultura, da pesca, da carpintaria, da criação de animal, entre outras, e assimilando o seu novo “status” aos povos africanos com os quais passaram a manter contacto.

Torres (2021) é da mesma opinião que Redinha, como são a maioria dos autores citados, segundo a qual, a origem dos Kimbares é pluriétnica, mas não são uma

etnia, podem ser classificados como um grupo social e cultural, cuja afirmação se espelha em determinadas expressões: “nós, os pretos, não somos como o gentio” (p.44), referindo-se às palavras proferidas pelo Sabalo Kaluko, empregado da casa dos seus pais. Do ponto de vista cultural, possuíam modos e costumes bastante semelhantes ao dos europeus e de alguns dos povos com os quais se originaram.

Todas essas discussões levam-nos ao ponto de análise de que os Kimbares são invariavelmente descendentes dos Ovimbundu, dos empregados africanos vindos do Brasil, dos escravizados Ambundu vindos de Luanda, e mais tarde pelos libertos, os retratos feitos por Péliesser (1997) são claros, todos os outros autores aqui apresentam como linha de certeza, isso mesmo, embora Torres, Redinha e Carvalho fazem questão de mencionar o velho tecido social de empregados provenientes do Brasil junto às famílias das duas colónias, como os verdadeiros Kimbares, não é possível estabelecermos um só laço, assim não existe o verdadeiro Kimbar, o ponto em comum deste grupo social é a assimilação dos valores e princípios europeus em rejeição aos seus. A perda da língua constituiu-se assim o primeiro critério de identificação de um Mbali.

Atentemo-nos aos pronunciamentos de I. Madeira²⁰ (comunicação pessoal, 22 de Fevereiro, 2023):

Eu nasci no bairro da Facada, sendo um bairro do princípio da construção da cidade, tendo mais nove anos do que oficialmente se diz. Porque quando chegaram os portugueses vindos de Pernambuco já cá encontraram feitorias, já cá encontraram militares, já cá encontram presos, já cá encontraram angolanos, alguns dos quais se calhar escravos, que se juntaram aos escravos que vieram com eles do Brasil e que foram certamente a semente dos Kimbares, juntaram-se e começaram a criar uma consciência de certeza, eu não posso dizer absoluta, mas de certeza, uma consciência de diferença entre o daqui e o de lá, então formaram um grupo social e cultural diferente, juntaram-se e formaram os

²⁰ Ildiberto Madeira, formado em sociologia em Bruxelas, nasceu em 1943, na cidade de Moçâmedes, província do Namibe. É filho de pais euro-descendentes nascidos em Angola, assim como os pais, os seus avós foram nascidos na cidade de Moçâmedes. Na data dos factos de 1961, estava a frequentar a universidade na Bélgica, mas retornou ao país no fim dos anos 60, cumpriu os serviços militares pela tropa portuguesa, tendo de seguida retornado ao Namibe em 1972, onde assistiu ao descer da bandeira portuguesa pelas tropas da UNITA, no dia 11 de Novembro de 1975, conforme narra na sua entrevista.

Mbali, querendo dizer dentro do ulumbali, amigo, o irmão, nós, as pessoas, e as pessoas somos nós, os outros não são pessoas, os outros são alguém que veio de fora. Portanto, aí cria-se já uma mentalidade de independência e resistência. E um destes, que ainda sobrevive é o Sidónio.

Ainda de acordo a Carvalho (2002), desde o surgimento dos cidadãos de origem europeia, um pouco por todo o território de Angola, emergiram igualmente grupos de indivíduos locais que mais subtilmente adoptaram os modos de vida ocidental. Os Kimbares são enquadrados nesta categoria, caracterizada sobretudo pela confecção dos seus túmulos. Desta categoria social, ainda hoje presente, serviu para que de alguma forma esse grupo ascendesse política e socialmente, num contexto de afirmação e construção da identidade, ser Kimbar no Namibe, remete-lhes a certos privilégios.

Os dois comentários anteriores de Carvalho e Torres prestam-nos a mesma certeza do que já referimos. Vários grupos sociais no mesmo espaço, forjaram uma identidade em comum. Aqui os costumes europeus saem em destaque. Uma particularidade sentida é o facto de não terem existido até antes da independência, referências sobre Kimbares e euro-descendentes, mesmo dentre os historiadores mais recentes sobre o Namibe, a questão dos Kimbares recai sobretudo aos africanos, mais recentemente, depois da proclamação da independência, os mestiços começavam a afirmar-se como Kimbares, como vimos em Carvalho, ser Mbali tornou-se um “status” social que acarretava benefícios, daí a conveniência. Portanto, eram apenas os pretos que a princípio compreendiam as vantagens da expropriação dos valores europeus, em parte, impulsionados pela discriminação da época, para a aquisição de benefícios nesta relação que se estabelecia com o colono da época.

O que passou a unir este grupo social foi a perda total ou parcial da sua matriz identitária primária, seja ela qual fosse, com maior evidência entre os ex-Ovimbundu, Ambundu e os libertos do Brasil, para se apegaram aos hábitos e costumes dos brancos, estes tornaram-se os mais próximos dos antigos patrões brancos e das sociedades brancas da terra, alguns integraram a União nacional de Salazar, como nos confidenciou G. Sidónio²¹ (comunicação pessoal, 23 de

²¹ Gabriel Sidónio nasceu em 1933. Na província do Namibe, município da Bibala, no meio dos Kuvales aonde cresceu. Chegou à Moçâmedes com 10 anos. O seu pai era da Cahama, a mãe

Fevereiro, 2023) “as coisas começaram a mudar, Salazar começou a trazer boas reformas, e eu em algum momento fui militante do seu partido”.

Com o ir do tempo, além destes grupos, outros elementos de outras etnias começaram também a se denominar de Mbali, entre Kuvaes ocidentalizados, Humbe, Nyaneka, os descendentes dos Ova-Kwandu e Ova-Kwepe, sobretudo estes dois últimos que não permitindo se render aos costumes e a discriminação que sofrem ao longo de centenas de anos dos Kuvaes, viram na nova identidade étnica uma forma de escape da discriminação.

Inicialmente os Kimbares, Helelos, assim como os Ova-Kwandu e Ova-Kwepe constituíram o grupo que ao longo da fase dos movimentos políticos²² no país, não participaram directamente na formação da consciência política. É fácil presumir que isto deveu-se ao facto deste ter estado bastante confortável na sua posição, os primeiros como empregados na cidade, e os segundos eram auxiliares na repressão contra os que pretendiam desenvolver algum senso crítico, sobretudo nos campos agrícolas (Filipe, 1975). Mas isto mudou com a introdução de novos elementos vindos de outras localidades de Angola como funcionários administrativos, alguns como presos de consciência, outros contratados para os trabalhos na pesca, provenientes do Centro e Nordeste do país, na época do início da luta anticolonial, inseridos no seio destas comunidades, impulsionaram a construção e desenvolvimento de alguma consciência política na província do Namibe.

Para terminar esta discussão, gostaríamos de referenciar a determinados aspectos interessantes: ao longo das entrevistas efectuadas aos Cinco interlocutores, Quatro autodenominavam-se Kimbares e tinham um ponto em comum, conforme a descrição das suas identidades em rodapé. São pessoas nascidas nos anos 30 e 40 do século XX e alguns dos seus antepassados, seus avós ou mesmo bisavós são originários de outras províncias, outras etnias e até

do Namibe, o seu avô, pai da sua mãe era do Kwanza Sul, Seles, considera-se uma mistura. Por isso mesmo, Mbali.

²² Período em que começou a se formar as guerrilhas em Angola, antes da transformação destes movimentos de guerrilhas em partidos políticos em 1974.

de um outro país, a Namíbia. Os Ovimbundu, os Kwanyama²³ e os Ambundu²⁴, evidenciam-se nesta mestiçagem. A verdade é que, todos estes, têm o cordão umbilical no solo Namibense. Estas pessoas caracterizam-se como Kimbares pela perda total ou parcial das suas várias identidades étnicas primárias: usos, hábitos e costumes, embora consigam fazer alguma comunicação em Umbundu, Tchihelero ou Quimbundu, a essência do ser Kimbar consiste nesta mistura de identidades étnicas e na negação total ou parcial da identidade primária.

Em termos objectivos, Kimbares são pessoas que possuem referências sociológicas comuns, não obstante possuírem uma origem cultural africana, renunciaram à mesma para forjar uma nova identidade em comum, sem um idioma, ao invés de algum bilingue.

2.3. As relações inter-raciais: espaços públicos e escola

Para muitos portugueses, é comum a afirmação segundo a qual o seu país nunca terá tolerado a segregação racial nas possessões do além mar. Os seus compatriotas idos à África tiveram sempre uma óptima inclinação para contactos com os povos não “brancos”. Em várias das suas intervenções, Oliveira Salazar propagou tal discurso com o objectivo preciso de desviar a atenção das críticas que vinham contra as suas políticas coloniais (Boxer, 1988).

Não podemos nos esquecer que o passado comum que une os portugueses e os angolanos é o mesmo passado que une os europeus aos africanos. Um passado marcado por profunda estigma e violência contra o homem africano, através da prática da escravidão e do tráfico humano, baseado na cor da pele para legitimar o discurso da dominação. Foi este estado social instalado que marca a história dos povos angolanos, dos povos do Namibe de forma particular, esta relação de subjugação não melhorou de dia para noite, a população europeia não cedeu um palmo dos muitos privilégios que possuía para o benefício dos povos autóctones, pois as políticas de segregação permaneceram independentemente da alteração das leis ao longo dos anos.

²³ Grupo étnico Ambo, pertencente ao grande mapa etno-linguístico de Angola, é maioritariamente localizado na província do Cunene, sudoeste de Angola.

²⁴ É uma das etnias mais expressivas no mapa etno-linguístico de Angola, é localizada nas províncias de Luanda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malange e Bengo.

Castelo (1998) afirma que em 1930, antes do Estado Novo e da ascensão meteórica de Oliveira Salazar, deu-se a aprovação do decreto que incluía o seu projecto político para as colónias: o Acto Colonial, antes mesmo do início da luta armada em Angola, pretendia exclusivamente reafirmar o direito histórico de Portugal à Colonização dos espaços africanos; este decreto durou até 1951, período em, que se altera superficialmente o referido documento mudando a designação de colónias por províncias ultramarinas. Apesar da nova política repor o equilíbrio orçamental nos territórios colonizados, beneficiava apenas os interesses de Portugal, quanto à política dos indígenas e estes continuavam a ser considerados dentro da política do indigenato, observando os aspectos ligados a assimilação cultural e ao direito de cidadania, porquanto, não eram considerados cidadãos, estavam sobre a protecção e paternalismo do estado português.

Em todos os territórios portugueses, a partir dos anos de 1950, enquanto vigorava o regime salazarista, passou-se a difundir a ideia segundo a qual existiam sociedades multirraciais em todas as colónias portuguesas. Estas ideias difundidas excepcionalmente aos escritos de Gilberto Freyre, procurando no Brasil romper as ideologias supremacistas brancas e reconfigurar o quadro racial, através da institucionalização de um novo ideal baseado numa sociedade multirracial. Portanto, o Brasil configurava-se num caso isolado, que ainda assim, possuía um conjunto de atropelos contra os cidadãos mestiços e nativos, sofrendo exclusão em vários espaços de integração, como, por exemplo, nas escolas, não sendo por isso razão suficiente para a afirmação do mesmo em todas as colónias portuguesas, foram por estas questões que o luso-tropicalismo de Freyre foi rapidamente posto em causa por outros antropólogos, e nacionalistas africanos das possessões sob domínio português (Bethencourt, 2009).

Segundo Castelo (1998), em 1951, Freyre efectuou visita a Portugal, assim como algumas colónias africanas. Procedeu com a publicação de dois livros em 1953, sendo um destes, intitulado “um brasileiro em terras portuguesas”, popularizando o termo luso-tropicalismo,²⁵ legitimando a política colonial portuguesa em África,

²⁵ Na verdade, Castelo (1998) é de opinião que os fundamentos sobre o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, remontam no ano de 1933, com a publicação da obra *Casa Grande e Senzala*,

e se comprometendo com o regime salazarista, entrando em contradição com os preceitos primeiros que o catapultaram como intelectual, através da abordagem baseada no reconhecimento do contributo dos ameríndios e africanos na construção da identidade cultural brasileira.

No período demarcado da história do Namibe, em que decorre o nosso estudo, com alguma franqueza deve-se perceber que as dinâmicas sociais da época pareciam favoráveis à integração dos euros-descendentes nos espaços públicos, sendo estes os que possuíam melhor acesso às actividades laborais remuneratórias, as escolas e os espaços públicos. Não podia dizer-se o mesmo dos cidadãos africanos que lhes era vetado tantas possibilidades e oportunidades. O nosso estudo deu-nos a possibilidade de conversar com muitos angolanos deste tempo, francos que partilharam connosco o que era aquele tempo.

M. J. Chilombo²⁶ (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023) conta que era criada em casa de um “branco”, adolescente, cuja função era a de varrer o quintal, e auxiliar noutras actividades domésticas, já que eram muitos naquela casa. Ela, assim como a maioria, vivia em bairros cujas casas eram feitas de mateba, arranjavam os paus, amarravam com bordões e em cima colocavam o papelão. Afirma, ainda, que, o processo de relação entre “pretos” e “brancos,” era de escravidão, o “branco” escravizava o “preto” e tinham muito poucos direitos.

Ao passo que J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023), afirma que no período de 1960, quando ainda tinha 13 anos, era comum os “pretos”, na província do Namibe, viverem nos bairros de lata; explica com particularidade o bairro onde cresceu, que era um bairro feito de pau-a-pique e de papelão no vasto areal, hoje conhecido de bairro Gika, no município do Tômbwa. Já nesta época, era comum os “brancos” afirmarem que no dia em que o “preto”

tomando como objecto de estudo o caso do Brasil, os povos colonizados reduzidos a economia de plantação, dirigida pela estrutura patriarcal. Será por meio desta estrutura racial que resultou a ferrenha miscigenação, tanto nos aspectos biológicos quanto pelo cruzamento de vários povos aí presentes, como nos aspectos culturais através de influências recíprocas (pp. 28-29).

²⁶ Maria Júlia Chilombo nasceu em 1942, na província do Namibe, município do Tômbwa. Funcionária pública reformada. Neta de ex-escravizados provenientes de vários lugares, o seu avô paterno veio da Quissama, a sua avó materna veio do Kwanyama, o pai da mãe dela presume ser Ovimbundu, foi ele quem lhe deu o nome de Chilombo. Viveu o início da luta armada no município do Tômbwa, assim como os acontecimentos mais relevantes que culminou com a proclamação da independência de Angola. Considera-se Mbali.

mandasse em Angola, eles abandonariam o país, porque nunca aceitariam que tal acontecesse, este era o cenário. Assim como a existência de determinados cidadãos “brancos” que se negavam a servir os “pretos” quando estes fossem aos seus estabelecimentos comerciais. Havia uma grande divisão entre as populações, que durou até perto de 1961, depois das atrocidades ocorridas um pouco por todo o país, e com a abolição da lei do indigenato, a coisa terá melhorado um pouco para os “pretos” que começaram a usufruir um pouco mais de determinados direitos, como as escolas, acesso ao trabalho e outros. Os “pretos” começaram a conversar com os “brancos” e vice-versa, alguns começaram a se integrar.

A. Tulihimbisa²⁷ (comunicação pessoal, dia 15 de Maio, 2023) conta que veio do Coroca ao Tômbwa quando tinha 8 anos, para viver com a sua tia que acabava de se casar. Foi lavadeira em casa do patrão e como regra, diz que todos os patrões eram “brancos”, não existia um só que não fosse, excepto o regedor²⁸, que era “preto”. Da sua fala, colhe-se igualmente a informação segundo a qual, havia de facto uma separação entre “pretos” e “brancos”; viviam em bairros precários, feitos de papelão, sem energia, nem água. Quando atingiu os 14 anos, tornou-se igualmente empregada como a tia, o trabalho era varrer e limpar e mais lavar; um só indivíduo tinha até 10 criados em casa, cada um fazendo o seu papel, entre homens e mulheres; não tiveram tempo de ir à escola nesta época. A situação dos “pretos” começou a melhorar em 1963, depois dos acontecimentos de 1961, sobretudo em 1970, quando os angolanos começaram a clamar pela independência. O “branco” começou a “brincar” com o “preto”, o “preto” começou a comer e a sentar-se com o “branco”, apesar disso, alguns “brancos” não gostavam que isso acontecesse.

²⁷ Adelina Tulihimbisa nasceu em 1939, na província do Namibe, município do Tômbwa, comuna do Coroca. Funcionária pública reformada. Trabalhou como doméstica desde adolescente em casa de antigos colonos, viveu um dos períodos mais trágicos de Angola, o ano de 1961, a partir do município do Tômbwa assistiu também à proclamação da independência do país. É bisneta dos antigos Damaras, diz-nos que a sua tribo saiu da Namíbia, os seus bisavôs maternos, já os seus avós nasceram no Tômbwa, assim como a mãe, mas o seu pai veio do Norte de Angola. Fala a língua Otchihelelo, mas considera-se Mbali.

²⁸ Nesta altura, o regedor, ou o soba, assim como hoje servem os interesses do poder político reinante, estavam completamente alienados, eram indivíduos sem qualquer compromisso com as populações, o verdadeiro compromisso era com a manutenção do poder administrativo colonial e com os benefícios que isto acarretava. Serviam unicamente para o controlo da população que representavam.

No livro de memórias de Guedes (2018), ao analisar certa fotografia cedida por Wilson Lima, um dos interlocutores no seu estudo sobre memória dos namibenses retornados, afirma que os autóctones e “mestiços”, geralmente excluídos dos grandes espaços, pareciam ser melhores aceites nas actividades desportivas e na música, onde possuíam alguma relevância.

Alguns jovens tinham outra percepção diferente dos mais velhos, a partir do estilo de música adoptado. Muitos jovens apreciavam músicas mais dançantes, já os velhos preservavam os costumes europeus, tendo o fado como preferência auditiva. A juventude era mais dada às músicas americanas, brasileiras, cabo-verdianas e angolanas, sobretudo, a rebita. E é aqui onde começa a nascer algum sentimento de pertença da angolanidade por parte da juventude euro-descendente e “mestiça”, sobretudo, que interpretava o poder português como oportunista. Eram nas baladas enquanto espaços de socialização que as questões raciais não vingavam. A interpretação dos mais velhos em relação a tudo isto, parece que era totalmente diferente, olhavam para estas integrações como sinal de rebeldia e contra os costumes (Eugénia Gibson, 2014; citada por Guedes, 2018). Parece-nos certo que estamos em 1972 ou 74, nas fases finais do domínio português, o que torna claro, a mentalidade que se pretendia construir, certamente que em anos anteriores, as coisas estavam mais densas.

Quanto às questões raciais daquele tempo, a minha reacção perante a esta situação foi aquela ensinada pelo meus pais, nunca houve discriminação dentro da nossa casa, houve sempre amizade, às vezes as diferenças sociais existem. Lembro-me que a Guilhermina, minha companheira de brincadeiras, dizia-me sempre: “ó Betucas, lembras-te, eu na tua casa comia aquilo e tu comias na tua mesa”, mas às vezes era o contrário, ou seja, às vezes éramos nós que fugíamos na nossa mesa, e, noutras, os trabalhadores queriam comer peixe seco com fuba e farinha, ainda assim nós fugíamos para ir comer com os trabalhadores, o pirão molhado no conduto para a gente comer, havia uma atracção, porque os meus pais sempre foram muito abertos (I. Madeira, comunicação pessoal, 22 de Fevereiro, 2023).

Na visão de Torres (2021), a cidade era crioula. Existiam em Moçâmedes vários grupos: entre os portugueses, trabalhadores do estado, alguns destes possuindo

excesso de autoridade, praticavam com frequência violência contra os empregados; existiam os presos políticos de Portugal que vinham parar em Moçâmedes, assim como alguns prisioneiros políticos italianos e as suas famílias; alguns encontraram em Moçâmedes a sua residência. Dentre os italianos e portugueses, prisioneiros de consciência, alguns serviram como professores para a maioria da classe euro-descendente e “brancos” de Moçâmedes. Existia a sociedade local saída de Pernambuco, juntamente com outros “brancos” vindos de outros distritos, estava ligado ao grupo dos Kimbares ou Mbali.

Carneiro (2013) fala com nostalgia sobre este tempo, sobre as boas relações que mantinha com os africanos, a sua memória de uma Angola bela, bastante idealizada na sua memória de 10 anos, sobre os problemas na disputa de pastagem, escreve que “não havia diferença entre o “branco” Sr. Doutor e o SOBA da tribo” (p. 25). Mas reconhece que a escola não era um privilégio dos africanos, e escreve-nos o seguinte:

A educação e a informação eram exclusivamente para nós, os “brancos” e não para os nativos. No entanto, existiam “negros” que estudavam na mesma escola que os “brancos” e não eram discriminados. Foram poucos, mas podiam chegar até a faculdade, ninguém os impedia. Obviamente Portugal pretendia mantê-los na idade da Pedra para que nunca conseguissem se valer do conhecimento para a valorização da força da razão, interessava ao Governo Português que continuassem inferiorizados perante a sociedade (p. 28).

Na citação anterior, podemos concluir que o sistema de exclusão, criou-se de tal modo que, mesmo que não houvesse impedimentos explicitados em palavras ou decretos, os autóctones viam-se impedidos pela falta de alguma representatividade, ou mesmo pela falta de cultura, já que o sistema era obviamente excludente, daí apresentar-se contraditório, e na prática, parece-nos claramente, no período depois dos acontecimentos de 1961, já que, antes, os “pretos”, a excepção de alguns, não frequentavam escolas.

Na classificação dos grupos sociais presentes no Namibe, Torres não faz referência a outros grupos ou etnias de Angola, que já nesta altura preenchiam muitos dos espaços sociais, o que demonstra alguma exclusão não só no sistema da época, sobretudo dos cidadãos comuns que passaram a assimilar

com normalidade este preconceito criado pelas autoridades da época. O nativo era visto como um à parte da sociedade, as suas memórias mais fortes são dos 14 anos, altura em que surgiram os partidos políticos a ocupar posições, o que demonstra o resquício muito significativo deste período colonial.

Neste período, já depois de 1961, passaram a existir os festivais folclóricos que eram constituídos essencialmente de música africana e tudo que representasse a África. Apesar da propaganda de igualdade e respeito cultural amplamente difundido, a cultura autóctone era considerada inferior. Mas Guedes (2018) afirma que o facto dos jovens pretenderem dançar as músicas africanas, a repressão dos avós, pelo gesto, podia ser interpretada também como uma forma de posicionamento político.

A questão racial não deve ser esquecida, embora a maioria dos seus interlocutores tenham-se negado a referenciá-las nas suas abordagens (Guedes, 2018). Como sempre, há os que acreditam que o racismo não existe, e nunca existiu, recusam-se a fazer comentários porque isto fere profundamente as suas compreensões, a sua noção de superioridade racial, ou sentem vergonha pela sociedade que alimentaram ao longo dos tempos.

Por sua vez, Carneiro (2013) escreve que os portugueses da colónia, foram criados com a mentalidade de que os africanos eram “socialmente”²⁹ reduzidos, mesmo que oficialmente não houvesse esta declaração, esta era a mentalidade fiel que Portugal impingiu a eles. O sistema político não possuía qualquer respeito ou valorização das culturas africanas, embora pretendessem inculcar essa forma de olhar para os africanos; a sua geração não assimilava tal tentativa.

Ainda de acordo a Torres (2021), na escola primária, os seus colegas eram “pretos”, “mestiços” e “brancos”, mas à medida que se distanciava da primária, o número de “pretos” descia, as necessidades e as dificuldades obrigava-os a buscar por sustento e abandonar a escola. Acrescentamos que os seus amigos eram da outra cor, os empregados recusaram-se a servi-los por serem da mesma cor, era para eles insultuoso. O autor prossegue narrando uma certa

²⁹ Talvez pretendesse reduzir o impacto semântico do termo, a verdade é que as condutas sociais eram orientadas pelas ordens raciais, deste modo, percebemos que no entendimento do sistema colonial, os africanos eram de uma raça menor.

história, ocorrida em casa, onde estavam os seus pais, alguns casais de “mestiços”, “pretos” e “brancos”, ex-colegas dos seus pais e algum pessoal da política local. O Zé não aparecia na sala e não pretendia servir para os “pretos” ameaçava-os ir-se embora, sendo que a posterior sua mãe e ele terão servido os convidados. Nesta ordem, Zé, um “preto”, acreditava que os “pretos” não tinham o direito de serem servidos por ele.

Eram os preconceitos da época, a sociedade colonial confundiu verdadeiramente a consciência dos africanos menos instruídos, e criou um ambiente propício para a divisão entre eles. Não se pode retirar conclusão diferente nestes episódios, a verdadeira época dos extremos vividos no Sudoeste de Angola, e o Namibe foi palco deste embuste.

Na escola, diz-nos J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023), iam somente os filhos dos “brancos”, às escolas eram pouquíssimas até antes de 1961, entre “os pretos”, somente os filhos do regedor e de alguns poucos assimilados tinham o exclusivo privilégio de frequentá-las antes deste período. Apenas de 1963 a 1973 houve maior acessibilidade para maioria dos filhos dos “pretos” frequentarem a escola; andar pelos passeios da cidade, ou mesmo possuírem o direito à livre circulação com o mínimo de burocracias. A frequência de outros espaços também aconteceu depois dos episódios de 1961, nesta altura para além de terem construído mais escolas, construíram igualmente espaços de lazer como os cinemas, incentivaram-se as práticas desportivas, tudo isto para distrair um pouco as populações a não prestar tanta atenção aos problemas políticos.

Ao ser questionada como era a escola naquele tempo, A. Tulihimbisa (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023), interroga-se:

Havia escolas? Podia ver se era filho de quem. Eram apenas os filhos do Republicano e os filhos do João Careca que iam à escola. Nenhum “negro”. Depois os “brancos” estavam já a se dar com os “negros”, é quando as pessoas começaram a pôr os filhos na escola.

Por sua vez, M. J. Chilombo (comunicação pessoal, 15 de maio, 2023) explica que processo e a relação entre “pretos” e os “brancos” era de escravidão, o “branco” escravizava muito o “preto”. Na escola iam apenas os filhos daqueles,

cujos pais eram civilizados, mas eram poucos, ou aqueles que tinham dinheiro, nós os atrasados não íamos à escola

Já I. Madeira (comunicação pessoal, 22 de Fevereiro, 2023) explica que:

Havia a assimilação para quem quisesse evoluir, alguns que não tiveram possibilidades de estudar iam ao seminário e de lá vinham com uma consciência mais crítica, pelo sistema político em função mesmo da divisão social instaurada e da falta de oportunidades para quem não fosse assimilado ou filho destes.

Ao passo que G. Sidónio (comunicação pessoal, 23 de Fevereiro, 2023) disse-nos que “no meu tempo nem estudávamos, e mais tarde começaram a pedir o bilhete de identidade. Eles diziam se os “pretos” aprenderiam a ler e a escrever tornar-se-iam bandidos”.

Apresentamos o quadro social de um tempo preenchido por questões de ordem racial, em que os africanos, por mais positivos que qualquer um tentasse ser ao descrever este período, não é minimamente aceitável, já que estes recebiam o pior do tratamento para que desta forma continuassem a ser a escória da sociedade da época, vergados ao sistema colonial, vivendo uma vida extremamente miserável.

2.4. A economia e o trabalho

No período demarcado da história do Namibe, que decorre o nosso estudo, sobretudo de 1968 a 1972, com alguma franqueza deve-se perceber que as dinâmicas do ponto de vista económico, neste período, a pesca fundamenta-se como principal meio de obtenção de receitas e o maior sector de empregabilidade.

É assim que toda a cadeia de pesca empregava cerca de 12 905 trabalhadores e destes 4.694 eram pescadores, comportando 394 embarcações de tipologia diversa. Porto Alexandre, Baía dos Tigres, Moçâmedes e Lucira eram os principais centros de pesca. O volume de pescado era destinado ao consumo interno e exportação em fresco, para conservas, para salga, seca e salmoura e para a produção de farinha de peixe e óleo de peixe. Neste mesmo período, os principais produtos agrícolas cultivados no Namibe, em quantidade, eram a batata, a cebola, o feijão e o tomate. Embora neste período os Kuvaless tivessem

conseguido recuperar algum do seu potencial de criadores, na pecuária contribuíram muito pouco para o volume da economia local neste sector em função da sua própria natureza de criador. Mas em termos de gado caprino o volume de negócio era robusto, eram dos maiores fornecedores deste produto no mercado nacional (INE, 1972).

A província possuía três indústrias transformadoras, uma de alimentação, uma de borracha e outra de fabricação de produtos metálicos. Em termos energéticos, a província possuía 81 centrais termoeléctricas com 10 045 KVA de potência, o consumo era de apenas 8 802. Também consumia 11 296 KWH de energia hidroeléctrica proveniente da Matala. Não havia quaisquer organismos sindicais no Namibe (*Ibidem*).

O nosso ancião, J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023), afirma que a primeira fábrica montada na província foi montada em Porto Alexandre, no ano de 1958, antes existiam indústrias transformadoras não rentáveis, neste período os “pretos” tiveram escassas oportunidades de trabalho; o trabalho do “preto” era apenas na casa dos patrões “brancos”, como criados ou empregadas. Mas depois, Salazar começou a implementar algumas mudanças devido às confusões que começavam a crescer, foi assim que ele mandou que os portugueses de Angola deveriam depositar para Portugal apenas 25% do que ganhavam, outros dinheiros deveriam investir no desenvolvimento de Angola, começou-se a questionar o imposto geral mínimo a que éramos obrigados a pagar, apenas os Kuvales e o Kwanyamas negavam-se a pagar. O Namibe começou a crescer e Porto Alexandre começou a se desenvolver, em Angola existiam apenas dois municípios, Porto Alexandre e o Lobito; eram os grandes pólos de desenvolvimento de Angola, sobretudo a partir de 1967 a 1973. Existia a indústria, agricultura e a pesca. Não se falava tanto de diamante ou do petróleo, falar de diamante constituía-se crime, se fosses apanhado ias imediatamente preso, o petróleo só existia para as indústrias, o nível de vida para o preto também melhorou bastante, naquela altura, eu já ganhava 6 a 7 contos, o poder de compra estava no bolso do cidadão, conforme a locução que se segue:

Havia funcionários públicos do estado “pretos”, o secretário das fazendas, hoje finanças, era “preto”, havia um chefe do posto chamado Cassessa, era

seminarista, os administradores do posto eram “negros”, antes da morte de Salazar, já haviam algumas tendências a reforma e começou por colocar os “pretos” em determinadas repartições. Os cipaios eram “pretos” do Cunene, alguns Ovimbundu andavam divididos, havia um carcereiro era cipaio. Existiam poucos empresários “pretos”, ou mesmo nenhum, mas existiam alguns “pretos” que tinham uma chata, ou uma barqueta, até mais ou menos 1970 (J. Kanguya, comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023).

Ainda sobre a integração dos africanos na economia, como proprietários, I. Madeira (Comunicação pessoal, 22 de Fevereiro de 2023), argumentou o seguinte:

Era difícil entre os nativos possuírem empresas, mas alguns destes possuíam pequenos negócios, barcos de pesca, o Senhor Major, o Chico Rios, Caipong, Manita, o Chocolate, muitos destes tinham pequenos barquinhos. Mas haviam pessoas que se integraram, por exemplo, no regime colonial da economia, que baixara-se a União Nacional de Salazar, houve sim senhora, e que muitos deles fugiram com o 25 de Abril, não só aqui, mas como em toda Angola, fugiram porque se consideravam assimilados, aquela coisa de assimilação que adoptam os costumes dos portugueses, comem à mesa, têm talheres, e têm não sei o que, bebem com o copo de vidro, mas há muitos que ficavam, eram assimilados porque avançavam com a sua cultura, e conheço muitos que não eram subjugados, mentalmente subjugados e culturalmente subjugados porque dentro desta cultura que eles adoptavam de Portugal tinha o valor da independência, o valor de ser angolano aqui dentro, e que depois explodiu, os Kimbares, por exemplo, adoptaram muitos dos valores culturais, sociais e económicos dos portugueses, adoptaram sim senhor, outros fugiram, mas outros ficaram.

Na prática, o sistema colonial foi criado com este propósito, impedir a ascensão de determinados grupos e permitir a ascensão de outros, mantendo como critério a cor da pele, e no seu processo mais duro, instituiu a formação e assimilação dos costumes europeus para o alcance dessa ascensão, a renúncia dos valores africanos fazia parte deste processo.

Como afirma I. Madeira (comunicação pessoal, 22 de Maio, 2023), existiam “pretos” no Namibe que se vergaram ao sistema, assimilaram os seus hábitos e costumes, e se integraram na economia.

Carneiro (2013), conta-nos dos contratados, que vinham das zonas distantes de Moçâmedes como trabalhadores braçais, afirmando que estes viviam em seus próprios bairros, as chamadas sanzalas, mas que não estavam em completo abandono³⁰.

Quanto ao ideário de Carneiro, D. Mateus e A. Mateus (2011, p, 34) escrevem que “a escravatura e o trabalho assalariado não se distinguem senão pela forma como o sobre trabalho é imposto e extorquido ao produtor imediato”.

Assim sendo, muito poucos foram os cidadãos africanos que, no período de 1960 a 1975, tivessem sido bem integrados no trabalho, como eram os cidadãos euro-descendentes, que representavam a cor do capital. Todo o trabalho nas lavras, nas minas, pontes e caminhos-de-ferro eram efectuados pelas populações africanas vindas dos diferentes pontos em que se inseriram.

2.5. A opinião política dos cidadãos de origem europeia e os filhos das sociedades locais

Lendo o livro de memórias escrito por Torres, percebemos que o sentimento geral dos euros-descendentes, sobretudo os europeus vindos de Pernambuco era o fim do regime salazarista, em função das questões ligadas a administração das colónias africanas, que dificultava de forma geral a vida das populações que não poderiam transacionar as divisas de África para a Europa, apenas um ou outro banco e os funcionários da administração colonial possuíam esta brecha, o cenário parecia mais favorável para estes, que pareciam ser os mais privilegiados com o regime da época em relação aos cidadãos de origem pernambucana, sobretudo nas questões ligadas à própria sociedade, eram os europeus vindos da metrópole que se sentiam estrelas e olhavam aos segmentos residentes das duas primeiras colónias descendentes de Pernambuco e de outras cidades, com alguma indiferença, este grupo, por regra era o mais favorável aos ideais de independência de Angola para a sua própria

³⁰ O contratado foi o sistema económico que substituiu a escravatura a partir de 1850, por tanto, não era um sistema menos mal que o colonialismo, tinha um conceito diferente, mas com o mesmo propósito, a escravidão do africano em seu próprio território, daí que não pode ser olhado como algo bom, era mau, era repugnante na mesma. Essas populações das sanzalas não possuíam qualquer serviço social, até pelo menos o ano de 1967.

autodeterminação, mas não nos termos em que as coisas aconteceram e que os esforçou a partirem da província. Para isto, Torres (2021), escreveu o seguinte:

Havia sérios problemas com o Estado Português. Portugal não permitia a transferência de divisas de Angola para Lisboa ou para outros locais. Só era permitido aos indivíduos trabalhadores do Estado e em comissão de serviço. Angola era um estado dominado pelos ingleses, franceses e americanos em conluio com o estado português, e manietado pelos industriais do regime. A nós não nos era permitido nada. Não nos deixavam exportar peixe fresco, por exemplo. A indústria do Portugal continental tinha que ser preservada. Não admitia a concorrência das colónias (p.45).

Para os cidadãos autóctones que viveram este período e que entrevistamos, há unanimidade nesta questão, a independência tinha que acontecer para que houvesse um governo que fosse a expressão dos seus anseios. José Kanguya (comentário pessoal, dia 30 de Maio, 2023), afirma que a população não estava preparada para a independência, muitos não sabiam o que era a independência. Já os euro-descendentes diziam-nos que:

No dia em que vier a independência, o governo de Angola será tudo “preto”, muitos “brancos” fugirão, outros ficarão, aqueles que maltratam os “pretos” fugirão, alguns “brancos” bons ficarão, mas nem todos os “brancos” eram maus, alguns eram bons. Muitos “pretos” também vendiam os “pretos” que eles acusavam de ser contra a política de Salazar, os cipaios. Um dia, em 73, um “branco” disse-me que ele não ia ficar aqui para ser mandado pelo “preto”, o outro questionou-lhe, então eles viveram durante muito tempo mandados pelos “brancos”, porque que não podia ser o contrário? O que muda é apenas a cor, o sistema é o mesmo. Nós explicamos aos nossos mais velhos, aos nossos filhos, tu que já estudaste e trabalhas, vais continuar a ter trabalho, aquele que não tem estudos nem trabalho, vai continuar a carregar o saco, como está a acontecer hoje.

Na visão dos angolanos, letrados ou iletrados era essencial a saída dos euro-descendentes de Angola, embora os mesmos euro-descendentes pretendessem os mesmos objectivos, que era a independência do país. A falta de comunicação, as relações de separação que continuavam largamente visível sobretudo entre os adultos daquela época, a sobrevalorização da grande maioria africana contribuíram em certa medida para que as coisas acontecessem nos termos em

que aconteceram, como nos disse M. J. Chilombo (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023), ao ser questionada sobre os objectivos comuns entre os dois grupos, motivo pelo qual os portugueses foram quase excluídos, respondeu “mas se a terra não era deles, tinham que ir embora, foram, mas nem todos, os bons ficaram e os maus se foram, os bons só foram quando deu confusão”.

Por sua vez, Carneiro (2013) escreve que nunca foi muito interessada pela política, ele e os amigos partilham a mesma opinião que Torres. Se calhar, este não interesse era impulsionado por uma vida menos sofrida que a dos africanos que eram os mais ávidos pela mudança em Angola.

O sentimento quanto aos destinos de Angola era o mesmo entre estes grupos, independência, embora que os resultados dela não deixaram de impressionar pelo facto de que no final, não se conseguiu distinguir os colonos, dos angolanos “brancos” nascidos em Angola, e que não aconteceu, porque talvez, esses terão feito muito pouco para o interesse dos africanos, e terão sido os beneficiários directos deste sistema de exploração.

2.6. O aparelho colonial de repressão e a acção das forças militares

Antes dos acontecimentos de 1961, em Angola começaram a surgir movimentos clandestinos virados à discussão das problemáticas do país. Pois, nenhum movimento político ou social que pretendesse trazer questões de emancipação eram permitidos, logo, começavam a ser perseguidos em todo o território nacional. Entretanto, alguns tiveram que partir para o exílio onde a partir de lá começaram a traçar estratégias de luta, outros viram-se obrigados a integrar células clandestinas em território angolano. Ainda assim, a PIDE³¹ infestava estes movimentos de agentes infiltrados que com alguma facilidade espalharam discórdia e implodiram-lhes, pois, a eficácia era precisa ((Wheeler & Pélissier, 2011, p. 233).

Os meios de comunicação sociais eram controlados pelo estado português, tanto nas colónias, como na metrópole, apesar de que no ano de 1951 houvesse a

³¹ Polícia Internacional e de Defesa do Estado, polícia política de Portugal que vigorou entre 1945 a 1969, tinha como objectivo a repressão a todos quantos pretendem se opor a política de Oliveira Salazar

alteração na nomenclatura de colónias para províncias ultramarinas³², que não terá conduzido a que houvesse maior abertura e autonomia política nos territórios sob o domínio português, já que a liberdade de expressão não vigorava e os serviços de comunicação sociais estavam sob o controlo do estado, sobretudo a rádio que emitia apenas o politicamente correcto, tocavam apenas as músicas portuguesas como o fado, e, também, algumas brasileiras, que mereciam destaque nas rádios (Guedes, 2017).

O surgimento da luta pela emancipação dos povos africanos, assim como a pressão internacional, foram motivações suficientes que induziram Portugal a amenizar a sua política colonial para o apaziguamento da situação.

Conforme Torres (2021), escreve-nos, na sua memória, um episódio, acompanhando o seu pai, assistia aos intensos debates da classe de presos políticos italianos e portugueses desterrados em Moçâmedes, que serviram como professores e nesta altura, o responsável da PIDE em Moçâmedes pedia cautela ao seu pai, porque Luanda talvez o incomodasse caso dessem muito nas vistas. Era uma situação constante na vida dos cidadãos de uma sociedade pacata, assombrada pelo contexto.

A polícia reprimia com todo o seu ar as intenções dos cidadãos que pretendiam fazer qualquer manifestação contra o regime de Salazar. A PIDE e os cipaios estavam atentos aos movimentos dos pretos, como nos explica J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de maio, 2023):

Encontrávamo-nos aos finais-de-semana para jogarmos a bola, havia clubes de futebol nos bairros, enquadrávamo-nos nos referidos clubes e íamos aos bairros jogar sueca, jogar a carta e a conversar no nosso dialécto, o “branco” pretendia apanhar alguma coisa, mas não conseguia, chamavam a nossa língua, como de cão, eles pretendiam acabar com a nossa língua. A PIDE e os cipaios estavam sempre atentos aos “pretos”. Bastava ver que é um pouco esperto, eles atacavam-no.

³² A razão da mudança na denominação de colónias, para províncias ultramarinas, consistia em aliviar a pressão externa e interna, face ao isolamento que Portugal vivia nesta altura, bem como a emergência dos movimentos guerrilheiros e nacionalistas, num contexto em que os povos colonizados de todo mundo começavam a lutar pela alforria.

Portanto, além da PIDE, os cipaios desenvolviam a actividade de polícia, perseguindo e reprimindo qualquer acto contrário aos dogmas do contexto. E muitos pretos viram-se vítimas deste processo de repressão que envolvia violência física, às vezes sem ter cometido qualquer acção delituosa, o objectivo era espalhar o terror no seio da sociedade, e a propaganda do medo era bem mais eficaz. Deste modo, o choque provocado faria com que os outros aceitassem submeter-se às humilhações e não ousasse questionar a injustiça de que fossem vítimas.

Carneiro (2013), escreve que:

Foi necessário um cuidado extremo em relação às nossas atitudes e impressões manifestadas sobre o que vimos acontecer à nossa volta. Cuidado com o que dizíamos, pois de uma simples conversa entre os amigos no café da esquina, ou de uma brincadeira poderiam surgir prisões completamente arbitrárias ou coisas ainda mais graves. As paredes tinham ouvidos (p. 22).

Era a verdadeira era dos extremos; se, para um irmão de pátria, dos euro-descendentes era desta forma, o que dizer dos africanos? Estes que sofreram às mãos dos seus irmãos de terra, mandatados pelo opressor que lhes inculcou alguma condição de superioridade para que agissem com extremismos e violência gratuita contra quem for que fosse. Os cipaios, geralmente indivíduos que recebiam certos privilégios e acomodação, em conluio com os sobas, tornaram-se parte deste sistema de opressão que pretendia fazer de Portugal e do seu regime o dono eterno de Angola e dos angolanos. A máquina de repressão funcionou muito bem, mas um certo dia caiu.

Um dos mais ferozes actos de repressão registados no Namibe foram os massacres do dia 11 de março de 1961, segundo J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de maio, 2023) “a partir deste episódio alguns deixaram de falar política e outras permaneceram na mesma linhagem, embora às escondidas, pois não podiam ser ouvidos porque a PIDE andava a rondar os espaços dos pretos a escutar o que falavam”.

2.7. A revolta anti-colonial vivida no Namibe

Parecia que de 1930 a 1932 a administração colonial portuguesa tivesse eliminado as dissidências dos africanos e europeus, vencido os conflitos tribais

e restabelecido a paz, condição necessária para o enfrentamento de dois grandes problemas: a economia e a política indígena³³. A legislação aprovada entre 1926 a 1933³⁴ tornou-se no elemento fundamental da política colonial virada aos africanos. A política do indigenato tornou-se no aspecto essencial para a elevação dos africanos à categoria de não-indígena, passando por um processo de assimilação, que lhes eleva a ter os mesmos direitos que um europeu. Esta política vigorou até perto de 1961, data do início da luta armada em África. Ao longo dos anos, Portugal possuía ainda um conjunto de leis aplicadas ao território angolano: o Acto Colonial de 1930³⁵, a Carta Orgânica do Império Colonial português, de 1933³⁶, e a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina, também de 1953³⁷. Cada um destes documentos aprovados mediante pressões internacional e nacional, com o objectivo de manter o controlo das populações e evitar o que estava a ocorrer um pouco por todo o mundo, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Portugal esteve aquém da sua

³³ De acordo com os estudos de 1954, um indígena era um africano, ou descendente destes, governado pelos costumes nativos, que ainda não tinham sido promovidos a um nível cultural ou categoria de civilização que lhe permitisse reger-se pelas mesmas leis que o cidadão português (Wheeler & Pélissier, 2011, p. 196).

³⁴ Estatuto político, civil e criminal das colónias de Angola, Moçambique e Guiné, redigido pelo Ministro da Colónia, João Belo, modificado parcialmente em 1929. Desta lei fundamentam-se dois princípios: primeiro, a afirmação dos direitos naturais dos indígenas africanos, bem como da obrigação de satisfazer os seus deveres morais e legais de trabalho, educação e auto melhoramento; segundo, o dever de elevar gradualmente os indígenas e de alterar as suas maneiras, a fim de os integrar na sociedade europeia da colónia. Portanto, os indígenas não tinham direitos nem habilitações, as suas vidas eram reguladas pelos costumes e pelas leis indígenas. Tinham tribunais distintos, presididos por oficiais portugueses, que eram informados e aconselhados por dois assessores nativos, ou juizes auxiliares. Para assegurar a protecção dos direitos dos indígenas, o novo regime estabeleceu uma Comissão de Defesa dos Indígenas, cujos membros eram por vezes portugueses (Wheeler & Pélissier, 2011, p. 195).

³⁵ É um documento que reiterou o direito histórico de Portugal possuir colónias e dominar povos, com base no princípio histórico e moral de civilizar as populações dessas colónias. Esses territórios recebiam o nome de colónias, como parte do império português, eram inalienáveis, e solidarizavam-se com a metrópole. Um conjunto de reformas foram efectuadas, sendo a proibição do trabalho forçado, um destes grandes ganhos, que mudou de alguma maneira a vida dos trabalhadores africanos. (Castelo, 1998, pp. 46).

³⁶ Um documento cuja função era de fazer perceber que Portugal era um império, todos deveriam nutrir o amor pelo império português, e a existência de Portugal era garantida pelos diversos territórios que tinha à sua disposição (Castelo, 1998, pp. 47).

³⁷ Esta lei foi aprovada num contexto pós segunda guerra mundial, as esferas de influência alteraram-se profundamente, o conceito de colónias ganhou uma conotação pejorativa, Portugal, que denominava os seus territórios de colónias, viu-se obrigada a alterar, essa alteração levou a profundas mudanças não apenas em termos semânticos, mas sobretudo, na visão sobre os seus territórios, daí advém a necessidade de chamar aos territórios por si colonizados de províncias ultramarinas, fazendo face às pressões externas que sofria de todo o mundo nas Nações Unidas (Castelo, 1998, pp.48-54)

presença em Angola, e cada vez mais novos actores foram influenciando as populações que começavam a ganhar consciência sobre a realidade internacional e a sua própria política (Wheeler & Pélissier, 2011).

De acordo com a D. Mateus e A. Mateus (2011), em 1960, o continente africano já possuía 35 assentos na Assembleia-Geral das Nações Unidas. O artigo 73º da Carta das Nações Unidas expressava a necessidade dos países membros impulsionarem o desenvolvimento e autonomia dos seus governos, face a isto, Portugal continuava intransigente.

Os portugueses possuíam uma ideia de que eram racialmente superiores, razão pela qual a dominação dos territórios africanos, concedia-lhes este direito de subjugação dos povos inferiores, os quais Angola era determinadamente parte, sendo a mais cobiçada que os portugueses possuíam, sobretudo depois da perda do Brasil (Castelo, 1998).

D. Mateus e A. Mateus (2011) afirmam que Salazar, em 1933, argumentou que “devemos organizar cada vez mais e eficazmente a proteção das raças inferiores” (p, 27). Uma clara demonstração de racismo e superioridade da raça portuguesa sobre as demais africanas, portanto, os africanos não ficaram indiferentes aos comportamentos e discursos infames, tal como descreveremos em seguida.

Neste período, a partir dos anos de 1950, cresceu uma forte onda em que os agricultores europeus espalhados pelas vastas fazendas no deserto do Namibe, cercados por vedações de arame farpado, estas fazendas e as suas vedações, afectou grandemente o desenvolvimento da acção pastoril dos Kuvaes, ficando privados das pastagens e dos pontos de água, impedindo a realização da transumância, fazendo com que não lhes fosse possível a melhor exploração do deserto a que há centenas de anos estavam acostumados a tirar a melhor vantagem na criação do gado numa região árida (Carvalho, 2002).

O ano de 1960 fica marcado como o ano de África, uma vez que 14 Estados³⁸ tornam-se independentes, referindo-se às antigas colónias francesas, britânicas e belgas. No final do ano, e no ano subsequente, o total de países independentes

³⁸ Destacamos o Sudão, Gana, Camarões, Senegal, Togo, Nigéria, Benin, Níger, Mauritânia, Argélia, Burkina Fasso, Chade, República Democrática do Congo e a República do Congo.

é acima dos 30. Um período em que o regime português começa a sentir na pele os efeitos da pressão externa (Castelo, 1998).

Construía-se assim um ambiente profícuo para o crescimento de algum nacionalismo, que começara a nascer nos centros urbanos como Luanda e Malanje, bem como nas regiões do Kwanza: Catete, Dondo, Ndalatando e Cacuso, a Sul do Kwanza e as zonas propensas ao nacionalismo que eram o Lobito, Benguela, Cuito e Huambo, no Sudoeste, Moçâmedes e Lubango eram regiões igualmente propensas ao mesmo espírito, sendo nestas últimas cidades aquelas onde houve alguma dificuldade da implementação dos ideais nacionalistas em função de algum atraso da população rural comparativamente as regiões do Centro e Nordeste (Wheeler & Pélissier, 2011, pp. 235-236).

Estes sectores foram decisivos nos comportamentos que ocorreram tempo depois, em 1961, e que culminou com a decadência do sistema colonial em Angola, bem como o início da luta armada para os africanos que buscavam prestar as contas pelos muitos anos de dominação e imposição por meios muitas vezes violentos. No Namibe, também cresceram movimentos sociais que discutiam os assuntos deste período, conforme nos conta J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023): “em 1961, nós ouvíamos Angola combatente, o meu pai tinha um rádio, falava coisas sobre a terra, mas os pais não gostavam porque os brancos controlavam quem dissesse qualquer coisa sobre Angola, andavam eles com os olhos aos “pretos”.

Em 1961, Portugal fica isolado da ONU, ao passo que a União Indiana ocupa Goa, e em Angola, iniciava a guerra anti-colonial (Castelo, 1998, pp. 49-53).

Estes acontecimentos foram o apanágio para a abolição da política do indigenato e a concessão de nacionalidade portuguesa a todos os povos das chamadas províncias ultramarinas, através do Decreto-lei n.º 43893, de 6 de Setembro de 1961, nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique (*Ibidem*).

Portanto, a sociedade do Namibe, neste período, começou a ser influenciada com os novos ideais, primeiro dos prisioneiros políticos deportados de Portugal e da Itália, e, segundo, pelos prisioneiros chamados terroristas, que, na verdade eram os nacionalistas de todos os pontos do país que passaram a ser enviados ao Namibe, com a criação do Campo de São Nicolau.

Conforme transcreve Torres (2021):

Quando alguém importante era preso pela PIDE, ia para São Nicolau e das duas, uma: ou ia para alguma repartição do Estado (finanças, alfândega), ou era adoptado pelos naturais; nós calhamos um deles, o Lopes, indivíduo da UPA³⁹, considerado perigoso, pois tinha participado nos actos de 1961. Homem letrado com uma enorme categoria (p. 36).

Segundo I. Madeira (comunicação pessoal, 22 de Fevereiro, 2023), foi sempre educado pelos seus pais a gostar desse país, a primeira vez que ouviu falar de independência foi quando tinha Oito ou Nove Anos, no aeroporto de Benguela, vinha com o seu pai ainda naqueles aviões antigos Dakota:

O meu pai estava lá a beber cerveja com o seu amigo “mestiço” e eles falavam de independência, e depois eu perguntei ao meu pai o que era a independência, ele disse-me que devia saber quando crescesse. Eu ouvia também alguns problemas que o meu pai contava à minha mãe sobre as divisões das raças. O meu pai aparecia na mesa dos comícios de Humberto Delgado, o meu pai estava naquele espaço dos homens de negócio que queriam a independência política e económica para Angola, porque Angola era dominada pela política, economia e finanças portuguesas.

Portanto, sobre este assunto, fica-nos claro que de modo geral, no Namibe, o espírito era de independência de Angola, tanto é que, assim que se deu a independência, Gaspar Madeira, pai do nosso interlocutor, foi um dos grandes fornecedores de matérias-primas e fornecedor de suporte técnico para um conjunto de problemas do novo governo de Angola. Permaneceu em Angola, e manteve todos os sócios das suas antigas empresas, ficou precisamente por ser a favor da independência, por ser parte da classe euro-descendente que era favorável aos ventos de mudança e os outros foram-se, porque o contexto de legitimidade política por parte dos movimentos, depois partidos políticos, minou a coesão social que se esperava.

2.7.1. O campo de concentração de São Nicolau e os bairros periféricos

O Campo de concentração de São Nicolau assinala um dos períodos mais vergonhosos da história do colonialismo português em Angola, uma época

³⁹ União dos Povos de Angola, antes de se tornar FNLA.

marcada por arbitrariedades inenarráveis. Foi neste lugar hediondo aonde muitos angolanos do Norte, Nordeste, Leste, Centro e até mesmo do Sul do país encontraram a sua morada ao longo de muitos anos, alguns morreram da forma mais horrenda, outros sobreviveram traumatizados. Estes, mesmo sem provas, acusados de terroristas, eram mandados para o Campo de São Nicolau para o cumprimento de penas sem que algum julgamento tivesse ocorrido.

É possível perceber melhor este período lendo o livro de Filipe (1975) intitulado: “Campo de S. Nicolau – O Tarrafal angolano”, que traz os detalhes de uma verdadeira máquina de terror no Sul de Angola, onde o autor faz questão de transcrever excertos de entrevistas feitas aos sobreviventes desta prisão. O campo é localizado junto à costa atlântica, na comuna do Bentiaba, actualmente pertencente à administração municipal de Moçâmedes, é nesta comuna que fica localizado o Campo Prisional de São Nicolau, hoje transformado em centro penitenciário. Podíamos chamá-lo o carnaval da decadência, ou centro de terror do preto, pois, as invenções e criações de novas crueldades são merecedoras de alguma cognominação que faça jus à infâmia.

Neste espaço, encontram-se encarceradas todas as etnias de Angola, todas as geografias do país, todos passaram as mesmas dificuldades, as mesmas sevícias, todos lutavam pela mesma causa, os conscientes ou não, o objectivo da maioria destes homens era indubitavelmente a liberdade, e o fim do sistema opressivo que durante séculos limitava o direito dos povos de Angola. Em São Nicolau, estava aprisionado o povo de Angola, todas as qualificações e diferenças particulares, desde os mais cultos aos analfabetos, dos mais humildes aos gananciosos, desde os mais honestos, os desonestos, conferindo ao lugar a característica real das pessoas de Angola (Filipe, 1975, pp. 10-18).

Não se tem memória exacta sobre a data da criação de S. Nicolau. O documento oficial com alguma legitimidade é a Portaria do Governo-Geral, com data de março de 1969, destacando uma comissão administrativa para dirigir o campo. Essa comissão era constituída pelo administrador do concelho de Moçâmedes, que seria o presidente, e por dois vogais, sendo um da direção-geral e segurança e outro das Finanças. A comissão funcionava em Moçâmedes. Dos comentários prestados em depoimento por João José Baltazar de Lima, que foi director do

campo, podemos aferir que o campo de São Nicolau era um local para o internamento de pessoas com medidas de fixação de residência⁴⁰, pelo Governo Geral (*Ibidem*).

Segundo a Voz da América [VOA] (2011), “São Nicolau surgiu em 1824 e só foi oficializado, centro prisional em 1974, através do decreto 68/74 de 29 de Agosto e publicado no Boletim Oficial nº 201, primeira série, ocupando uma extensão territorial de quarenta e cinco mil hectares”.

A partir de 1972, passaram a designar medidas de internamento em colónia agrícola. No Posto Administrativo de São Nicolau funcionava o campo, inicialmente designado «Fazenda de São Nicolau». Mais tarde designou-se «Centro de Recuperação de São Nicolau»; por último passou a designar-se «Campo de Recuperação de São Nicolau». O administrador do Posto era o responsável pelos destinos de São Nicolau. O campo de São Nicolau começou a funcionar a partir dos primeiros anos da década de 1960, altura em que a situação política em Luanda começou a ficar descontrolada. Nesta altura, que a cerca de arame farpado e casas de pau-a-pique começaram a surgir para albergar os ditos “terroristas”, de acordo as autoridades coloniais portuguesas, é assim que eles tratavam os angolanos que reivindicavam pela autonomia. O fluxo de prisioneiros deu-se quando as prisões de Luanda e de outras regiões superlotaram através dos confrontos entre a polícia portuguesa e os “pretos” dos musseques⁴¹, no mesmo período em que as milícias brancas, constituídas pelas populações “brancas” armadas, passaram a entregar os prisioneiros a PIDE e deixaram de executá-los (Filipe, 1975. pp. 20-26).

A situação de terror agudiza-se a partir de 1967 e prolonga-se até 1972, pelo facto de ser neste período que mais pessoas foram aí enviadas, conforme os depoimentos prestados pelos sobreviventes do infausto, Ali viviam cerca de 1000 a 1200 detentos, alguns sobreviveram após serem libertados, outros foram transferidos e centenas morrem da pior forma: de fome, espancamento, doença,

⁴⁰ Num dos depoimentos constantes no livro, Baltazar de Lima, que foi o director do Campo de São Nicolau, questionado sobre o que seria fixação de residência, ele diz: - estavam com residência fixa, mas sem poderem sair do campo e com as liberdades limitadas, portanto, à zona do próprio campo (Filipe, 1975. p. 24).

⁴¹ Bairros destinados aos “pretos”, musseques ao Norte, senzalas ao Sul. Moradias construídas em bairros precários.

alguns endoideceram em consequência dos penosos e desumanos castigos. (*Ibidem*).

Apesar da não existência de documentação que conferissem a legalidade do campo, a verdade é que o campo de São Nicolau funcionava com o consentimento da autoridade colonial de Angola, construído com o propósito de explorar a mão-de-obra africana e punir os presumíveis “terroristas”, para que não ousassem fazer os levantamentos populares.

Explicou-nos I. Madeira (comunicação pessoal, 22 de Fevereiro, 2023), o seguinte:

O Campo de concentração de São Nicolau era um campo reservado à resistência, assim como a baía dos Tigres, destinado aos Terroristas. Eram, na verdade, nacionalistas, e não terroristas, mas para o interesse dos colonialistas, era bom taxá-los deste modo, pois era uma maneira política de exercer uma propaganda favorável à nossa atitude e eles faziam isso. O meu pai teve alguns chamados terroristas a trabalhar nas suas empresas e alguns deles eram professores completamente controlados.

As afirmações acima descritas servem como fundamentos para dizer que, nem todos estavam envolvidos nas causas nacionalistas, alguns eram apenas letrados, que foram vítimas do sistema de opressão colonial que pretendia punir para instaurar medo às populações autóctones.

Este campo funcionava com o aval do Governador-geral da Colónia de Angola. Todos os que iam ao campo de São Nicolau possuíam conotação política, independentemente de nunca terem tido qualquer ligação com as actividades subversivas ou de carácter político, alguns iam presos por vadiagem. O arame era o lugar mais sombrio do campo, constituído por casernas de pau-a-pique, cobertas de capim, quando houvesse chuva, era preferível o desamparo de fora. Algumas pessoas foram degoladas, outras foram afogadas, aí foi exercido todo o género de violência. O estado de violência aí instaurado, como dito anteriormente, servia unicamente para exercer o poder pelo medo e garantir a continuidade do sistema colonial português (Filipe, 1975).

Neste campo, passou-se um dos mais terríveis acontecimentos da história política do Namibe, não podemos nos esquecer das atrocidades, é bom que,

algum dia o governo actual de Angola, reserve um espaço da sua agenda para a merecida homenagem a todos que por aí passaram, deixando as suas marcas de sangue, as vítimas e os algozes, para que permanecem na memória de todos. O nosso dever não é fazer um juízo de valor, é tentar compreender por qual razão foi necessária tanta barbaridade.

Segundo Torres (2021), O Forte Santa Rita era considerado um bairro apenas de Kimbares, que não permitiam a entrada de outros que não fossem.

Confirma-nos I. Madeira (comunicação pessoal, 22 de Maio, 2023):

Estes bairros estavam isolados, Forte Santa Rita e Torre do Tombo, Nação Praia, esses bairros estavam isolados, apesar de que havia muitas vezes comerciantes portugueses com as suas lojinhas perto, entretanto estavam lá, totalmente independentes, e muitas vezes havia rusgas, em que o exército e a polícia, que também integrava angolanos, que eram os chamados cipaios, faziam rusgas, às vezes para os trabalhos que precisavam para as estradas, ou então estavam à procura de alguém que fugiu da cadeia e as rusgas ocorriam às madrugada, então se metiam aí e prendiam tudo que quisessem prender. Eu muitas vezes passava ali onde está agora a primeira esquadra, naquela rua que é paralela à praia, ali eram prisões antigamente, havia sítios que ficavam presos, haviam aí pessoas que gritavam lá dentro, deviam apanhar porrada com certeza, porque batiam naquela altura. Portanto, foram desenvolvendo o espírito de independência.

Embora não tenhamos conseguido muitas mais informações, o Forte Santa Rita, a Nação Praia e outras localidades eram zonas onde muitos ex-prisioneiros e contratados constituíram suas moradas, alguns destes tornaram-se Kimbares e foram para o bairro Forte Santa Rita, aonde era exclusivo dos Kimbares. Os bairros Torre do Tombo e Nação praia eram mais abertos à confluência de grupos diversificados, estes bairros beberam da cultura política e social dos prisioneiros de São Nicolau.

2.7.2. O massacre de 1961

No decurso da recolha de informações sobre o nosso estudo, fomos informados sobre os acontecimentos de 1961, sucedido na província do Namibe e no município do Tômbwa. No mesmo período em que decorriam insurreições e

perseguições contra os cidadãos de Angola, perseguições perpetradas pela polícia política portuguesa.

Conta-nos J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023), o seguinte:

Em 1961, saía da padaria de manhã, vi os “brancos” com armas G3, capuchos tapados à cabeça, levando alguns pretos, prenderam-me também. A minha mãe perguntava-me no nosso “dialécto”, em Umbundu, responde: você conhece esse aí? Eu conhecia quem era a pessoa, mas, afirmei não conhecer. Era “preto”, já nesta altura, possuía a Quarta Classe, o pai dele era assimilado, por isso é que ele ia à escola, e na altura existia apenas uma escola de madeira, e o preto que ia à escola era apenas aquele que tinha o pai assimilado, esta escola ficava aí onde está a DEFA⁴², mas era de madeira, depois surgiu uma outra escola, a 60, 61, 63, e por aí em diante. A maioria que estudavam eram “brancos”, e alguns “pretos” e “mestiços” assimilados, todos esses foram presos em 1961, presos por problemas políticos, postos na cadeia, aí na praia, as pessoas estavam envolvidas em acções políticas, segundo os “brancos”.

Nesta época, os “brancos” nutriam desconfiança pelas pessoas “pretas” espertas como nós, alegando que esses “gajos” são do outro lado. Nós tínhamos um símbolo, era uma camisa preta, calça branca, ou calça preta e camisa branca, eles de lado diziam esses “pretos” são do Agostinho Neto, mas nós nem conhecíamos quem era Agostinho Neto, neste dia, os nossos pais, tios, cunhados, foram presos. Soltaram-me de seguida. Alguns foram presos e outros não, tratavam-se dos falecidos Mabilia, Janoka, e o Leitão que era o cabeça, já tinha a Quarta Classe, finalmente, o falecido Ernesto. Muitas pessoas que desapareceram até hoje, foram aniquiladas, mortas pelos “brancos”. Isto foi na fase dos movimentos, e não dos partidos políticos, eram os movimentos e havia os grupos clandestinos. Eles faziam rusga à noite, ninguém andava neste período, a partir das 18 horas todos eram recolhidos, os “brancos” faziam a rusga com o jipe às 19 horas, os nossos rádios enterramos. (*Ibidem*).

Não encontramos qualquer referência escrita sobre este acontecimento, o certo é que três dos nossos interlocutores do município do Tômbwa confirmam o evidentemente estes acontecimentos, sendo todos eles órfãos deste infausto

⁴² Direcção de Emigração e Fronteiras de Angola. Actualmente SME, Serviços de Migração e Estrangeiros.

acontecimento. Logicamente, alguns questionamentos podem ser levantados. Sobre as motivações do aprisionamento e assassinato em massa; sobre o grau de ameaça destas populações num dos lugares mais remotos do país; ou sobre a omissão dos acontecimentos por parte de toda a literatura escrita sobre o Namibe. Enfim, são acontecimentos que precisarão ser investigados noutras ocasiões, mas sobre isto, ainda vamos relatar outras versões, sobretudo das duas viúvas resultados deste massacre do Tômbwa.

Apesar de confusa quanto a data dos acontecimentos, afinal, já lá se passou tantos anos, A. Tulihimbisa (comunicação pessoal, de 15 de Maio, 2023) explica que os acontecimentos sucederam no mês de Fevereiro ou Março:

Aconteceu assim, nós fomos trabalhar, as mulheres trabalhavam nos quintais dos “brancos”. Os homens também iam ao trabalho deles. Quando foram 14 horas, estamos a ver só os “brancos” com as armas, a PIDE. Esses “brancos”, eu com a minha prima, com a mãe desta aqui, estou com a falecida, a irmã dela mais velha, bom, estamos a ver já, afinal os nossos maridos já foram à cadeia. Foram capturados nos trabalhos deles. Muitos, os nativos daqui, morreram todos, aqui não tinha nada.

Prossegue dizendo que os nativos foram todos para a cadeia. Já estão na cadeia há muito tempo. Estão a perguntar-nos, os vossos maridos onde estão? Dissemos que estão no trabalho. No trabalho? Não estão aí dentro? Questionavam os “brancos”, acompanhados dos seus filhos e parentes; os cipaios não fizeram parte do acto. Não, pode entrar, respondemos. Ficamos a nos perguntar... Aí haviam cercado tudo, aí em cima, estava tudo cercado para nós não fugirmos. Ninguém ia ao Coroca, quem é que saía daqui para ir ao Curoca a pé? Apanhava tiro. Estava tudo cercado. Mas prontos, ficamos assim. Acabamos de almoçar, voltamos outra vez ao nosso trabalho. Estamos a ver os carros a passar, levando as pessoas. Mas estão a levar as pessoas para onde? Perguntamo-nos. Depois algum deles nos diz: - “olha, quem não tem o marido aqui? Os vossos maridos vieram? Vieram almoçar e voltaram, respondemos. Disse-nos ele: - quem não tem o marido aqui em casa, está na cadeia. Perguntamos, na cadeia? Fizeram o quê? Fomos lá, levar a comida, a comida não entrava, estavam todos a gritar lá dentro (*Ibidem*).

M. J. Chilombo (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023), uma das sobreviventes e viúva de tão bárbaro acontecimento, explica-nos que os “brancos” vinham agarrar os “pretos”. Encontravam-lhes em suas casas, sentados com as suas senhoras e com os seus filhos, mandavam-lhes subir no carro. Questionam: porquê? Respondiam-lhes: suba no carro! Eles subiam, encontravam os outros lá dentro do carro. Prontos, foram levados. Começavam a capturar as pessoas dentro das casas, levavam, já não voltavam mais, ficaram mesmo lá na cadeia. Você fala assim, foi a cadeia, o meu marido está na cadeia”. E eu, de manhã, acordei, com a minha amiga, fomos lá levar a camisa e comida, já não saíram, na cadeia, só saiu a camisa deles que vestiram, mas todo molhado; molhada parece ser uma pessoa que foi jogada água, deram-me a camisa, mas nada, aí, nunca mais apareceu até hoje em dia.

M. J. Chilombo (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023), as pessoas tinham medo daqueles dias, eles foram levando os homens, e à noite voltaram novamente a bater nas portas. Minha amiga e eu saímos acompanhadas de candeeiro, mais tarde a minha amiga pegou o bebé no colo, e eu o candeeiro.

Perguntavam-nos, e os vossos maridos? Os maridos já se foram às 12 horas. As 12 horas que os vossos amigos foram? Respondemos: sim. Os “brancos” foram. Quem lhes comandava era o Joaquim Veríssimo e o João Veríssimo. Eles tinham uma loja aí na esquina, quem vai ao bar.

Segundo A. Tulihimbisa (comunicação pessoal, 15 de maio, 2023):

Estava tudo cercado, tudo isso cercado, ninguém podia sair para ir para lá. Com a irmã da Pingana, chorava que nem brincadeira. A minha amiga já, só medo! Eu ainda é que tinha um bocadinho de coragem, eu é que tinha a coragem. Estou a nanar, estou a nanar, a nanar, os “brancos” rondavam a senzala inteira.

As cadeias eram quatinhos baixos, com mais ou menos um metro e meio de altura, destinados unicamente para os “pretos”. As pessoas não conseguiam ficar de pé, cada quarto tinha cerca de 60 pessoas. A cadeia ficava próximo aos quiosques, próximo à parede onde na época do partido único fizeram as pescas, é onde era a cadeia dos “pretos”. Chegamos lá, nos disseram que a comida não entra, só saía a roupa deles, toda molhada por conta do calor, estavam um em cima do outro (*Ibidem*).

A cadeia era aí na praia, no parque, na casa branca, antes de chegar nos quiosques, era um quintalão onde funcionava a cadeia. Na entrada que vai à praia, na defesa civil. Era só para os “pretos”. O esposo da minha amiga também foi preso, nunca apareceu, foram os dois encontrados no quintal, sentados a almoçar. Os “brancos” diziam que eram terroristas, levaram muita gente, muitos rapazes, dizendo que eram terroristas, alguns eram jogadores, eram espertos, e lhes levaram porque eram espertos (M. J. Chilombo, comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023).

Segundo os depoimentos de A. Tulihimbisa (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023), diz-nos o seguinte:

Disseram-nos que faziam isso, prender as pessoas, porque em Luanda, Agostinho Neto matava os “brancos”. Disseram-nos que no Tômbwa, encontraram os nossos homens com uma lista. Fizeram uma lista para matar os “brancos” aqui. A tal lista está aonde? Quem é que apanhou a tal lista? A falar só à toa, né? Não nos mostraram a tal lista. Então, nós ficamos, fomos em casa. Mas os “brancos” não dormiam. Dormiam a bater nas nossas portas de noite. Ninguém podia tocar a rádio. O rádio enterramos. Batiam à porta todos armados. Perguntavam: Vocês são de onde? Somos do Coroca, respondíamos. Diziam eles, vocês são do Coroca? Quem sair daqui para ir aí vai apanhar tiro. Assim, ninguém saía.

De acordo com os relatos de J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023), aquilo começou em 4 de Fevereiro em Luanda, começou a descer, por exemplo, aqui começou no dia 11 de Março, a memória foge-me um bocado, mas não distante desta data, aconteceu precisamente em março, essas pessoas desapareceram até hoje. Essas pessoas foram presas aí na praia do banho, onde estão as barracas, no lado esquerdo havia a cadeia, a minha mãe já esteve aí por causa do copo, explica-nos.

Todos os homens foram mortos, colocados numa vala, levaram tiros e foram enterrados onde havia o antigo cemitério; as pessoas viram e contaram-nos; os “brancos” falavam. Havia ficado apenas três sobreviventes, o mais velho Catumesena, o mais velho Segunda e o outro de quem o nome já não se lembrará. Três homens sobreviveram na cadeia. Mas como dos Tigres para a Namíbia é perto, fugiram para Namíbia. Como um primo seu conhecia o

caminho, convenceu os outros a fugir à Namíbia. “O meu primo no Coroca disse aos seus companheiros, como já mataram os outros, vamos fugir, se não hão de nos matar também” (A. Tulihimbisa, comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023).

Contam-nos igualmente que o Administrador do Concelho de Porto Alexandre (Tômbwa) viu que era demais, mataram muita gente, então reuniu com os “brancos”. Pediu-lhes que não continuassem a matar os “pretos”, uma vez que eles começavam a fugir, correndo o risco de o distrito ficar sem trabalhadores braçais, porque as pessoas começavam a ir em terras distantes, muitos em suas zonas de procedência. Enquanto isso, M. J. Chilombo (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023) disse-nos que os “brancos” continuavam a alertar às mulheres “pretas”, dizendo que “os vossos maridos foram à cadeia, já não aparecerão, agora haverá a rusga das mulheres. Vocês terão que descobrir o que os vossos maridos faziam”.

Então o Administrador mais uma vez convocou os “brancos” quando ouviu que eles prometiam que chegaria a vez de efectuarem rusgas às mulheres, depois deste episódio, eles começaram a virar-se contra o mesmo Administrador que teve de voltar à sua terra. Outro indivíduo citado pelas duas interlocutoras do nosso estudo, foi o padre, a quem elas atribuem a fundação do colégio Cónego Manuel Zagalo, que buscava a inserção dos “pretos” na vida social, mobilizando-os para os espaços sociais, foi perseguido pelos cidadãos “brancos”, obrigado a sair do município do Tômbwa, escondido por debaixo dos sacos de peixe, porque os “brancos” prometeram matá-lo também, pela sua advocacia a causa dos “pretos”.

Questionada se tinha a ideia de quantas pessoas teriam morrido, conta-nos que no total morreram cerca de 300 pessoas. A. Tulihimbisa (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023) “se cada quartinho entrava 60 pessoas, lá existiam cinco quartos, cada quarto entrava 60 pessoas. Os cipaio Kwanyamas começaram a nos informar. Se lá entrava 60 pessoas a cada quarto”. Mas J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023) conta-nos que “nesta altura o município ficou vazio, nem todos foram levados à prisão, alguns foram apanhados na rua, à noite e também desapareceram”.

Podemos presumir que mais pessoas terão morrido neste episódio não narrado em nenhuma página oficial, nem antes, nem pós-independência de Angola, um período de produção de mártires na região do grande deserto do Namibe, onde os homens no ponto mais a Sul do país resistiram ao sistema predador colonial, onde, mais uma vez, o homem “preto” não sucumbiu do mapa racial da região por muita sorte.

2.8. A independência vista do Namibe

Estamos no ano de 1970, a África Austral vivia uma profunda ambiguidade no quadro das nações. Muitos territórios tornaram-se independentes há mais de uma década. Mas a África do Sul, Angola, a Rodésia (Zimbabwe), Moçambique e o Sudoeste africano (Namíbia) continuavam a viver sob a administração europeia. Prevalencia o domínio dos europeus sobre os povos africanos, este estado de coisas era completamente incompreensível, visto que parte dos territórios vizinhos de Angola eram independentes. Por esta razão, a Zâmbia e o Congo impulsionaram suficientemente o início da luta anticolonial nos territórios fronteiriços de Angola – Leste e Norte. O modo de vida disperso dos povos ocasionou a prática eficaz das lutas no Norte, e o mesmo não se pode dizer do Sul, ou mesmo de Luanda, cuja luta foi um pouco tardia (Wheeler & Pélissier, 2011, p. 236).

A luta na zona Sul do país era melindrada pela questão da Namíbia, que nesta altura encontrava-se dominada pela república sul-africana. Por outra, Luanda, ficava distante de qualquer uma das capitais dos países vizinhos já independentes, razão pela qual a luta urbana na capital precisava ser muito bem estudada. No Sul, como já elencado, Moçâmedes e Lubango, do ponto de vista estratégico, eram pouco afáveis para a realização de actos subversivos que impulsionaram um rebentar de acções necessárias; sem apoio, a luta foi mais tímida, embora o Namibe tenha registos de mais intensidade política que a Huíla (*Ibidem*).

Assim sendo, a descolonização do Congo Belga ajudou no processo de descolonização de Angola, que já ia tarde, mesmo com a ajuda das tropas sul-africanas ao império português da época, o destino estava traçado (Wheeler & Pélissier, 2011, pp. 242-343).

Portugal fez de tudo para contrabalançar a pressão que os vizinhos Congo e Zâmbia prestavam aos nacionalistas angolanos, mas o decurso da guerra na Guiné e Moçambique desempenharam também um papel preciso para o fim de Portugal em Angola, aliado a isto os acontecimentos internos de Portugal (Mateus & Mateus, 2011).

Em abril de 1974, consumou-se o golpe militar em Portugal, cujas consequências imediatas em território angolano estendem-se até Janeiro de 1975, com particular incidência em Luanda, com altivos ataques motivados pelas querelas raciais. Enquanto decorriam acções e negociações entre os altos mandatários dos movimentos de guerrilha e o Alto Comissário, bem como os movimentos de cidadãos que buscavam realizar investidas contra os brancos e suas propriedades em Luanda, no mesmo período, em 15 de Agosto, na província do Namibe⁴³, no actual município do Tômbwa⁴⁴, pescadores de 70 traineiras, recusaram-se ao trabalho pelo facto do destacamento militar ter sido transferido para a colónia prisional de São Nicolau⁴⁵, onde perto de 200 angolanos implicados nas correrias de Luanda tinham sido enviados. (Marques, 2015).

Enquanto isso, no Namibe, perto de três semanas depois dos acontecimentos do 25 de Abril, a FNLA⁴⁶ orientava o seu ex-simpatizante, Lopes, trabalhador da casa dos Torres, que tinha sido enviado como prisioneiro ao campo de São Nicolau, no sentido de fazer o reconhecimento do terreno para a posterior instalação da sua delegação, mas este confessou ter negado porque havia se simpatizado com o MPLA⁴⁷ que esperava dominar o país. Por outro lado, Torres conta-nos igualmente que o soba grande da região, Inácio Masseca, aquando dos acontecimentos de Abril, pediu-lhe que fosse embora, pois o MPLA havia ordenado que eles roubassem o gado dos “brancos” e que transportasse em direcção à fronteira para serem vendidos aos sul africanos. Nesta altura, o MPLA

⁴³ O Namibe possuía a categoria de distrito.

⁴⁴ Neste período o Tômbwa era o concelho de Porto Alexandre, pertencente ao distrito de Moçâmedes.

⁴⁵ Actual centro prisional do Bentiaba.

⁴⁶ Frente Nacional de Libertação de Angola, criado em 1954, com o nome de UPNA, no Norte, de influência Bakongo, uma etnia que abrange não apenas os territórios de Angola, mas em Angola, fazem parte as províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Malanje.

⁴⁷ Movimento Popular de Libertação de Angola, fundado em 1956, com a esfera de influência na cidade capital, Luanda, compreendia também as regiões de Malanje, Bengo, Cuanza Norte, territórios maioritariamente da etnia Ambundu.

prometeu aos Kuvales muitos bois, bebidas, mulheres e jipes, do espólio dos ex-proprietários brancos (Torres, 2021).

Carvalho (2002) explica que os Kuvales que constituem o fundo do povoamento antigo dos povos da região do Namibe, por sinal o mais presente e representativo neste período, viram-se mobilizados pelo MPLA a partir do ano de 1974⁴⁸, tendo a FNLA a sua base de apoio no Norte de maioria Bakongo, a UNITA⁴⁹ o Centro do país entre os Ovimbundu, o MPLA com raízes em Luanda, apoiado pelos Ambundu, evocava uma pertença nacional, uma identidade étnica una, buscando se afastar das narrativas étnicas, regionalistas ou mesmo raciais que começavam a emergir, com o fim de retirar proveitos e ter maior aceitação dos indecisos e sobretudo dos grupos minoritários. Por sua vez, a ideologia do MPLA que pressupunha ser comunista, era totalmente rejeitada para a maioria dos euros descendentes do Sul, no entanto, abraçada pelos Kuvales, que evocando questões históricas, atribuíam culpas à UNITA por qualquer situação que lhes sucedesse ou ao seu gado.

J. Kanguya (comunicação pessoal, 30 de Maio, 2023) explica que os movimentos políticos começaram a entrar no Namibe em 1974 a 1975, o primeiro movimento a chegar foi o MPLA, depois a UNITA e por último a FNLA. “Naquela altura as pessoas estavam indecisas, o falecido Paihama trabalhou bastante para a mobilização de muitas pessoas, ele era falante assíduo das línguas locais”. Em 1974, conta-nos que na fase em que se deu o fim do regime Salazarista, morreram alguns homens, os primeiros militantes do MPLA, o João, o Firmino e o Tchinanga, mortos pelos “brancos”, faziam uma caça às bruxas aos militantes da UNITA e do MPLA, sobretudo este último. Acredita-se ser a fase em que Marques explica no seu livro, a FNLA começava a construir uma narrativa anti-racista, que terá angariado a paixão de alguns “brancos”, que não atacaram os

⁴⁸ Estamos a nos referir ao período que culminou com o fim do poder europeu em território angolano. Era uma fase em que os movimentos de guerrilha se preparavam para exercer influência em todo o território. Este exercer de influência podia significar o exercício da força em todos os quadrantes do território, melhor ainda com a legitimidade dos autóctones, ou melhor, se o exercício da representação fosse efectuado pelos povos das respectivas regiões, e o ter aceitação significava também um passo importante para a tomada do poder que começava a ser evidente.

⁴⁹ A União Nacional para a Independência Total de Angola, fundada em 1966, é o movimento cujas bases de formação se estendiam desde o Leste, Centro ao Sul de Angola, abrangendo maioritariamente a etnia Ovimbundu.

que se apresentavam como militantes da FNLA. Não houve conflitos entre MPLA, UNITA e a FNLA. Os militantes da UNITA eram educados, se cometessem um crime, recebiam como castigo 50 chibatadas. Depois, ao longo dos tempos, ficaram no impasse, entre entradas e saídas do MPLA e da UNITA, até a proclamação da independência.

Torres (2021) explica-nos igualmente que no Namibe, os boatos corriam, surgiam cartas com nomes de famílias e indivíduos que seriam assassinados, geralmente tais cartas traziam os nomes de pessoas detentoras de bens, independentemente da cor da pele. A tropa portuguesa continuava aquartelada, os africanos foram desmobilizados, não havia policiamento na cidade. A cidade ficava cada vez mais vazia, nas lojas faltavam produtos diversos. As pessoas fingiam que estava tudo bem, mas murmuravam, de qualquer jeito eram humanos, e demonstravam fraqueza. Em Agosto de 1974, ao contrário do que sucedia em Luanda ou noutras zonas do Norte, a situação parecia calma, sem violência nem ladroagem.

Em setembro, o MPLA marcou presença em Moçâmedes, gente estranha, a maioria não estava fardada, ocupava um prédio que pertencia a um arquitecto. Tempos depois surgiu a FNLA, com alguns soldados que Torres descreve como zairenses, pela comunicação em francês, depois seguiu a UNITA, caracteriza os seus soldados como meninos⁵⁰. Algumas pessoas de Moçâmedes começaram a demonstrar o seu posicionamento político. Moçâmedes tornava-se uma cidade vazia, os movimentos não permitiam a venda de bebidas alcoólicas depois das 18 horas (*Ibidem*).

Enquanto decorreram conversações em Portugal, na senda da Cimeira do Alvor, em Janeiro de 1975, decorreram actos de guerrilha urbana um pouco por todo o país. Ao mesmo tempo que em Março, começava a corrida aos quartéis, para a ocupação efectiva de posição militar, e no Namibe, em Moçâmedes, o MPLA abrigou-se nas instalações da Cooperativa de Fomento e Pescas, a UNITA pretendeu efectuar a ocupação do Forte que funcionava a PIDE, a FNLA por sua

⁵⁰ Durante o período de ocupação de posição para a legitimidade do poder, os três movimentos recorreram às razias nas aldeias em busca de soldados, geralmente miúdos de 12 ou 14 anos, que engrossavam as fileiras destes exercidos, alguns destes inocentes serviram como carne para canhão nesta disputa política que levou 27 anos para terminar.

vez fez a ocupação do Campo de São Nicolau. o MPLA também ocupou o aeroporto de Santa Comba⁵¹. Os movimentos aumentavam as suas bases para o confronto que se avizinhava, as FAPLA ocuparam tempo depois o Forte de Moçâmedes. O MPLA possuía já na altura um Centro de Instrução Revolução em Kapangombe, a UNITA também possuía uma forte base de apoio em Moçâmedes (Marques, 2015).

Apesar destes elementos de ocupação, avanços e recuos dos partidos políticos no Namibe, o Sul de Angola vivia-se com normalidade, as perturbações eram essencialmente motivadas pela ausência de víveres e a dificuldade na locomoção, perpetradas pelos responsáveis dos movimentos que abusavam da autoridade que dispunham, praticando algumas pequenas extorsões, agressões e detenções inapeláveis.

Ainda sobre a tomada de poder e legitimidade entre os anos de 1974 a 1975, Carvalho (2002) explica que o MPLA teve uma relativa vantagem pelo facto de ter recrutado activistas locais, que actuavam dentro das comunidades, passando a sua mensagem, e mais tarde viram-se investidos aos postos de sobas, actuando como verdadeiros continuadores do poder de Luanda, exercendo influências e controlo das suas comunidades. Pode-se dizer, por outro lado, que, ainda em 1974, vários Kuvaes haviam se alistado no exército do MPLA.

A UNITA voltou a sair da província com o avanço das tropas cubanas e o MPLA que também fizeram alguns desmandos. Na fuga, muitos militantes da FNLA e da UNITA acabaram chacinados com catanas. A minha mãe chegou a socorrer alguém em frente da nossa casa. Os portugueses que haviam escolhido a UNITA e a FNLA, com a entrada do MPLA auxiliados com os cubanos, viram-se obrigados a fugir, e nós ficamos (I. Madeira, comunicação pessoal, 22 de Fevereiro, 2023):

Através de A. Tulihimbisa (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023), anotamos o seguinte:

Em 1975, foi quando o MPLA recuou para Luanda, não é? Foi quando a UNITA entrou, esses Sul-africanos e a FNLA começaram a entrar, quando o MPLA

⁵¹ Depois da independência passou a chamar-se Yuri Gagarin, nome alterado para Welwitschia com a sua reconstrução em 2012, este último prevalece até aos dias de hoje.

recua para Luanda, aí, os nossos filhos, os daqui, começaram a mostrar os membros do MPLA, o Firmino, o Cambanda, o Cambanda foi morto mesmo aqui, pelas forças da FNLA⁵², o nome do bairro foi dado devido a ele. E no Sul foram mortos o João, o Firmino e o Tchinanga. Era para matar o mais velho Camundongo, só que ele saía para Quilengues, eles quando vieram, não o encontraram. Tempos depois, o MPLA voltou, veio armado com os cubanos, a UNITA depois fugiu. Nós ficamos lá na nossa Sanzala, depois o senhor Kundi Paihama foi lá nos buscar; os brancos foram embora, as casas agora são nossas, vamos entrar, os nossos irmãos e os nossos tios são que fizeram aquelas casas, depois viemos à cidade.

M. J. Chilombo (comunicação pessoal, 15 de Maio, 2023) diz que “a UNITA e o MPLA faziam a luta, para ver quem entrava e ficaria, mas a UNITA ficou até a proclamação da independência”, tendo sido obrigada a sair depois da proclamação da independência, quando o MPLA trouxe os cubanos.

No momento da proclamação da independência, a província do Namibe ficou sob acesos tiroteios, até que a UNITA acabou por ocupar a província, como nos conta o I. Madeira (comunicação pessoal, 22 de Fevereiro, 2023):

Estávamos ocupados pela UNITA, os Sul africanos entraram com eles em fins de outubro, depois os sul-africanos avançaram e deixaram aqui a UNITA e a FNLA se não estiver enganado, deixaram aqui elementos que fizeram as suas “brincadeiras também”, fizeram maldades e outras coisas, e depois no dia 11 houve ali assim no governo, a descida da bandeira portuguesa, eu fui assistir à descida da bandeira portuguesa, eu mais alguns amigos, mas só assistimos a descida da bandeira portuguesa, quando a bandeira portuguesa desceu íamos embora, outros, que se calhar alguns ainda andam aí, e que agora dizem que são muito “MPLA”, com medo porque andavam com três cartões, houve o cortejo automóvel, foram ao cortejo automóvel, eu e mais dois ou três fomos para a casa, viramos as costas e fomos pra casa, quem recebeu a bandeira portuguesa

⁵² Anteriormente, J. Kanguya fez referência de que os homens citados tenham sido mortos pelos euro-descendentes que procuravam revidar alguma investida, mas aqui, A. Tuliimbisa faz questão de afirmar que a morte deste foi obra dos militantes da FNLA. Portanto, parece-nos que os actos terão sido perpetrados mesmo pelas forças da FNLA e pelos euros descendentes, visto que na altura dos factos, ao que parece, estes dois grupos estavam apaixonados pela mesma causa. Mas é bom que percebamos que neste processo de luta pela legitimidade do poder, muitas pessoas de todos os partidos políticos morreram, alguns totalmente independentes de qualquer ideologia política que surgiu, sem qualquer interesse, foram vítimas do mesmo mal – a política do ódio. Muitos anônimos morreram ingloriamente. Não houveram heróis, todas vítimas dos partidos.

foi o secretário do governo do distrito português, a casa dele foi aí onde é agora a rádio Namibe. Depois a UNITA ocupou os espaços todos. O MPLA neste momento fugiu quando a UNITA avançou com a FNLA, e o barco Silvas Cais, que levou muitos imigrantes à Namíbia.

Nesta fase, podemos interpretar que todos os movimentos políticos haviam se desentendido, as alianças foram quebradas, foi nestas circunstâncias que a UNITA se desentendeu com a FNLA, os militares dos dois partidos que mantinham uma aliança para conter o avanço do MPLA, andar aos tiros na rua, algumas casas na província do Namibe ainda hoje guardam os vestígios das balas.

A independência no Namibe foi marcada pelos retrocessos e progressos dos movimentos, primeiro, para a ocupação de posições; segundo, para a tomada do poder. Foi o MPLA, que com o apoio das forças cubanas e das populações pastoris da província, conseguiu consolidar a sua posição, como, de resto, ocorreu em todo o território angolano, tendo sido proclamado o governo legítimo da nova nação africana.

2.9. Conclusão do capítulo

Este capítulo espelha os factos ocorridos no período correspondente ao início da luta anticolonial até ao alcance da independência de Angola; é apenas um fragmento, talvez o pioneiro estudo de género sobre a participação do generoso povo desta província na luta que culminou com a independência do país, todos, e sem excepção, de alguma forma contribuíram para a alavanca e desenvolvimento dela.

A província do Namibe, constituída por todos os indivíduos que nela viveram ou passaram durante os anos de 1961 ao ano de 1975, foram os responsáveis por todos os factos sociais, económicos e políticos ocorridos. O Namibe e estes cidadãos, alguns “brancos”, “mestiços” e mulatos “pretos”, mesmo que tivessem compreensões diferentes sobre o que a independência significasse, eram unânimes, e talvez receptíveis aos ideais de independência.

Os factos apresentados espelham este sentimento de engajamento, com alguma timidez orientada pela posição geográfica não muito estratégica, e pelas repressões anteriores que marcaram a história deste povo, ainda assim, não

faltou quem ousasse questionar a legitimidade do poder colonialista, assim como os seus métodos de abordagem em relação à posição que relegado a grande maioria dos “pretos” do território. Alguma ousadia traduziu-se em tragédia como as de 61, em que indivíduos, alguns dos quais inocentes de qualquer imputação dos actos em que legitimou as suas detenções, foram indiscriminadamente assassinados.

Os movimentos também cometeram as suas atrocidades. O que fica é a certeza de que o Namibe produziu acções, algumas das quais novas para nós, e que nunca lemos em lugar algum, ficamos a saber graças às pouquíssimas pessoas dispostas que partilharam as suas memórias daquele tempo, que com algum esforço, aceitaram prestar a este trabalho um contributo valioso que permanece registado para as vindouras gerações terem noção do que passou, para que se previnam e impeçam que novas tragédias sucedem, e que os tiranos não voltem a reinar, impulsionados por divisões raciais, étnicas ou outras.

Conclusões

e

Recomenda

ções

2.10. Conclusões e Recomendações

Depois da investigação feita, encontramos algumas respostas e outras tivemos dificuldades em função do pioneirismo da nossa investigação, sobretudo, no que à pré-história do período de 1961 a 1975, diz respeito, constituindo o ponto fulcral do trabalho. Sendo assim, pela especificidade do nosso trabalho, em obediência aos critérios estabelecidos pela instituição, foi-nos possível chegar até aqui, esperando que mais estudos surjam sobre a temática para o enriquecimento da história local sobre o Namibe.

Em Angola, talvez não haja um território cujos eventos históricos suscitam tantas dúvidas como no território do Namibe. Possui imensos achados, muitos vestígios arqueológicos foram encontrados na superfície, incluindo as cavernas e as pinturas rupestres. Estes eventos fazem do território do Namibe um dos mais ricos em termos de achados arqueológicos e para a investigação arqueológica. Apesar da não localização de restos humanos não retiram o mérito de ser esta uma das mais antigas regiões do mundo habitadas pelo homem, segundo Sutton (2012).

Os primeiros habitantes do território do Namibe eram do tipo Khoi e San, os seus residuais descendentes ainda encontrados pelos portugueses no século XV, foram os Quedes, que se encontravam localizados nos confins do deserto do Namibe. Compreendemos que estes Quedes eram igualmente povos originários do Namibe, como eram os Vatwa, já que, pelas especificidades da língua em que se pronunciavam antes da influência dos Helelo, era pela língua dos Sans e dos Khoi que se comunicavam. Razão pela qual, procedemos à divisão dos grupos étnicos do Namibe em dois grandes grupos: os bantu e não-bantu, agrupando os Quedes e Vatwa (ova-Kwandu e ova-Kwepe) no grupo dos não-bantu e os Helelo (Himba e Kuvaes), dentro dos bantu.

Eram povos que possuíam relações sociais, organizações políticas e económicas muito próprias, diferente do que se escreveu ao longo dos tempos pelos europeus, procuramos buscar a participação destes africanos na história dos povos, nos períodos anteriores, e após a presença portuguesa no Namibe, e todo o processo de interação nos vários domínios. Sendo conclusivo que estes

povos se organizavam em pequenos grupos políticos familiares, alguns eram recolectores e caçadores, outros eram criadores e recolectores. A sua base económica era fixa, com o advento dos europeus, a agricultura tornou-se parte da sua organização económica.

Na fase da implementação da colónia, o território do Namibe foi palco de intensos processos migratórios, povos vindos do além-mar e das terras vizinhas, alguns como donos dos seus destinos, outros como mão-de-obra escrava. Os Kuvales não deram a outra face, revidaram resolutos, questionaram a ordem e não aceitaram a subjugação ajoelhados. A intransigência quase custou-lhes o fim, mas sobreviveram apesar de absurdos castigos, para contar a história e demonstrar a sua grandeza. Não eram ladrões, como lhes foi escrito durante muitos anos, eram verdadeiros e grandes criadores, que comumente foram taxados pelos colonos como ladrões, entretanto eles aprenderam com os Ovimbundu, os Quilengues e com os portugueses que se achavam no direito de subjugar-los.

Foi pelos Kuvales que os primeiros eventos de resistência começaram a surgir no território do Namibe. Kakombola, a guerra total, foi apenas aquele episódio que mais fortemente afectou este grupo étnico, e que mais marcas deixou sobre todos os povos deste grupo, no entanto, antes, outros episódios sucederam, para não sobrarem dúvidas as ideias independentistas dos povos do Namibe, não estando correlacionados aos actos de Luanda, ou do norte de Angola, foram factos exclusivos, surgidos no período de formação da colónia de Moçâmedes.

Assim, todos os eventos descritos contribuíram para a construção da realidade social, política e económica das populações do Namibe no período de 1961 a 1975. O nosso estudo analisou as relações sociais da época, baseadas nas diferenças raciais, em que os africanos estavam, de um lado, sem o poder político, económico ou relevância social, e, doutro, estavam os euros descendentes e os colonos trabalhadores do estado português, que tinham todos os direitos, o poder político, económico e relevância social. A exclusão social foi o mote até aos eventos de 1961, início da luta armada em Angola. E em Namibe, marcou-se pelo massacre do 11 de Março, ocorrido no município do Tômbwa.

No período de 1961 a 1967, foram os períodos mais miseráveis desta relação, tendo melhorado significativamente no ano de 1972, quando um conjunto de reformas esteve em curso, mas já no final do domínio português em Angola. Tanto em 1961, como o de 1975, foram períodos em que não haviam empregos formais, educação, nem acesso à economia para a maioria dos autóctones, nem a circulação em espaços públicos. Houve perseguição política, o Namibe tornou-se o centro de desterro de muitos presos políticos, o que motivou o crescimento de algum espírito alto e desejoso de independência, o que aconteceu tempos depois.

Sugerimos, deste modo, a quem compete, fornecer, condições de trabalho, referindo-se às condições materiais, e mais oportunidades por via de financiamentos para que os jovens formados em História pelo ISCED-Huíla, e que tenham vontade e sabedoria, possam ser os artífices dos estudos, não só, sobre o Namibe e o seu povo, mas sobre todo o Sudoeste de Angola, cuja história recente ou passada dos povos parece-nos subalternizada, desvalorizada e pouco divulgada, ou seja, existem poucos registos escritos sobre os povos originários desta região. As bibliografias existentes remontam ao tempo colonial, uma narrativa excessivamente vangloriosa dos euros-descendentes, onde o africano não tem nome próprio. É por isso que desafiamos as instituições, como, por exemplo, o ISCED-Huíla e as autoridades administrativas locais e nacionais a velarem para isso.

2.11. Referências Bibliográficas

Documentos Impressos

Almeida, João. (1936). *Sul D' Angola. Relatório de um governo de distrito. 1908-1910; esboço fisiográfico à região; elementos etnográficos e históricos; acção militar e administrativa; progresso moral e material; economia e fomento.* (2ª Edição). Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.

Bethencourt, F. (2009). *Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII.* Lisboa, Portugal.

Boxer, C. R. (1988). *Relações raciais no império colonial português* (2ª Edição). Porto, Portugal: Afrontamento.

Cadornega, A. O. (1940a). *História Geral das Guerras Angolanas.* Tomo I. Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.

_____(1940b). *História Geral das Guerras Angolanas.* Tomo II Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.

Camarate, J. (1953). *As Gravuras Rupestres do Tchitundu-Hulo, Deserto de Moçâmedes.* Luanda: (s.n).

Carneiro. T. S. (2013). *Moçâmedes, Namibe, Angola: uma saudade.* Portugal: Edição Luna Art.

Carvalho, R. D. (2008). *A câmara, a escrita e a coisa dita.* Portugal, Lisboa: Edições Cotovia - Lda.

_____(2002). *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994-2001).* Luanda, Angola: Editorial Nzila.

_____(1997). *Aviso à navegação: olhar sucinto e preliminar sobre os pastores Kuvale da província do Namibe.* Luanda, Angola: INALD.

Castelo, C. (1998). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1936-1961).* Porto, Portugal: Biblioteca das Ciências do Homem. Edicção Afrontamento.

Cervo, A. L., Bervian, P. A., & da Silva, Roberto. (1972). *Metodologia Científica.* 6ª Edicção. Pearson Universidades.

Delgado, R. (1955a). *História de Angola. Primeiro Período e Parte do Segundo. De 1482 a 1607*. Vol. I. Luanda, Angola: Edição Banco de Angola.

_____(1955b). *História de Angola. Continuação do Segundo Período. De 1607 a 1648*. Vol. II. Luanda, Angola: Edição Banco de Angola.

Ervedosa, C. (1980). *Arqueologia Angolana*. Lisboa: Edições 70.

Estermann, C. (1960). *Etnografia do Sudoeste de Angola. Os Povos Não Bantu e o grupo Étnico dos Ambós*. Vol. I. (12ª Edição). Lisboa, Portugal: Junta de Investigação do Ultramar. Tipografia Minerva, Lda.

_____(1961). *Etnografia do Sudoeste de Angola. O Grupo Étnico dos Herero*. Volume III. Lisboa, Portugal: Junta de Investigação do Ultramar.

Felner, A. A. (1940a). *Apontamentos sobre o Planalto e Litoral do Sul de Angola*. Volume I. Lisboa, Portugal: Edição Agência Geral das Colónias.

_____(1940b). *Apontamentos sobre o Planalto e Litoral do Sul de Angola*. Volume III. Lisboa, Portugal: Edição Agência Geral das Colónias.

Gabriel, M. N. (1975). *Angola, Cinco Séculos De Cristianismo*. Queluz, Portugal: Edições Literal – Sociedade Editora, Lda.

Filipe, E. (1975). *São Nicolau - Tarrafal angolano*. (2ª Edição). Portugal: África editora.

Gutierrez, M. (2009). *Arte Rupestre em Angola, Província do Namibe*. Saint-Maur-des-Fossés: Edições Sépia.

INE. (1950). *Resultados do Censo Populacional Angola*. Direcção Nacional dos Serviços de Estatística, Luanda.

_____(1972). *Anuário Estatístico*. Direcção Nacional dos Serviços de Estatística, Luanda.

Ki –Zerbo, J. (2010). Capítulo 23 - Metodologia e Pré-História da África. In Ki –Zerbo, J. 2ª Edição. *História geral da África. Vol. I: Metodologia e Pré-História da África*. (pp. 743-750) UNESCO – Brasília.

Marques, A. (2015). *Segredos da descolonização de Angola*. (7ª Edição). Portugal: Publicações Dom Quixote.

- Mateus, D. C. & Mateus, A. (2011). *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*. Alfragide, Portugal: Texto Editora Limitada.
- Moreira, C. (1965). *Entre as Dunas e o Mar*. Luanda, Angola: Editora SPAL, LDA.
- Olderogge, D. (2010). Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In Ki-Zerbo, J. (2ª Edição). *História geral da África. Vol. I: Metodologia e Pré-História da África*. (pp. 296-316) UNESCO - Brasília.
- Padrão, F. C. (1998). *A Colonização do Sul de Angola 1485-1974*. Edições Gráfica Europam, Lda. Mira-Sintra, Portugal.
- Pardal, L & Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Lisboa, Portugal: Areal Editores, S.A.
- Paulme, D. (1953). *As Civilizações Africanas*. (2ª Edição). Portugal: Publicações Europa-América, Mira-Sintra.
- Pélissier, R. (1997). *Histórias das Campanhas de Angola. Resistência Revoltas 1845-1941*. Volume II. (2ª Edição). Portugal: Editorial Estampa.
- Redinha, J. (1973). *Etnias e Culturas de Angola*. Angola: Edição do Instituto de Investigação de Angola com a colaboração do Banco de Angola.
- Júnior, S. J. R. (1974). *As Gravuras Rupestres do Tchitundu-Hulu, Virei-Moçâmedes-Angola*. Porto: Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia.
- Sutton, J. E. G. (2010). Capítulo 1 - A Pré-História da África Oriental. In Ki – Zerbo, J. (2ª Edição). *História geral da África. Vol. I: Metodologia e Pré-História da África*. (pp. 511-527). UNESCO – Brasília.
- Torres, V. (2021). *Caraculo, a minha paixão*. Luanda, Angola: Edição: Alende.
- Torres, M. J. M. (1974a). *Distrito de Moçâmedes nas fases de origem e da primeira organização 1485-1859*. Angola: Edição pela Câmara Municipal de Moçâmedes.
- _____(1974b). *Distrito de Moçâmedes do ciclo áureo da cultura algodoeira*. Angola: Edição pela Câmara Municipal de Moçâmedes.

Vansina, J. (2010). Capítulo 22. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In Niane, D. T. (2ª Edição). *História geral da África Vol. IV: África do século XII ao XVI* (pp. 623-647). UNESCO – Brasília.

Vellute, J. L. (2010). Capítulo 12. A bacia do Congo e Angola. In Ayaji, F. A. (2ª Edição). *História geral da África Vol. VI: África do século XIX à década de 1880* (pp. 353-354). UNESCO – Brasília.

Wheeler, D. e Pélissier, R. (2011). *História de Angola*. Lisboa, Portugal: Edições Tinta-da-China Lda.

Documentos Electrónicos

Azevedo, J. M. (2014). *A Colonização do Sudoeste Angolano do Deserto do Namibe ao Planalto da Huíla: 1849 – 1900*. Universidade de Salamanca. Disponível em <https://gredos.usal.es/handle/10366/125978>. Consultado em 29-09-2023

Baumann, H. (1954). *Relatório Preliminar Sobre as Novas Descobertas de Arte Rupestre no Sul de Angola*. In: Paideuma, Bd. 6, H. 1, pp. 41-45 [(sd)]

Bezerra, K. (2011). *História Geral das Religiões*, Recife, 2011. p. 1. Disponível em <https://www1.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2011/10/HISTORIA-GERAL-DAS-RELIGIOES-karina-Bezerra.pdf>. Consultado em 13-02-2023

Breuil, H. & Almeida, A. (1962). *Das Gravuras e das Pinturas Rupestres do Deserto de Moçâmedes (Angola)*. In: Estudos sobre Pré-história ultramar português, pp. 165-175 [(sd)]

Campos, N. (2013). *Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial - algumas notas*. Edição do centro de estudos africanos da Universidade do Porto, Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7446>. Consultado em 04-01-2023

Campos, R. C. (2017). *Ocupação, violência e negociação: relações económicas, políticas e sociais entre populações pastoris africanas e a sociedade colonial*

portuguesa no Sudoeste. Campinas, SP. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/vtt-206679>. Consultado em 22-11-2022

_____(2014). *Pensando a Kakombola: Reflexões para uma história dos Africanos*. Edições ANPUH-SP, Santos. Disponível em http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406684492_ARQUIVO_PENSANDOAKOKOMBOLAREFLEXOESPARAUMAHISTORIADOSAFRICANOS.pdf. Consultado em 14-12-2023

Fernandes, J. B. C. (2014). *As pinturas do Abrigo do Tchitundu-Hulu Mucai*. Volume I. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8309/1/TESE_VOLUME%20I.pdf. Consultado em 4-04-2023

Gomes, A. J. (2014). «Mundombe do «Dombe» ou Ndombe do Mundombe?...». Edição da Revista Angolana de Ciências Sociais - Mulemba. Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba/401>. Consultado em 20-04-2023

Guedes, L. S. B. (2018). *Identidades e Memórias de Angolanos Nascidos em Moçâmedes na Diáspora*. Disponível em http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525139711_ARQUIVO_IdentidadeseMemoriasdeAngolanosNascidosemMocamedesnaDiaspora.pdf. Consultado em 22-05-2023

INE. (2016). *Resultados definitivos. Recenseamento geral da população e habitação-2014. Província do Namibe*. Edição: Instituto Nacional de Estatística, Luanda. Disponível em <http://censo.ine.gov.ao>. Consultado em 7-08-2023

Martins, C. P. (2014). *Espaço, Tempos, Memórias na Arte Rupestre de Angola, Expressões (des)contínuas do Tempo na Paisagem. EBO E A ARTE RUPESTRE DO SUDOESTE DE ÁFRICA*. Editores: Luiz, O. Cristina, P. M & Ziva, D. (pp. 37). Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo e Instituto Nacional de Património e Cultura de Angola Disponível em https://www.academia.edu/10328881/EBO_E_A_ARTE_RUPESTRE_DO_SUDOESTE_DE_%C3%81FRICA. Consultado em 17-06-2023

Oosterbeek, L. (2013). *Arqueologia da Paisagem em Angola*. Edição do Centro de Estudos da Universidade do Porto. Disponível em https://www.academia.edu/5718400/Arqueologia_da_Paisagem_em_Angola_d_as_materialidades_%C3%A0s_din%C3%A2micas_territoriais. Consultado em 20-06-2023

Silveira, J. E. M. H. (2022). *Subsídio para o estudo da toponímia angolana: A formação dos adjectivos pátrios e gentílicos*. Universidade de Évora – Instituto de Investigação e Formação Avançada. <http://hdl.handle.net/10174/32500>. Consultado em 10-11-2023

VOA Português. (2011). *Prisão angolana de São Nicolau pode ser património mundial*. <https://www.voaportugues.com/a/angola-07-25-2011-voanews126114338/1260780.html>. Consultado em 13-10-2023